



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



ERLI DOS SANTOS

**MEMÓRIAS DE HOMENS GAYS NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL:
NARRATIVAS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO**

Rondonópolis - MT

2023

ERLI DOS SANTOS

**MEMÓRIAS DE HOMENS GAYS NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL:
NARRATIVAS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis, na linha de pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: Direitos, Políticas e Diversidades, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Gonçalves Salgado

Rondonópolis - MT

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

S237m Santos, Erli dos.
Memórias de Homens Gay na Redemocratização do Brasil:
[recurso eletrônico] : narrativas sobre gênero, sexualidade, infância
e educação / Erli dos Santos. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 118 f.,
pdf). – 2023.

Orientador(a): Raquel Gonçalves Salgado.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis,
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Rondonópolis, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Memórias. 2. Redemocratização. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5.
Educação. I. Salgado, Raquel Gonçalves, *orientador*. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "MEMÓRIAS DE HOMENS GAYS NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL: NARRATIVAS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO"

AUTOR: MESTRANDO ERLI DOS SANTOS

Dissertação defendida e aprovada em **10/11/2023**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTORA RAQUEL GONÇALVES SALGADO (Presidente Banca/ORIENTADORA)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

2. DOUTORA CARMEN LÚCIA SUSSEL MARIANO (Examinadora Interna)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

3. DOUTOR(A) MIGUEL RODRIGUES DE SOUSA NETO (Examinador Externo)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

4. DOUTOR(A) AGUINALDO RODRIGUES GOMES (Examinador Suplente)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

RONDONÓPOLIS, 10/11/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gonçalves Salgado, Docente UFR**, em 21/11/2023, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lucia Sussel Mariano, Docente UFR**, em 21/11/2023, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por : **Miguel Rodrigues de Souza Neto, Usuário Externo**, em 25/01/2024, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

AGRADECIMENTOS

No primeiro momento, de uma forma muito especial, gostaria de agradecer à minha mãe, Roseli Maria dos Santos, pela educação que me concedeu desde pequenino. Gostaria de agradecer também ao meu irmão, Gabriel, e ao meu padrasto, Valdeci.

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me dar sabedoria para não desistir. Gostaria de estender meus agradecimentos à minha orientadora, Raquel Gonçalves Salgado, pelos ensinamentos durante este período do mestrado. Também quero agradecer aos professores da Banca pelas inúmeras contribuições que tornaram o trabalho mais plausível.

Desejo expressar minha gratidão à colegas do mestrado, em especial à minha amiga Joádila, que me ajudou nos momentos difíceis, não permitindo que eu desistisse. Obrigado pelas trocas, experiências e aprendizado.

Agradeço também aos demais colegas do mestrado na linha de pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade”, Nádia, Gabriel, Paola e Renata.

Quero mencionar meus amigos Weverton e Getúlio, e meu namorado, Antônio, pelo carinho de sempre.

Meus agradecimentos se estendem aos participantes da pesquisa por dedicarem seu tempo e pelas valiosas contribuições que auxiliaram no desenvolvimento deste estudo.

Por último, agradeço a todas as pessoas que cruzaram o meu caminho ao longo da minha jornada acadêmica, direta e indiretamente, contribuindo para este processo de construção.

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis, e à linha de pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade”, objetiva analisar as memórias de infância de professores que viveram suas infâncias durante o período da redemocratização, se autodeclararam LGBTQIA+ e hoje atuam na área da Educação Básica, na rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso. São também aspectos importantes de análise os dispositivos de gênero e sexualidade presentes nas memórias de infância na escola e na família. Além disso, objetiva-se analisar as implicações dessas lembranças nas práticas docentes atuais dos/as professores/as participantes da pesquisa. O arcabouço teórico desta pesquisa conta com os/as seguintes autores/as: Michel Foucault, Walter Benjamin, Kimberlé Crenshaw. Por fim, a metodologia é de abordagem qualitativa, com foco em narrativas escritas a fim de analisar as memórias de professores/as. Para tanto, solicitou-se que os/as participantes produzissem narrativas sobre experiências de infância durante o período que compreendeu a redemocratização do país, de modo que essas memórias foram abordadas não como retrato daquilo que realmente aconteceu, mas como uma produção de sentidos sobre o passado a partir das interrogações do presente. A estratégia metodológica adotada em questão deu-se por meio da produção de narrativas escritas sobre as memórias de infância atravessadas por gênero e sexualidade durante a redemocratização. Ademais, considerando o cenário de pandemia causada pela Covid-19 e na esteira das alterações que isso trouxe à vida em sociedade, o contato com os/as participantes deu-se única e exclusivamente por meio de redes sociais, de modo que estes/as enviaram as suas narrativas via formulário Google. Salienta-se, portanto, que a visibilidade das pessoas homossexuais nos meios de comunicação social, na política e na cultura, é crucial para desafiar os estereótipos e promover o respeito à vida dessas pessoas. Além disso, histórias e memórias de pessoas gays podem ser trabalhadas para educar a partir das experiências de vida dessas pessoas, promovendo o pensamento crítico.

Palavras chave: memórias; redemocratização; gênero; sexualidade; educação.

ABSTRACT

This research, developed together with the Postgraduate Program in Education, at the Federal University of Rondonópolis, and the line of research “Childhood, Youth and Contemporary Culture: rights, policies and diversity”, aims to analyze the childhood memories of teachers who lived their childhoods during the period of redemocratization, they declare themselves LGBTQIA+ and today they work in the area of Basic Education, in the public education network of the State of Mato Grosso. Gender and sexuality devices present in childhood memories at school and in the family are also important aspects of analysis. Furthermore, the objective is to analyze the implications of these memories on the current teaching practices of the teachers participating in the research. The theoretical framework of this research includes the following authors: Michel Foucault, Walter Benjamin, Kimberlé Crenshaw. Finally, the methodology is a qualitative approach, focusing on written narratives in order to analyze the memories of teachers. To this end, participants were asked to produce narratives about childhood experiences during the period that included the country's redemocratization, so that these memories were approached not as a portrait of what really happened, but as a production of meanings about the past from the questions of the present. The methodological strategy adopted in question was through the production of written narratives about childhood memories crossed by gender and sexuality during redemocratization. Furthermore, considering the pandemic scenario caused by Covid-19 and in the wake of the changes that this brought to life in society, contact with participants took place solely and exclusively through social networks, so that they sent their narratives via Google form. It should be noted, therefore, that the visibility of homosexual people in the media, politics and culture is crucial to challenging stereotypes and promoting respect for the lives of these people. Furthermore, stories and memories of gay people can be used to educate based on these people's life experiences, promoting critical thinking.

Keywords: memories; redemocratization; gender; sexuality; education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE DESCONSTRUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE	18
1.1 Experiências interseccionais durante a ditadura militar	18
1.2 Análise interseccional das violências	19
1.3 Desconstrução das violências por meio da interseccionalidade	24
2 SEXUALIDADE, SABER E PODER: O DISCURSO MÉDICO NA PRODUÇÃO DA NORMA SEXUAL	27
2.1 A visão médica da homossexualidade	27
2.2 A homossexualidade e o advento do HIV/AIDS	30
2.3 A tensão religiosa	34
2.4 A despatologização da homossexualidade	36
3 DITADURA MILITAR E HOMOSSEXUALIDADES	39
3.1 Ditadura militar: conceituação	39
3.1.1 A ditadura militar no Brasil (1964-1985)	41
3.1.2 Os governos militares	42
3.2 Homossexualidades e dispositivos políticos	44
3.3 Moral e os bons costumes: a influência da família tradicional e da cristandade	46
3.4 O outro como doença: o discurso do preventivismo contra homossexuais no cenário da ditadura militar brasileira	48
3.5 Repressão e resistência homossexual em um cenário de ditadura militar ..	50
3.6 A Lei de Imprensa	52
3.7 O espaço da militância	54
3.8 Espaços de sociabilidade	58
4 O MEU PRAZER AGORA É RISCO DE VIDA: SEXUALIDADES DISSIDENTES E NORMA MÉDICO-LEGAL NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA	62
4.1 A homossexualidade na Assembleia Nacional Constituinte	62
4.2 As homossexualidades no período da abertura e da redemocratização	64
5 GÊNERO E SEXUALIDADE COMO INIMIGOS DO ESTADO	68
5.1 Os movimentos conservadores na ditadura militar	68
5.2 A “ideologia de gênero” e os movimentos antigênero	74

5.3 Movimentos de resistência aos ataques antigênero.....	78
6 METODOLOGIA	82
6.1 Caracterização da pesquisa	82
6.2 Participantes.....	83
6.3 Obtenção de dados	83
6.4 Cuidados éticos, riscos e benefícios da pesquisa	84
7 MEMÓRIAS E NARRATIVAS: ANÁLISE.....	85
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

Memórias de infância do pequeno Grande Erli.

Vou revisitar algumas memórias que me marcaram profundamente na infância, mas especificamente dentro do espaço escolar...

O jovem Erli, apreensivo, começa a pensar e pensar e pensar. O Erli do presente pergunta: “você está preparado para reviver essas memórias, meu pequeno grande Erli”?

Erli, todo confuso com seus pensamentos, para um pouco e fica silencioso, pois ele sabe que aquilo que está guardado é delicado e espinhoso. Por um momento, ele tenta fugir dessas memórias, mas ele sabe que o passado sempre entrecruza com sua história.

Quando criança, sempre foi um menino calmo, tranquilo e obediente, não sabia compreender os motivos por que as pessoas olhavam para ele diferente. Erli, uma criança que nasceu no interior da Bahia, e que sempre olhou para as coisas da vida com muito carinho e muita alegria. Erli construiu uma relação de confiança e respeito durante os anos da educação infantil, e até então, gostava desse espaço de educação, pois lá ninguém o maltratava não.

Participava das brincadeiras e das gincanas que a escola organizava, era feliz, pois ele seguia aquilo que queria, brincar, dançar e estudar. Seu corpo era livre e sem modulação, ele não precisava se encaixar no modelo do corpo heteronômico que a sociedade coloca como padrão.

Mas esse cenário logo se transformaria. Coitado do pequeno Erli e das coisas que ele vivenciaria. Ah, vocês vão entender melhor agora, pois o pequeno Erli iria ter que mudar de Estado e conseqüentemente iria ter que estudar em outra escola.

Erli, então, mudou-se para o Estado do Mato Grosso, mais especificamente para a cidade de São José do Povo, na qual carregava com ele as lembranças e as memórias de uma escola que o respeitava e o aceitava sem julgamentos e sem modulação.

É chegado o momento de ir para a nova escola. O pequeno Erli, com medo e insegurança do que lhe esperava lá fora... Os anos se passaram e essa criança sofria, mas no fundo, no fundo, ele não compreendia.

O pequeno Erli gostava das disciplinas de história, geografia, sociologia e filosofia. Pouco se interessava por matemática, química e biologia, mas o que ele mais

detestava era educação física. Erli não era uma criança que se interessava em jogar futebol. Então, ele torcia para que as aulas fossem na teoria, pois ir para a quadra ele não gostava, as crianças zombavam dele com piadinhas e risadas.

Erli odiava o intervalo, pois os minutos não passavam e as piadinhas de cunho grotesco se intensificavam. Dentre elas, “olha lá vem o viadinho que não gosta de jogar bola, ele tem mesmo é que ficar sozinho”. Erli, mais uma vez, se isolava e dentro da sala de aula ele ficava.

Os professores tampouco se importavam. Ah, pequeno Erli lembra bem do professor de matemática, era o único professor que lhe falava que tudo isso um dia passaria e que um sorriso no meu rosto ele veria.

Os anos se passaram, passaram e passaram e no 3º ano do Ensino Médio o pequeno Erli chegou. E com a esperança de que o preconceito ali com ele acabou. Pequeno Erli começou a compreender o que as pessoas faziam com ele apenas quando entrou na Universidade. Foi lá que o professor Bruno do Prado Alexandre começou a falar sobre diversidade.

Foi o primeiro momento que o pequeno Erli se sentiu representado, pois a todo tempo no espaço escolar nunca se era falado sobre diversidade. Erli começou a entender que aquilo que era feito com ele não era certo. E, então, começou a estudar até descobrir que era sobre as questões de gênero e sexualidade dentro do espaço escolar que ele gostaria de pesquisar.

Pequeno e já grande Erli, então, concluiu sua graduação, tornando-se educador e professor de História, e no mestrado começou a pensar então... Foi aí que ele criou coragem e fez sua inscrição, sabendo que a temática que ele propõe a investigar é de muita contribuição. E no mestrado, Grande Erli ingressou com a temática Gênero, Sexualidade e Educação: memórias de infância de professores LGBTQIA+ no período da redemocratização.

O objetivo da pesquisa consiste em analisar as memórias de infância de professores que viveram suas infâncias durante o período da redemocratização, se autodeclaram LGBTQIA+ e hoje atuam na área da Educação Básica, na rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se analisar nessas memórias: as pedagogias de gênero e de sexualidade vigentes na escola e na família, durante o período da redemocratização, e que aparecem nas memórias de infância dos professores; os dispositivos de gênero, sexualidade e infância nas memórias dos professores, que atravessam as suas experiências na

escola e na família; as implicações dessas memórias de infância na prática docente atual dos professores.

E é aí que começa a investigação. O que o pequeno Erli quer então? Não quer trazer o passado! Até porque o passado não existe, o historiador Marc Bloch pode afirmar com precisão. O objetivo aqui é reconstruir o passado a partir das experiências do presente.

Partindo desta indagação, nada mais justo do que entrecruzar as experiências do pequeno grande Erli com as memórias de infância de professores e professoras LGBT da rede estadual do Mato Grosso na qual ele atua em sua referida profissão. E que a partir das memórias dos professores e professoras LGBTQIA+ outros educadores e educandos possam explorar espaço de prática e liberdade sem tanta marginalização.

Sendo assim, destaca-se inicialmente que a escola e a família são espaços de aprendizagens significativos para a formação dos sujeitos, nos quais tanto podem ser ensinados e reiterados preconceitos, quanto combatidos. Partindo desta premissa, o gênero e a sexualidade podem ser entendidos como temas que, postos à parte nas discussões, acabam por se tornar tabus discursivos que corroboram com os componentes de neutralização.

O termo neutralizado é a palavra que mais se aproxima para caracterizar o objeto de estudo aqui delineado. Destarte, o tema da sexualidade não foi emudecido por completo, posto que esteve e está presente na escola e na família, em diferentes temporalidades, de modo superficial, vazio, esvaziado de conteúdos e investido de moralismos, fazendo parte de um conjunto de temas marginalizados, que, quando estão no cerne das questões escolares e familiares, se associam a discursos de reiteração de padrões heteronormativos e envolvidos com dispositivos de posicionamentos religiosos. A expressão “neutra” aqui é carregada dessa dimensão, isto é, a sexualidade é inserida na educação como uma forma de os estudantes seguirem uma padronização, que produz hierarquias, discriminações, violências e a exclusão de todos e todas que escapam desse modelo.

A sexualidade é proposta como tema de neutralização de atitudes políticas, assim como de padronização de corpos e comportamentos, acentuação de estereótipos e sufocamento da criatividade humana. Todavia, não se pode ignorar que há, por parte dos grupos mais atingidos por esta neutralização (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais

e identidades de gênero - LGBTQIA+), amostras significativas de resistência, pois, embora os dispositivos institucionais estejam cada vez mais invasivos e ditem a cada dia os comportamentos, tais grupos acabam por encontrar brechas e soluções criativas para se desvencilhar das amarras do poder que visam subjugar-los/as, abrindo possibilidades de atuação e militância.

Conforme afirma Michel Foucault (1988), a sexualidade é uma alcunha que se refere a um dispositivo histórico. Assim, configura-se em uma rede de encadeamentos em que se entrelaçam o estímulo dos corpos, a potenciação dos prazeres, o discurso, os conhecimentos, o jugo dos domínios e a resistência a eles, cada qual segundo estratégias de poder próprio.

Se tantas pessoas já se conscientizaram do estado de opressão que as circunda, então, é porque tal coisa salta à vista. E não há como negar. Afinal, a repressão, o preconceito, o domínio que a moralidade estabelecida exerce sobre os temas da sexualidade acabam por tolher e marginalizar qualquer um/a que ouse tratar desse assunto para além dos enquadres autorizados. Assim, a sexualidade que se discute no País é aquela que tem raízes profundas nesse estado de opressão que traça claros estigmas na frente dos que escapam dos parvos padrões, colocando-os à parte da sociedade que não os entende e não os reconhece como sujeitos dignos de existência.

No Brasil, o golpe de 1964 e, por conseguinte, a instauração do regime autoritário, reprimiu qualquer nível de liberdade de expressão de homossexuais e transexuais, haja vista que a ideologia governante relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão, sendo considerada um fator nocivo aos “bons costumes” da família. Ao surgir o movimento de gays e lésbicas, na década de 1970, este foi considerado como resultado de um complô entre os órgãos de imprensa e os comunistas (Brasil, 2014).

Em 1978 foi lançado o primeiro jornal a defender de forma clara e aberta os direitos homossexuais. O Jornal *Lampião da Esquina*¹ conseguiu incentivar a criação

¹ O jornal “Lampião da Esquina” foi fundado em 1978 por jornalistas, intelectuais e ativistas homossexuais de São Paulo e Rio de Janeiro. Dentre os fundadores destacam-se: Aguinaldo Silva, Clóvis Marques, Antônio Chrysóstomo, Darcy Penteado, Gasparino Damata, Jean Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas e Peter Fry. O jornal abordava assuntos como sexualidade, racismo e machismo, empregando um vocabulário considerado, até então, impróprio, como, por exemplo, “bixa” e “viado”. Desse modo, seu objetivo era ressignificar tais termos preconceituosos voltados a homossexuais e utilizá-los como forma de aceitação e resistência, buscando, portanto, quebrar paradigmas da sociedade conservadora da época a partir da conexão entre as minorias do país (Cava, 2021).

do primeiro grupo ativista do Brasil, que adotou o nome: “SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual”. Contudo, não demorou muito para que todos ligados ao jornal passassem a sofrer repressão por parte dos ditadores. Apesar das tentativas de repressão, os diferentes movimentos sociais (estudantis, feministas, LGBTs e negros) foram unificados e fortalecidos por atos de resistência (Brasil, 2014).

Ademais, o regime militar buscou de diversas formas controlar a educação básica do país: perseguição aos/às professores/as, criação da disciplina Educação Moral e Cívica e demais disciplinas voltadas para a Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e censura aos conteúdos ministrados, livros adotados e até mesmo a utilização de termos ligados aos temas e problemas considerados ameaçadores ao regime. Nesse contexto, a sexualidade era entendida, ao menos por parte da população, como um tema anti-higiênico e, sobretudo, antipedagógico e imoral. Mediante constatação, os/as docentes optaram por não abordar o assunto, até mesmo por medo de represálias e/ou intimidações (Monteiro; Ribeiro, 2019).

Além disso, foi somente a partir dos anos 1990, sob forte pressão internacional, que as políticas destinadas a responder questões referentes às desigualdades de gênero e sexualidade passaram a ser formuladas. Outrossim, a epidemia HIV/AIDS impactou na educação no mesmo período, haja vista que se fez necessário propagar informações acerca do sexo seguro, abordando não só o contágio das denominadas, à época, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), como também a gravidez na adolescência, que passava a ser considerada como um problema de cunho pedagógico (Monteiro; Ribeiro, 2019).

Dessa forma, mediante cenário aludido, é possível perceber que a questão da sexualidade é trabalhada somente em seus aspectos biológicos. Até mesmo nos documentos criados como forma de responder aos problemas é perceptível que qualquer pessoa que fuja da heteronormatividade permanece sem lugar no âmbito normativo da escola.

Nota-se, ainda, que as questões de gênero e sexualidade foram temas condenados e silenciados historicamente. Com isso, analisando o contexto da ditadura militar, esse processo de apagamento e silenciamento de corpos denominados como “desviantes” mantinha-se com força total. Tanto no contexto familiar como na escola, a criança que não seguia um modelo heteronormativo era excluída e colocada como um ser incomum, logo visto como uma aberração. A partir desse fio condutor, esta pesquisa tem como objetivo analisar os dispositivos de

gênero, sexualidade e infância, presentes na escola e na família, trazidos nas memórias de infância de professores/as que se autodeclararam LGBTQIA+, e como essas memórias podem impactar na vida atual dessas pessoas que, no momento presente, são educadores/as.

Adstrita a isso, esta pesquisa poderá oferecer uma base para discussões acadêmicas sobre as dificuldades e as batalhas enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+, focando não apenas no contexto da redemocratização (que é o escopo temporal deste trabalho), mas também nos desafios atuais, que incluem a persistente resistência contra atitudes ultraconservadoras que buscam silenciar, invisibilizar e excluir pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, entender os impactos que regimes autoritários exercem sobre as vidas das pessoas que fogem de normativas de gênero e sexualidade permite contribuir para a compreensão crítica, no âmbito da educação, e a participação política no contexto social atual.

Para a compreensão das narrativas aqui apresentadas, tem-se como referencial de análise o conceito de discurso de Michel Foucault, considerado, segundo Ferreira e Traversini (2013), como uma ferramenta que propõe o entendimento do discurso como discursos, isto é, no plural, mediante o conceito de gestão de pessoas. Dessa forma, a análise do discurso foucaultiana considera as especificidades nas quais cada discurso apresenta uma peculiaridade que, muitas vezes, as teorias aplicadas em seu entendimento não são suficientes para atender às idiossincrasias presentes.

Sobre o conceito de memória, recorre-se a Walter Benjamin (2007), para quem a memória não pode ser compreendida como acontecimentos restritos ao passado. Trata-se de trabalhar a perspectiva de memória não como retrato daquilo que realmente aconteceu, mas sempre como uma produção de sentidos sobre o passado a partir das perguntas do presente.

Quanto ao contexto da ditadura militar, momento histórico de muita opressão e violência institucional, seja de caráter autoritário, nacionalista e moralista-conservador, dialoga-se com autores ativistas dos movimentos LGBTQIA+, tais como: Renan Honorio Quinalha (2021), James Naylor Green (2000), João Silvério Trevisan (2004). Soma-se às obras desses autores o relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), que trata das graves violações dos direitos humanos entre 1946 e 1988. Tal documento foi elaborado coletivamente por seis membros (José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro,

Pedro Dallari e Rosa Cardoso) e entregue à Presidenta Dilma Rousseff no ano de 2014, dividido em três volumes. O objetivo da elaboração do relatório, em linhas gerais, foi promover o direito à memória e à verdade histórica.

Isso posto, a escolha da metodologia aludida está pautada na compreensão de que as memórias e experiências, como criança, adolescente e jovem gay, são indissociáveis da prática, seja como professor da educação básica ou como pesquisador. Além disso, ressalta-se que pensar o modo como os professores/as, sobretudo os que performam gêneros que vão para além do masculino e feminino normativos, pode contribuir para ressignificar suas infâncias e processo educativo, o que implica uma problematização articulada ao âmbito da memória, onde o sujeito pode se dar a conhecer como quem de fato é, e não como a sociedade quer que seja.

Destarte, o presente trabalho foi estruturado de modo a abordar com minúcias vários detalhes do âmbito social e dos dispositivos de poder que inibem as liberdades de gênero e sexualidade, desembocando, portanto, em um chamado à revivescência da memória como meio indispensável para o reconhecimento dos preconceitos e perseguições sofridos e como meio legítimo de afirmação social e histórica.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda a interseccionalidade como uma ferramenta essencial para desmontar e compreender as violências de gênero, examinando a interseção entre diferentes formas de discriminação durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Inicia-se, portanto, com a apresentação da base teórica da interseccionalidade, destacando como essa perspectiva analítica busca compreender as experiências que articulam categorias historicamente consideradas isoladas, como gênero, raça e classe. Ao longo do capítulo, são abordadas as experiências interseccionais enfrentadas por minorias durante o período ditatorial, incluindo mulheres negras, negros, trans, indígenas e pessoas LGBTQIA+. Explora-se, ainda, como esses grupos foram alvo de perseguição, violência, e opressão, evidenciando a necessidade de uma análise interseccional das violências sofridas por esses sujeitos.

No segundo capítulo, abordam-se as relações entre sexualidade, saber e poder, sob a perspectiva do discurso médico na produção da norma sexual. Sendo assim, discute-se o papel desempenhado pelos médicos no tocante ao exercício de controle sobre os corpos e à fixação de um padrão normativo. Por meio dos discursos de poder e do amparo dos dispositivos do Estado, estes profissionais definiam o que devia ou não ser feito, o que seria patológico ou normal, estabelecendo regras e

padrões que deveriam ser seguidos na sociedade. Tais discursos e ações foram largamente empregados para inibir sexualidades e tachar a homoafetividade como patologia.

No capítulo seguinte, discutem-se a ditadura militar e homossexualidades, com foco na opressão, na convivência cívica com os ideais moralistas e opressores da ditadura, bem como na perseguição a minorias LGBTQI+ e nos discursos oficiais como meio de falsear a história enterrando as memórias dos que resistiram à perda de suas identidades por causa dos dispositivos normatizadores do Estado.

No capítulo seguinte, “O meu prazer agora é risco de vida: sexualidades dissidentes e norma médico-legal no período da redemocratização brasileira”, são discutidas a perpetuação dos preconceitos e do *modus operandi* dos dispositivos repressivos já na redemocratização, com a associação da homoafetividade à propagação de doenças, como desvio psicológico, e como o discurso médico endossou essa concepção que até hoje se perpetua entre a população do Brasil. Também são discutidas nesse capítulo as lutas LGBTQI+ por participação política legalmente.

Visto isto, aprofunda-se mais esse assunto no capítulo “Gênero e sexualidade como inimigos do Estado”, em que são trazidos a lume os movimentos civis no período ditatorial que se contrapunham às pessoas LGBTQI+, e como muitos desses discursos prosseguiram na redemocratização, ganhando cada vez mais poder como o discurso antigênero, do qual provêm muitas difamações e preconceitos contra os movimentos sobreditos.

No capítulo dedicado à metodologia, apresenta-se o caminho metodológico adotado para analisar as memórias de infância de docentes que viveram durante no período de redemocratização no Brasil. Abrange-se a caracterização da pesquisa, destacando a perspectiva foucaultiana do discurso, o conceito de memória de Walter Benjamin e a interseccionalidade como vieses metodológicos. Além disso, são caracterizados os participantes envolvidos na pesquisa, os métodos de obtenção de dados, bem como a pesquisa bibliográfica e a produção de narrativas escritas e os cuidados éticos adotados.

Por fim, após tecer um panorama conceitual do contexto para se entender as ações dos dispositivos estruturais de poder e dos discursos de padrão normativo, procede-se à análise das memórias e narrativas de professores que vivenciaram o fim da ditadura e o começo da redemocratização, focando nos preconceitos vividos, nas

dificuldades enfrentadas, mas também na importância das memórias para que o povo brasileiro aprenda com o passado em diálogo com o presente, com vistas a uma consciência histórica, a fim de trabalhar para construir um futuro mais democrático.

1 A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE DESCONSTRUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

1.1 Experiências interseccionais durante a ditadura militar

Segundo Díaz-Benítez e Mattos (2019), as perspectivas interseccionais surgiram no campo dos estudos de gênero na década de 1990, mais precisamente no marco teórico do feminismo negro. Reflexões sobre a intersecção entre gênero, raça e classe (como áreas compartilhadas por diferentes grupos) têm pautado importantes debates que abriram o que hoje é comumente chamado de feminismo interseccional. A análise de intersecção prioriza discussões de experiências que articulam categorias historicamente conceituadas isoladamente (por exemplo, quando consideramos gênero sem prestar atenção aos marcadores de raça ou classe em uma determinada experiência).

Na ação política, a interseccionalidade busca o alinhamento de diferentes agendas considerando o modo próprio como elas se expressam. Nessa perspectiva, portanto, espera-se que os movimentos sociais sejam sensíveis às diferentes formas de desigualdade, opressão, exclusão e marginalização, como o classismo, sexismo, heterossexismo, racismo e homofobia, sem que nenhum deles seja priorizado de antemão, mas de acordo com o contexto e a situação singular. Isso, no entanto, nem sempre acontece, criando um debate perpétuo dentro dos movimentos que buscam igualdade.

Sendo assim, é importante destacar questões específicas enfrentadas por minorias no decorrer da ditadura militar, tais como mulheres negras, negros, trans e indígenas. Dito isso, durante a ditadura militar, as promulgações dos Atos Institucionais implementaram a censura, a caça às minorias, a supressão de direitos constitucionais, a completa falta de democracia e a repressão aos que se opunham ao governo militar.

Dentre esses atos institucionais, destaca-se o Ato Institucional nº 5 (AI-5), o quinto maior decreto do governo militar brasileiro (1964-1985). Foi considerado o golpe mais duro à democracia no período, dando ao regime um poder quase absoluto. O AI-5 foi elaborado pelo ministro da Justiça, Luis Antonio da Gama Silva, e entrou

em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante a gestão do então presidente Artur da Costa Silva.

Ademais, o AI-5 foi também uma retaliação a um discurso do vice-presidente Márcio Moreira Alves em que pedia ao povo brasileiro que boicotasse as comemorações de 7 de setembro de 1968, protestando, assim, contra a junta. A Câmara negou autorização para processar o deputado pela conduta. Nesse caso, podemos considerar que alguns segmentos são mais afetados do que outros. Diante disso, os gays passaram a ser vistos como uma ameaça à moral e às boas práticas; as mulheres passaram a ser retratadas como terroristas por ocuparem espaços masculinos; a perseguição ao movimento negro na luta por causas sociais também se intensificou; e as comunidades indígenas também sofreram com o autoritarismo. Uma investigação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) estimou que pelo menos 8.350 indígenas foram mortos entre 1946 e 1988.

1.2 Análise interseccional das violências

Segundo Kimberlé Crenshaw (2002), os exemplos mais pungentes de opressão interseccional costumam ser os mais trágicos: a violência contra as mulheres com base em raça ou etnia. Por isso, não é possível falar de repressão, tortura e ditadura sem abordar a questão da mulher. Isso porque, segundo Teles (2015), as mulheres têm ampla participação em todas as organizações políticas mais intensamente sigilosas.

Cerca de 11 por cento do número total de pessoas mortas e desaparecidas, na ditadura, cujos nomes foram registrados, eram mulheres. Isso não é uma eventualidade de um período somente, visto que até hoje o sexismo persiste, se não matando a mulher politicamente, mas sopitando dela a possibilidade de ascender a postos públicos, majoritariamente ocupados por homens, como fica nítido quando se observa que na última eleição para a Câmara Federal foram eleitas 51 mulheres, isto é, 9,9% do total de 513 eleitos.

No período ditatorial, uma parcela significativa de mulheres ingressou em organizações clandestinas de esquerda, participando de mais de 40 organizações políticas revolucionárias e de resistência. Algumas mulheres juntaram-se a grupos de guerrilha em áreas urbanas e rurais, enquanto outras se envolveram em atividades

políticas, como organização e manutenção de jornais secretos, distribuição de materiais impressos e manutenção de instalações (conhecidas como equipamentos) e atividades que serviram de base para estruturas organizacionais (Colling, 2004).

Essas organizações políticas foram profundamente reprimidas e suas lideranças foram destituídas pela ditadura, mesmo aquelas que não participavam da luta armada. Mulheres foram sequestradas, torturadas, estupradas, assassinadas e desaparecidas. O Projeto Brasil Nunca Mais analisou 7.367 casos de militantes processados pela justiça militar, 12% dos quais eram mulheres. O Estado-Maior do Exército realizou uma investigação sobre os presos políticos detidos no quartel em determinado momento de 1970, e eram mais de 500 militantes no total. Desse total, 56% eram estudantes, com idade média de 23 anos, e 26% eram mulheres. Dezessete por cento dos 70 guerrilheiros desaparecidos na guerrilha do Araguaia, no sul do estado do Pará, entre 1972 e 1975, eram mulheres (Colling, 2004).

A tortura de mulheres e homens fez parte da estratégia política do país à época. E mesmo sob a ditadura militar, homens e mulheres denunciaram a tortura na Justiça Militar, mesmo sob o risco de que com suas denúncias lhes ocorresse algo semelhante ao que acusavam. Ainda de acordo com o Projeto Brasil Nunca Mais, 1.843 pessoas foram condenadas a tortura na Justiça, mas nem o judiciário militar nem nenhuma autoridade tomaram qualquer medida para investigar e prevenir tais atrocidades (Teles, 2012).

Em geral, as mulheres participaram de organizações políticas clandestinas a fim de garantir a infraestrutura para operações políticas e militares, pegando em armas e vivendo de diferentes formas, sob diferentes nomes, com diferentes identidades, emigrando para várias partes do país ou mesmo para outros países, experimentando diversos dramas, como engravidar, abortar ou ter o bebê e amamentá-lo, lamentando sua sorte bem como a perda de entes queridos (Teles, 2012).

Isso demonstra que, para garantir que todas as mulheres se beneficiem da proteção ampliada dos direitos humanos baseados em gênero, será necessária atenção às muitas maneiras pelas quais o gênero se cruza com uma série de outras identidades e como essas intersecções levam a vulnerabilidades específicas para diferentes grupos de mulheres. Como as experiências específicas de mulheres de um determinado grupo étnico ou racial são muitas vezes mascaradas dentro de categorias raciais e de gênero mais amplas, a extensão total de sua vulnerabilidade

interseccional permanece desconhecida e, em última análise, precisa ser construída a partir do zero (Crenshaw, 2002).

Quanto ao público LGBTQUIA+, mesmo aqueles não associados a grupos políticos, foram perseguidos por causa de questões de gênero, sendo presos arbitrariamente, destituídos de cargos e submetidos a inúmeras censuras e formas de violência por parte do regime autoritário brasileiro. Alguns nem conseguiram apoio da esquerda, que entendia sua luta como inferior, enfatizando como prioridade a luta do proletariado. Tal fenômeno atestou ainda uma triste realidade: a homofobia não tem lado, visto que está enraizada na maioria dos brasileiros independente do âmbito político que escolham seguir.

Ademais, segundo Leão *et al.* (2019), as perseguições aos LGBT não se limitaram às instituições, ela aconteceu nas ruas porque sua presença foi suficiente para ofender as heteronormatividades. A segregação de gays nos chamados "guetos" não começou durante a ditadura, mas se agravou com a intensificação do policiamento à medida que o Estado os monitorava e censurava. Não era mais seguro vagar pelas ruas, e a moral era facilmente afetada por aqueles que se desviam dos padrões prescritos. As classes mais pobres, inclusive as travestis da prostituição, sofreram diariamente as consequências de sua constante exposição. Pode-se dizer que, no primeiro semestre de 1980, cerca de 300 a 500 pessoas foram presas diariamente.

Thais Azevedo, enfermeira que vivenciou tudo isso de perto, disse como as comunidades sofreram com a chamada "higienização", uma forma contundente de violência. A cantora e compositora Ângela Ro Ro também fez parte das inúmeras pessoas que relataram ter vivenciado a homofobia durante a ditadura, período no qual ela afirmou ter sido espancada cinco vezes e destacou o quão bárbara foi a violência física contra gays, devido à imposição da masculinidade e dos padrões sexuais heteronormativos impostos à sociedade como normais e desejáveis. Em seu relatório final, a CNV concluiu que cerca de 1.500 pessoas foram presas somente em São Paulo pelo "saneamento" da perseguição LGBTQI+ (Leão *et al.*, 2019).

No tocante às pessoas negras, é mister ressaltar que nem todas as figuras negras importantes foram perseguidas durante a ditadura militar por causa da cor de sua pele. Alguns, como Milton Santos, um dos maiores cientistas da história do país, foram claramente visados pelo regime por sua postura de esquerda. Sua viagem a Cuba com o então presidente Jânio Quadros resultou na inclusão de seu nome na

"lista do Exército". Após o golpe, ficou seis meses detido e colocado em prisão domiciliar. No Natal de 1964, voltou para a Europa e passou 13 anos no exílio (Santos, 1999).

No entanto, a ideia de que o Brasil está livre do racismo é justamente um dos pilares da ditadura militar. O chamado princípio da “democracia racial”, defendido por alguns cientistas sociais desde a década de 1930 e presente no discurso da elite política, também foi utilizado pelo regime, para vender uma imagem do Brasil como um paraíso coeso e racial. Ao discordar dessa máxima, o movimento negro posicionou-se contra a narrativa oficial nacional. Assim, condenar o horror e a violência sofridos pelos negros ao longo da história do país foi visto pelos militares como incitação ao ódio e à subversão (Domingues, 2007).

Segundo Covin (1990), o golpe desvinculou lideranças negras, que ficaram em estado de "semi-sigilo" e até mesmo isoladas de entidades que na verdade eram secretas. Havia poucas pessoas nessas organizações. O pensador insere o exílio de Abdias do Nascimento na América como exemplo dessa desmobilização, por ser um personagem com expressão distinta. O *impeachment* e exílio do deputado Guerreiro Ramos, intelectual do Teatro Experimental do Negro (Teatro Experimental do Negro, TEN), também foi decisivo para desestabilizar essas redes de luta.

Nesse sentido, o estado de exceção é responsável pela falácia da “democracia racial”. Para Marize Conceição de Jesus (2015), os militares inicialmente adotaram uma postura mais cautelosa na proteção de alguns representantes da comunidade negra, justamente para desencorajar discussões dessa natureza.

Em junho de 1978, foi fundado em São Paulo o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente abreviado para MNU. Apesar do nome, ele não é único. A antropóloga Lélia Gonzalez esteve envolvida na sua criação e foi eleita para a Comissão Executiva Nacional do MNU, à qual serviu de 1978 a 1982. No entanto, o movimento não se concentrou nas reivindicações de gênero. Lélia Gonzalez criou um coletivo de mulheres negras, o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (em homenagem à Rainha Africana) devido ao sexismo no MNU (Gonzalez; Hasenbalg, 2022).

Se os movimentos negros, muitas vezes, deixam de dar atenção às questões de gênero e passam a reproduzir certas práticas derivadas de ideologias dominantes, especialmente no que se refere ao sexismo, os movimentos feministas, muitas vezes, deixam de levar em consideração a raça. Por seu turno, o governo brasileiro agiu para

tentar reprimir o movimento organizado e o povo que organizava suas próprias lutas de acordo com a necessidade vigente, condenando os inúmeros problemas e situações de violência, desprezo e injustiça enfrentados pelos negros (Gomes, 2011).

Contudo, mesmo após a Abolição, e mesmo com o advento da República, não houve grandes mudanças sociais para essa parcela da população brasileira. Considerando os fatos aqui expostos, é necessário destacar que a ditadura militar adotou uma política de perseguição e destruição contra as iniciativas do movimento negro e suas figuras, ao mesmo tempo em que "vendia" a utopia de um Brasil harmonioso para o resto do planeta (Gomes, 2011).

Além disso, como exposto, durante o período militar, as Forças Armadas foram um importante mecanismo para as ações violentas do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interina (DOI-CODI) - centro de tortura e assassinato de opositores à ditadura militar, os inimigos naturais do regime. Ou seja, o sistema de segurança pública permanece inalterado desde a ditadura, e dessa forma, entende-se que ainda hoje existem resquícios do período em que foi instituída a polícia militar: corporação policial que mais assassina no mundo (Valença, 2022).

Como exemplo de técnica há muito utilizada pelas ditaduras militares, há o caso de tortura e homicídio perpetrado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) em 25 de março de 2022, na cidade de Umbauba, interior de Sergipe, caracterizando outra vítima do sistema segurança pública. A vítima, um homem negro de 38 anos diagnosticado com esquizofrenia, teve seus direitos e sua vida sufocados em uma câmara de gás improvisada por dois agentes do estado que usaram spray de pimenta e gás lacrimogêneo no porta-malas de um veículo. Ou seja, mais um homem negro que, por algum motivo, é considerado suspeito e inimigo a combater.

Adstrito a isso, em se tratando dos povos indígenas nesse período, segundo a CNV, que trata especificamente da violência contra os povos indígenas, cerca de 8.350 mortes de índios foram vinculadas à ditadura, mas estima-se que o número seja ainda maior (BRASIL, 2014). Órgãos governamentais, como o Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1910 e depois a Funai (Fundação Nacional do Índio), em 1967, deveriam fiscalizar os direitos dos povos indígenas, mas foram acusados de corrupção e violência contra esses povos.

A CNV também observou, por exemplo, que na gestão do major Luis Vinhas Neves, General Bandeira de Mello e Romero Jucá, havia vínculos com extração de

madeira e minério, colonização e fundação, além de casos graves de violações de direitos humanos relacionados às obras de instalações. A expropriação de terras indígenas e seus recursos foi favorecida, a corrupção oficial não foi controlada e a violência extrema contra os índios por parte de grupos privados ficou impune. Com exceção de alguns casos esporádicos, pode-se inferir que a justiça não foi feita (Brasil, 2014).

1.3 Desconstrução das violências por meio da interseccionalidade

A perspectiva da interseccionalidade permite que se possa entender melhor as desigualdades e sobreposições de opressão e discriminação existentes na sociedade brasileira. Pode ser vista como uma importante ferramenta analítica para pensar as relações sociais de raça, gênero e classe e os desafios da adoção de políticas públicas efetivas (Collins; Bilge, 2021).

Para entender como esses sistemas opressivos afetam diferentes pessoas de modos bastante variados, é necessário lembrar que existem naturalmente muitas diferenças de gênero, cor, idade, altura etc. Mas muitos indivíduos ou grupos, apenas por pertencerem a essas “categorias”, têm sido submetidos a uma série de discriminações, preconceitos e opressões de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, entre outros.

De acordo com Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma conceituação de um problema projetado para capturar as consequências estruturais e dinâmicas das interações entre dois ou mais eixos subordinados. Em particular, ela aborda como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades fundamentais que moldam o status relativo de mulheres, raças, etnias, classes e outros. Além disso, a interseccionalidade diz respeito a como ações e políticas específicas geram opressão que flui ao longo desses eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou positivos do desempoderamento.

Para Crenshaw (2002), é por meio desse termo que se pode explicar como eixos de poder relacionados à raça, etnia, gênero e classe estruturam as esferas socioeconômica e política de nossas vidas. Além disso, esses eixos são distintos e exclusivos. Por exemplo, o racismo é diferente do patriarcado, que é diferente da opressão de classe, mas, muitas vezes, eles se entrelaçam, formando intersecções complexas, em que dois, três ou quatro eixos acabam se cruzando.

O termo mostra-se, assim, como ferramenta do antirracismo, dos movimentos feministas e das instâncias de defesa dos direitos humanos, e vem a cada dia ampliando seu escopo analítico, levando em consideração outros marcadores sociais, como sexualidade, identidade de gênero e tantos outros.

Desse modo, Carla Akotirene (2019) esclarece, em seu livro sobre interseccionalidade, que visa apresentar questões relacionadas ao feminismo negro, como essa perspectiva pode ajudar a enxergar a opressão de modo mais amplo e combatê-la, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. E o que é mais complexo, argumenta a autora, é que às vezes somos oprimidos, mas às vezes somos os opressores.

A partir disso, pode-se entender que a interseccionalidade é um processo de descoberta que nos remete ao fato de que o mundo ao nosso redor é complexo, contraditório e exige nossa atenção, ou seja, trata-se de uma contribuição teórica metodológica para pensar as múltiplas exclusões e como realmente pensar sobre elas, desenvolvendo estratégias para lidar com esse paradigma (Crenshaw, 2002).

No estudo de Marília Ortiz (2013), pode-se perceber como a interseccionalidade afeta o campo das políticas públicas no Brasil, especialmente a por tratar de forma horizontal conceitos como raça e gênero. Os autores concluem que no Brasil há apenas uma superinclusão de terminologia e a perpetuação de estruturas destinadas a lidar com a discriminação de categoria única.

Segundo pesquisa realizada por Meghan Campbell (2015), há uma inconsistência relevante quanto ao avanço da incorporação da interseccionalidade nas recomendações do comitê da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW). No entanto, eles começam com uma compreensão das desigualdades interseccionais, demonstrando o potencial desse conceito para encontrar novas formas de abordar o acesso aos direitos humanos. Portanto, integrar a interseccionalidade, não apenas no contexto internacional dos direitos humanos, mas também no contexto nacional, aprofunda o debate e contribui para o aprimoramento de estratégias voltadas para a efetivação dos direitos humanos.

Apesar das preocupações com a vacuidade do conceito, é inegável que a interseccionalidade tem grande potencial na busca pela efetivação dos direitos humanos em um país historicamente desigual e marcado pela exclusão social baseada em fatores, como raça, classe, orientação sexual, entre outros. Logo, ampliar o entendimento sobre a interseccionalidade das desigualdades sociais no país é uma

forma de promover mecanismos mais adequados para saná-las (Stelzel; Kyrillos, 2021).

O objetivo é, portanto, quebrar discursos que incluem apenas segmentos específicos e minoritários de mulheres brasileiras - brancas, heterossexuais e de classe média ou alta - sob o argumento de que fatores estruturais como raça geram processos específicos de exclusão e, portanto, requerem ferramentas específicas para resolvê-los. Sem esse reconhecimento, corre-se o risco de continuar a exclusão baseada em discursos que apenas defendem formalmente o gozo dos direitos humanos por todos (Stelzel; Kyrillos, 2021).

Portanto, para a efetividade da justiça de transição e o fortalecimento das democracias voltadas para a inclusão das minorias na sociedade, deve-se atentar para as vozes das vítimas em momentos específicos, como os vivenciados no Brasil entre 1964 e 1985. A tortura não é uma coisa do passado, pelo contrário, as instituições estatais exploram diariamente essas violações dos direitos humanos na base da sociedade.

Como argumentam Pavão e Cardoso (2019), vivemos uma nova ditadura em que a luta contra a subversão se torna uma batalha contra os pretos, pobres e prostitutas. Acrescente a isso os homossexuais e todos os outros grupos não reconhecidos pelas instituições autoritárias que ainda vigoram. São resquícios de um passado muito próximo que só pode ser combatido, se a vítima puder participar da luta contra aqueles que os violaram.

2 SEXUALIDADE, SABER E PODER: O DISCURSO MÉDICO NA PRODUÇÃO DA NORMA SEXUAL

2.1 A visão médica da homossexualidade

Ao longo do tempo, o aparelho de poder dos estados modernos lançou mão de muitos meios tecnológicos e científicos que corroborassem com suas aspirações políticas. Dentre alguns ramos do saber, as ciências médicas estiveram por muito tempo envolvidas com ações dos estados, em maior ou menor grau. Por isso, sabe-se que o exercício médico está intimamente relacionado com questões políticas, econômicas e sociais. A medicina, desde o início, objetivou, por meio de técnicas científicas, produzir padrões de corpos e mantê-los nas normas almejadas. Os médicos, no desempenho de suas funções profissionais, passaram a ser considerados pessoas de conhecimento e a exercer controle sobre o corpo. Consideram-se, portanto, médicos, psiquiatras, profissionais de saúde em geral aqueles que dizem o que deve ou não ser feito, o que é patológico ou normal, e estabelecem as regras e padrões que devem ser seguidos (Mendes; Monteiro, 2018).

Segundo Pereira (1994), as palavras do discurso de cura totalizam a figura do médico. Faz dele o mestre dos mestres. De certa forma, esse discurso diviniza a sua prática e maximiza o seu poder. Percebe-se claramente um vasto apreço, tanto pelo conhecimento médico como pelos próprios médicos, dotados de uma objetividade semi-sagrada e de acesso à verdade que, em última análise, obriga qualquer ideia progressista que destoa do *status quo* a se assujeitar, porque quem determina que isto ou aquilo está certo não é qualquer um, mas o "doutor", e o doutor sempre fala o certo, porque em nome da ciência objetiva.

Desse modo, Foucault (1997) aponta como a sexualidade está relacionada com a constituição da subjetividade na cultura moderna, que está implicada em “conhecer-se”, “cuidar de si” e “situar-se no discurso”. A sexualidade passou a ser vista como um elemento de medição das características humanas, a partir de um senso calculado de verdade.

Ademais, Alain Giami (2005) destaca que a sexualidade em Foucault é concebida como uma construção histórica. Além de reunir os diferentes conceitos que compõem o campo da sexualidade, por exemplo, normal versus patológico,

reprodutivo versus não reprodutivo, ele vê o processo de medicalização como uma das subforças que afetam a sociedade como um todo.

Nesse caso, parte das normas sobre quem, como e quando fazer sexo tem a ver com a forma como cada cultura lida com a reprodução. A distinção entre quem fecunda e quem produz atribui valores e papéis sociais diferentes a cada função. Historicamente, as diferenças físicas entre homens e mulheres levaram-nos a ocupar diferentes posições e funções sociais. E a suposição de que cada corpo individual encapsula o que a cultura considera masculino e feminino leva a uma constante reconstrução de normas (Butler, 2000).

Segundo Corrêa (1998), a subordinação da sexualidade à reprodução também foi influenciada pelo processo de medicalização que começou a ser imposto no final do século XIX, por meio de um discurso psiquiátrico que vincula a luxúria ao sentimento ou expressão sexual de pessoas por outras do mesmo sexo. Contudo, entre pessoas do mesmo sexo, existem outros desejos ou prazeres além da relação vaginal, como a masturbação, que até intensifica o desejo. Foi nesse caminho que a homossexualidade foi diagnosticada como doença e se desenvolveram diferentes ações de disciplina sexual.

Assim, Foucault (1997) mostra que as expressões sexuais que eram socialmente controladoras durante este período se manifestavam de múltiplas formas, a saber: as que surgiam com a idade (sexualidade do lactente ou da criança), a que se fixa em gostos ou práticas (sexualidade do invertido, do gerontófilo, do fetichista, por exemplo), os tipos que investem no relacionamento (sexualidade da relação médico-paciente, pedagogo-aluno, psiquiatra-louco), e as que habitam espaços definitivos (sexualidade do lar, da escola, da prisão), todas elas constituindo o *modus operandi* de procedimentos de poder.

Segundo Neto (2014), Viveiros de Castro, professor de direito penal da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, no final do século XIX, seria o grande responsável pela popularização da homossexualidade como um desvio ou deformação que necessita de tratamento no campo do direito médico. É por esta razão que, segundo o discurso da época, os "sodomitas" não deviam ir para a cadeia – o que é muito comum – mas para um manicômio, sem data exata de libertação.

Outrossim, Green (1999) argumenta que o trabalho de Viveiros de Castro é significativo porque representa a primeira tentativa de profissionais brasileiros a ir

além da análise moral da homossexualidade e investigar possíveis causas médicas, biológicas ou psicológicas desse comportamento.

Além dos termos estrangeiros que se popularizaram no Brasil a partir do final do século XIX, os mais comuns eram “sodomita”, “pederasta”, “invertido” e “uranista” e, no mesmo período, o termo “fresco” veio a ser empregado como expressão popular depreciativa referindo-se a homens gays. Segundo Green (1999), no Brasil da virada do século, a palavra “fresco” tinha o duplo significado de “puto”, mas também significava frescor, convívio ou suavidade do clima. Tornou-se um termo vago usado para zombar de homens efeminados que praticam sexo anal “passivo” com outros homens. Vários usos do termo aparecem no Dicionário Moderno, uma pequena compilação satírica da gíria erótica e pornográfica publicada em 1903.

Costa (1992) aponta que a verdadeira caça às sexualidades periféricas começa com a integração de novas normas de perversão e do indivíduo, baseadas na definição de padrões familiares, de casamento e de comportamento sexual heterossexual como moralidade privada reforçada e sinais sociais.

Segundo Foucault (1997, p. 147), a homossexualidade surge como um dos símbolos sexuais na sexualidade periférica quando esta passa da prática da sodomia para uma androginia interior, a androginia da alma. “Os sodomitas são reincidentes, mas os homossexuais são um hermafroditismo da alma”.

A ciência médica tem explorado esse espaço, indo além do tratamento das doenças sexualmente transmissíveis e atingindo o âmbito moral que é considerado a fonte do desvio sexual. A homossexualidade acabou, assim, sendo um marcador-chave da heterossexualidade normativa no século XIX e um fator importante no surgimento e reprodução de instituições dominantes na vida sexual nas sociedades ocidentais contemporâneas (Toniette, 2006).

Até meados do século XX, quando a homossexualidade era entendida como uma doença biológica ou psicológica que poderia encontrar causas em ambientes naturais ou sociais (um dilema que os médicos dissidentes não conseguiram resolver), a homossexualidade era considerada curável. A possibilidade de seu tratamento dependia de sua nova condição médica e, se fosse resultado do ambiente social, deveria envolver a aplicação desde fisioterapia até “medidas educativas” (Fry; Macrae, 1985).

A discussão sobre a “naturalidade” da “homossexualidade” floresceu no século XIX, sendo mais tarde defendida por vários médicos que argumentavam que a

“doença” estava relacionada com um defeito no hipotálamo ou em áreas do cérebro que, com um medicamento, poderia ser curada. Somente nas últimas décadas do século XX, em grande parte devido à pressão do movimento gay na década de 1970, é que a “condição” da homossexualidade começou a ser considerada positiva no discurso sobre saúde, mas permaneceu vulnerável. Contudo, no âmbito da psicologia, nessa época, considera-se ainda homossexuais como sujeitos passíveis a tratamento de acordo com as condições da sociedade em que vivem (Toniette, 2006).

É importante enfatizar que o advento da pílula anticoncepcional no século XX (e mais especificamente na década de 1960) marcou uma mudança de paradigma na sexualidade humana à medida que começou a separar a sexualidade da reprodução. Desta forma, o foco muda para o prazer do sexo e não apenas para a reprodução. Nesse momento, o movimento feminista ganhou novo impulso para promover a reflexão e fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, produzindo uma revolução em todas as áreas da experiência humana, seja em face ao patriarcado, à família patriarcal ou à relação entre os homens e mulheres ou igualdade de gênero (Castells, 2018).

Em 1973, 83 anos após a criação da definição diagnóstica de homossexualidade, a Associação Americana de Psiquiatria excluiu simbolicamente a homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM) como doença, desvio ou perversão, abrindo caminho para que uma nova definição de homossexualidade fosse reconhecida. Ao termo passou a ter adicionado o sufixo -dade, que carrega o significado de expressão. No Brasil, apenas 12 anos depois, em fevereiro de 1985, quando o Conselho Federal de Medicina passou do Código 302.0, que diagnostica a homossexualidade como "desvios e distúrbios sexuais", para o Código 206.9, que vincula a homossexualidade a "outras condições psicossociais", a homossexualidade não foi mais considerada um comportamento anormal (Castells, 2018).

Com o advento do HIV/AIDS na década de 1980, a homossexualidade tornou-se mais visível. Essa epidemia foi catastrófica porque surgiu em um momento em que a comunidade gay estava prestes a estabelecer a possibilidade da sexualidade experiencial, o chamado “gay é bom”.

2.2 A homossexualidade e o advento do HIV/AIDS

Vale ressaltar que, como aponta Pollak (1990), a prática homossexual também é vista como uma transgressão, uma negação da heterossexualidade que promove a superação de limitações individuais e coletivos que identificam a sexualidade como território divisivo, como cerne da heterossexualidade. Assim, a AIDS torna-se um divisor de águas no processo de identidade diferencial, conduzindo a um doloroso processo de reavaliação do comportamento e de autogestão do conflito.

Em seu estudo seminal sobre os aspectos sociológicos da epidemia de AIDS, Pollak (1990) utilizou o conceito de “grupo de destino” para nomear um mundo homossexual formado por laços de afinidade e memória compartilhada de discriminação, limitando uma certa “construção de si”.

Considerando as diferenças no vocabulário usado pela comunidade gay na França para se autodenominar (homophile, pédé, gay), Pollak (1990) argumenta que as diferentes formas de falar sobre a homossexualidade são responsáveis pelas mudanças de uma geração para a seguinte. O autor defende que a passagem da “homossexualidade secreta” para a “homossexualidade pública” corresponde a uma forma de socialização centrada na vontade e na capacidade de organizar a vida social, caracterizada pela importância da sexualidade.

Adstrito a isso, Pollack (1990) observou que o termo homossexualidade se refere principalmente a um estado de espírito hedonista, aberto ao prazer e à variedade de relações emocionais e sexuais, anunciando um mundo utópico em que a classificação, de acordo com a orientação sexual, perderia relevância.

Na verdade, no Brasil, a ação contra a AIDS tem sido amplamente organizada pela rejeição de identidades sexuais fechadas, incluindo organizações como a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS), o Grupo Pela Vida (Organização para a Valorização, Integração e Dignidade do paciente com AIDS) e figuras importantes, como Herbert de Souza e Herbert Daniel, ao criticar o conceito de “grupos de risco” e difundir uma retórica influente em favor da cidadania para os pacientes com AIDS. Essas organizações e pessoas tiveram um papel importante e promoveram uma aliança entre ativistas gays, hemofílicos e outros, a fim de ver a AIDS como “um problema de todos” (Galvão, 2000, p. 35).

Por outro lado, a tensão entre uma visão universalista da epidemia centrada nos direitos humanos e outra que dá prioridade a vulnerabilidades específicas leva ao dilema de como desenvolver campanhas e programas específicos para gays, sem

reforçar elementos prejudiciais, sobretudo da AIDS e homossexualidade (Galvão, 2000).

Em 1986, foi criado o Programa Nacional de DST/AIDS, que foi estruturado de forma mais eficaz de 1988 até o segundo semestre de 1990 devido à urgência da epidemia de AIDS para a pesquisa homossexual na área da saúde. No campo da ação política de prevenção ao HIV/DST/AIDS, em 1994, o Ministério da Saúde utilizou recursos financeiros do Banco Mundial para formular o Plano Fase I da AIDS, introduzindo de forma inovadora setores organizados para participarem de campanhas de prevenção ao HIV/DST/AIDS e ações coletivas de implementação da política social. Assim, desde o primeiro caso de AIDS no país até aquela data, esses setores foram os principais protagonistas no combate à doença (Galvão, 2000).

Dados sobre a doença relatados por MacRae (1990) em 1987, mostraram que mais de 80% dos pacientes persistiam no comportamento homossexual. Os resultados das primeiras epidemias de HIV/AIDS registradas são aqui reproduzidos, o que, como salienta Pollak (1990), reforça a suposição de que uma perspectiva de “estilo de vida” impulsiona a doença. A patologia ou condição é geralmente limitada a pacientes gravemente imunossuprimidos e é encontrada em homens jovens que se identificam como gays ou homossexuais que relatam contato sexual frequente, apoiando algumas das associações da doença com um estilo de vida homossexual ou um distúrbio adquirido através da conexão de contato sexual entre os aspectos.

Ao mesmo tempo, referências à “peste” ou ao “câncer gay” foram frequentemente utilizadas nas comunicações audiovisuais, bem como nos corredores das ruas da sociedade. Além disso, existe um preconceito social de que, quando a doença é conhecida do público, está sempre associada à comunidade, o que faz com que toda e qualquer morte relacionada com a orientação sexual esteja diretamente ligada.

Neste sentido, a chamada “natureza homossexual” da AIDS refere-se, por um lado, a um ideal de sexo recreativo, sem vínculos afetivos duradouros, com múltiplos parceiros e uso concomitante de diversas drogas. Desse modo, a doença evocava algum tipo de castigo por esse comportamento, como se representasse uma resposta à remoção do mal humano que a homossexualidade representava (Sontag, 1989).

A noção mais ampla e popular de “promiscuidade”, juntamente com o marcador de gênero masculino, acabou por estabelecer uma ligação entre estes dois significados. Como Frey e MacRae (1985) observam, na época, entre os homens

gays, a capacidade de mudar continuamente de parceiros e de se envolver em conquistas sexuais crescentes representou um fator não só de prazer, mas também de prestígio. Isto tem a ver não apenas com as crenças sociais de que os homens em geral têm grandes direitos à liberdade sexual, mas também de que os homens gays em particular podem ser vítimas de instintos ou desejos selvagens que não permitem ou aceitam o controle social a ser seguido. Os autores concluem, portanto, que não é exagero dizer que a chamada promiscuidade é, em muitos casos, parte integrante da própria identidade gay.

Embora a “descoberta” do HIV e uma compreensão mais precisa da via de transmissão tenham posto em causa a classificação original de “grupo de risco” associada ao “estilo de vida”, a estreita associação da doença com a homossexualidade masculina foi, no entanto, reforçada e racionalizada, devido, sobretudo, às altas taxas de HIV entre homens gays ou que se identificam como “homens que fazem sexo com homens (HSH)”. A imagem geral do “paciente com AIDS”, alguém infectado por uma doença incurável e fatal através da promiscuidade e imoralidade sexual, tem sido confundida com a condenação moral do comportamento homossexual (Seffner, 1995, p. 134).

Assim, para os grupos geracionais mais antigos, a primeira experiência de AIDS foi marcada pelo ressurgimento de preconceitos baseados numa contínua associação entre orientação sexual e doença, pelo aumento de infectados e mortos devido à doença, e que parecia pôr em cheque os vínculos entre aqueles que passaram a ver-se ou serem vistos, seja como doentes, seja como infectados que ameaçavam transmitir a infecção às pessoas (Meccia, 2014).

A prática de prevenção do HIV ou “gestão do risco” coloca a sexualidade na agenda. Pollak (1990) argumenta que, na gestão do risco, é necessário discernir o que ele representa, o que depende em grande parte do capital cultural, da capacidade de ajustar o comportamento sexual, da relação de alguém com a própria orientação sexual e da identidade homossexual.

Ademais, Pollak (1990, p. 69) argumenta que a existência de associações contra a AIDS e o recrutamento de membros da população gay levam a que a mesma identidade “subjacente” seja uma “causa” para que a ação coletiva que representa um problema geral forneça o apoio emocional para se assumir os vínculos e a “base moral” que faz da homossexualidade uma justificativa para a expressão aberta.

É importante notar que todos os que viveram aquele período de fortes emoções, raiva, mágoa e discriminação testemunharam muitas cenas fortes, relatos de casos e imagens chocantes de pacientes com AIDS deitados em camas de hospital e morrendo. Esses acontecimentos imaginados e ouvidos foram expostos como forma de terapia de choque para aumentar a consciência da gravidade da situação particular que estava sendo imposta (Pollak, 1990).

Neste ponto, mesmo em face a todas as especulações e perspicácias, a Igreja continua a protestar afirmando que essa doença, quando adquirida de forma inusitada, está ligada ao contato de dois homens, sendo, portanto, um castigo divino, porque é contrária ao que se acredita nas regras. Ou seja, tudo que vai contra o que está normatizado é visto como uma punição para quem tenta impor regras contra determinados princípios impostos pela moral em vigor (Meccia, 2014).

2.3 A tensão religiosa

Na equação polifônica sobre a AIDS, as pessoas religiosas (principalmente cristãs) intervêm e encontram terreno fértil para o conservadorismo atribuindo à infecção a pecha de “doença gay”. A AIDS é assim utilizada pelo cristianismo como um baluarte contra a chamada “decadência” moral produzida pelas mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas.

A relação do cristianismo com a sexualidade, o corpo e a reprodução têm encontrado muitas tensões na AIDS, começando com o impacto da epidemia nas comunidades religiosas. O adoecimento e a morte de seminaristas e de outras pessoas religiosas, sejam elas não seculares, é um desafio que a Igreja Católica tem que enfrentar devido às suas próprias contradições (Paiva *et al.*, 2013).

Mesmo em face a posições aparentemente conservadoras sobre a sexualidade, a Igreja Católica e outras religiões cristãs estão a encontrar formas de lidar com a epidemia, tanto dentro como fora da esfera religiosa. Como aponta Deifelt (2012), isso acontece porque, quando a igreja percebeu que nem todas as pessoas soropositivas estavam contaminadas pelas chamadas atitudes perdulárias, ela foi forçada a lidar com uma situação menos previsível do que parecia, enfraquecendo o discurso da punição divina aos que praticam sexo com pessoas do mesmo sexo.

Por exemplo, os discursos do televangelista Pat Robertson sobre a AIDS como castigo de Deus pela homossexualidade já não eram convincentes. O silêncio e a

vergonha dos familiares com AIDS em relação aos pacientes com AIDS também exigem outra atitude pastoral, embora os padres, párocos e pastores não estejam necessariamente preparados para lidar com o tratamento ou o acompanhamento ministerial nestes casos. A AIDS derrubou muros das igrejas e requereu sua atenção.

Seffner *et al.*, (2008) destacam o importante papel que diversas organizações religiosas têm desempenhado na resposta ao HIV/AIDS desde o surto, a saber: a Casa Forte Colombo coordenada por freis capuchinhos, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a ação Apoio, Solidariedade e Prevenção à Aids (ASPA), de estudantes luteranos de teologia, a Fundação Diaconia e a Escola Superior de Teologia (EST), sendo estas apenas algumas das organizações religiosas que desenvolveram ações e programas de apoio a direitos e à defesa da dignidade das pessoas que vivem com o HIV, visando prevenir a propagação do vírus.

Segundo Deifelt (2012), a discussão pública sobre a homossexualidade cria um buraco no teto da igreja, pois expõe lacunas no discurso teológico e falhas na prática pastoral. Também expõe a questão complexa do homem ter criado Deus à própria imagem, já que o Deus que cultuam odeia todos que os grupos odeiam. Infelizmente, o discurso religioso confirma a exclusão social, vendo a homossexualidade como uma transgressão voluntária ou uma renúncia ao comportamento cristão. Com a AIDS, a Igreja deve ser lembrada da sua solidariedade para com os oprimidos e da exigência evangélica de amor ao próximo.

Deifelt (2012) também aponta que a AIDS põe em questão pressupostos teológicos. As igrejas são lembradas do seu compromisso evangélico quando a AIDS em números alarmantes faz com que as pessoas se tornem passivas ou resignadas e se sintam impotentes porque a AIDS é um castigo divino e atribui a culpa de tudo a Deus. Quando o discurso moral se torna a norma, culpando os soropositivos e tentando encontrar falhas em suas ações para justificar a causa da doença, a teologia deve salvar Deus que sofre com aqueles que sofrem e suspira pela reconciliação de todas as coisas. Quando o discurso religioso afirmava “aceitar os pecadores, mas não o pecado” ao se referir à homossexualidade, teólogos e teólogas resgatam o princípio de que todos os seres vivos são criados à imagem de Deus, independente de nacionalidade, classe, para serem vividos com respeito e dignidade, credo, cor da pele ou identidade de gênero.

Quando o HIV foi entendido como o castigo de Deus pela atitude pecaminosa do homem (como se a AIDS fosse uma aflição imposta por Deus), as igrejas foram

chamadas a expandir o seu espaço de acolhimento com base na compaixão de Jesus e na sua autoridade para perdoar pecados.

2.4 A despatologização da homossexualidade

Como mencionado anteriormente, a homossexualidade, antes considerada pecado ou crime, agora também é classificada como patologia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ruy Laurenti (1984) observou em editorial intitulado “Homossexualidade e Classificação Internacional de Doenças”, publicado na Revista de Saúde Pública, em 1984, que a “homossexualidade” foi incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde, sexta revisão em 1948, classificando-a como Classe 320 “Transtorno de Personalidade” por ser considerada como um “desvio sexual”.

Esta classificação foi revisada na Oitava Revisão em 1965, na qual a homossexualidade fora entendida como enquadrada na classe 302 "Desvios e Distúrbios Sexuais" e, mais especificamente, na subclasse 302.0 - "Homossexualidade". Após a Nona Emenda, em 1975, a homossexualidade permaneceu na mesma categoria. No entanto, muitos psiquiatras da época, principalmente nos Estados Unidos, refutaram essa regra. Portanto, Laurenti observa que a Organização Mundial da Saúde inclui a seguinte orientação para esse código, com a afirmativa de que, se a homossexualidade fosse ou não considerada um transtorno mental, ela deveria ser codificada (Laurenti, 1984).

Além disso, foi com base nessa ideia que as primeiras organizações gays no Brasil lançaram um movimento de despatologização gay no Brasil e no mundo no final dos anos 1970 e 1980 (Carneiro, 2015). É, portanto, essencial analisar os encontros e as conquistas desses ativistas gays na luta interna contra a despatologização gay.

Fica, assim, claro que a promessa de uma nova Constituição Federal galvanizou vários movimentos sociais no início da década de 1980 que buscavam conquistas imediatas, muitas vezes, negociando com os novos partidos políticos que surgiram nesse período com a revogação da Lei Institucional nº 2 (AI-2) que previa o bipartidarismo. Neste contexto, o Grupo Gay da Bahia (GGB) começou a combinar ações coletivas em torno dos direitos dos homossexuais com outras mobilizações coletivas. Desde então, a discussão em torno da despatologização da homossexualidade adquiriu um perfil mais institucional.

Ressalta-se que a Organização Mundial da Saúde (OMS) se posicionou sobre essa questão, entendendo que a homossexualidade é uma variação natural da sexualidade humana, e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) proibiu profissionais da área de se envolverem em qualquer tipo de atividade de tratamento para mudança de orientação sexual. Em 1998, logo após a homossexualidade ter sido proibida e declarada despatologizada, o Grupo Gay da Bahia – uma ONG dedicada a defender os direitos dos gays no Brasil – apresentou uma denúncia ao Conselho de Psicologia de São Paulo, alertando que psicólogos continuavam a fornecer tratamento para gays (Kahhale, 2011).

Segundo Kahhale (2011), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) acatou a denúncia e determinou que os supostos problemas de tratamento surgiram durante um incidente em Viçosa, Minas Gerais, em um retiro espiritual ou meditação em que parte do evento era um esforço para aumentar oração e reflexão dentro das crenças religiosas do grupo organizado, e parte foi coordenada por uma psicóloga que propôs a cura para a homossexualidade.

O CFP observa que esse tratamento ainda faz parte da atuação de alguns psicólogos e dos arranjos organizacionais da psicoterapia, especialmente quando estão associados a determinadas filiações religiosas. Foi, então, criada uma comissão por aquela entidade para estudar e anunciar tratamentos destinados a “curar” a homossexualidade, culminando na resolução CFP n.1. 001, de 22 de março de 1999 (Kahhale, 2011).

Este dispositivo foi compilado para orientar a atuação dos profissionais. Baseia-se, portanto, nos princípios da não discriminação e da igualdade (artigos 3.º e 5.º da Constituição). A resolução reafirma o entendimento de que a sexualidade e a homossexualidade fazem parte da identidade do sujeito, que devem ser compreendidas de forma holística e não patológica. A norma afirma que “a homossexualidade não constitui doença, transtorno ou perversão” e que os psicólogos têm a obrigação de utilizar seus conhecimentos para reduzir o estigma e o preconceito contra o comportamento e as práticas de homossexuais (Silva, 2018).

A resolução diz respeito não apenas à prática profissional dentro da clínica, mas ao envolvimento em declarações públicas nos meios de comunicação de massa para reforçar os preconceitos sociais existentes contra os homossexuais como portadores de qualquer transtorno mental. Contudo, muitos psicólogos questionaram e continuam questionando essa resolução, afirmando que sua profissão tem o dever

de prestar o devido cuidado aos sujeitos que buscam tratamento para a homossexualidade (Silva, 2018). É necessário sublinhar que a despatologização da homossexualidade não acabou com o preconceito e a discriminação, mas foi um passo importante para a compreensão da homossexualidade como uma identidade sexual que não requer cura.

3 DITADURA MILITAR E HOMOSSEXUALIDADES

3.1 Ditadura militar: conceituação

Ao tratar das relações entre ditaduras e sociedades, Denise Rollemberg e Samantha Quadrat (2010) exemplificam aspectos substanciais para o desenvolvimento de uma análise de ligação entre as partes: primeiramente, a construção de uma memória segundo a qual o autoritarismo só foi possível em função de instituições e práticas coercitivas e violentas; segundo, de acordo com o ponto de vista dos historiadores que entendem a relevância do tema, tem apresentado limitações no tocante à grandeza das forças coercitivas, como braço de ação do Estado, ao analisar o movimento de resistência à ditadura militar brasileira.

De outra forma, as autoras tecem críticas a tais historiadores pelas dificuldades e limitações ao tentarem entender “as ditaduras como produto social”. Ou seja, a ditadura brasileira, tendo conseguido perdurar por 21 anos (1964-1985) no poder, mostra que uma parcela da sociedade foi participativa, conivente com os valores legitimados pelo poder vigente da época.

Os/As autores/as, que mais se destacam ao estudar o período ditatorial no Brasil por essa ótica, são: Daniel Aarão Reis (2000), Janaina Martins Cordeiro (2009, 2017), Denise Rollemberg e Samantha Quadrat (2010), entre outros/as. Eles/as trouxeram como contribuição a inserção de novas fontes e objetos para o desenvolvimento da inquirição histórica.

Sobre o conceito de “ditadura”, conforme ressaltam Rollemberg e Quadrat (2010), sua heterogeneidade resulta em diferentes significações que as sociedades lhes dão ao longo da história, o que dificulta uma definição fixa que possa enquadrar certos ditames comuns a esse tipo de governo. As autoras sublinham que o conceito da ditadura data da época da República Romana, quando seu sentido figurava como uma instalação de um poder por fatores emergenciais, mas contido ainda dentro da própria Constituição. Já em se tratando das civilizações ocidentais mais modernas, as ditaduras são atreladas ao sinônimo de tirania em oposição direta à democracia.

Contudo, as próprias autoras alertam para as dificuldades que os pesquisadores tiveram ao contrapor uma ditadura com uma democracia, ao estudarem os governos vigentes no século XX, sendo o problema primordial a ausência de uma boa definição de ditadura. Segundo Carl Schmitt (1999), é associada

às ditaduras qualquer manifestação em que direitos, liberdades e separação de poderes são tolhidos. Para Franz Neumann (1969, p. 257), uma ditadura trata-se do “governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se arrogam o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições”.

Outros historiadores que fomentam a discussão sobre a definição de ditadura são Carl Friedrich e Giovane Sartori, que orientam suas definições de ditadura pela oposição ao que de fato não poderia ser considerado uma democracia. Entre outros autores, há a tendência de determinar como autocracia, ao invés de ditadura, os governos que destoam do que se entende por democracia, mas essa tendência não tem sido exitosa (Costa, 2019).

O processo de revisionismo ao redor das ditaduras e autoritarismo proporciona ao pesquisador aprofundar-se nas observações acerca das conexões entre governos e sociedade, como também como se deu o processo de consensos e consentimentos. Sendo assim, há o avanço sobre o entendimento da sociedade no papel de sofredora nos regimes de exceção. Como afirmam Rollemberg e Quadrato (2010, p. 27-28) “as ditaduras não lhes são estranhas”, em referência às sociedades onde elas ocorrem.

Ao fazer uma observação da construção social da ditadura pode se considerar um exercício complexo, visto que se trata de um olhar para seus próprios valores e comportamentos. No Brasil desde os anos 2000, vem acontecendo um movimento de análise das experiências ocorridas durante os governos militares. A pesquisa atual, além de tornar visível o comportamento cívico, político, religioso, empresarial, de grupos de notícias e temas, seja em apoio à ordem política vigente ou à ação cooperativa, é de grande interesse dos pesquisadores.

Em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Bens Históricos, Políticos e Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Daniel Aarão Reis fez uma autocrítica sobre o uso errôneo de “ditadura militar” em seus trabalhos anteriores. O mesmo aconteceu em 2012, por meio de um artigo no jornal O Globo e um artigo na Revista de História da Biblioteca Nacional, nos quais afirmava que denominar o sistema político que existiu entre 1964 e 1979 deveria se tornar banal. É um exercício de memória sustentado por interesses variados, hábitos aprendidos e preguiça intelectual. O problema é que essa memória em nada contribui para a compreensão da história recente do país, principalmente das ditaduras (Reis, 2000).

De fato, o termo "ditadura militar" carece de uma profunda atualização sobre a maior parte do engajamento social na construção do governo empreendido pelos

militares brasileiros, observando o nível de participação civil em suas diversas formas de atuação, como apoio, publicidade, projetos, manifestações, eventos (Costa, 2019).

A longa presença desse período na historiografia brasileira continuará a ressaltar que os militares foram os únicos protagonistas responsáveis pela ruptura da democracia em 1964 e pela implantação de exceções entre 1964 e 1985, bem como o silêncio sobre a atuação política dos civis em diversos regimes militares de construção civil, estendendo-se da esfera federal aos estados e municípios.

3.1.1 A ditadura militar no Brasil (1964-1985)

A expressão política de civis, imprensa e instituições públicas ocorreu durante a ditadura militar, mas em tais situações a ação participativa, colaborativa e legitimada tornou-se o rudimento da ideologia política pré-guerra e da mobilização conservadora no decorrer do Golpe de 1964. No período pré-golpe, uma parte da sociedade, junto com a alta liderança do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), os militares e a Igreja Católica, coligaram-se para pressionar o afastamento de João Goulart da presidência e difundir o anticomunismo (Dreifuss, 1987).

No plano do golpe, as intervenções visavam consolidar a intervenção militar e implantar um modelo de governo autoritário, perseguindo todas as pessoas ligadas ao governo anterior e/ou que demonstrassem concordância com quaisquer ideias semelhantes a Goulart e sua ideologia, seja comunismo ou socialismo. Quando o Exército assumiu o poder político no país, em abril de 1964, os civis e entidades foram reconhecidos e acolhidos pela elite, classe média e, especificamente, pelo empresariado urbano e rural, em movimentos como as “Marchas da Família com Deus pela liberdade”. A atribuição militar e civil dos acontecimentos de 31 de março de 1964 tornou-se o discurso ideológico que moldou ações, pensamentos e decisões entre 1964 e 1985 (Costa, 2019).

Segundo Alessandra Carvalho e Ludmila Catela (2002), a “revolução de 1964”, categoria inventada e defendida pelos militares, consolida-se com a expressão que apelava à interrupção da velha democracia ou, mais precisamente, à expulsão do presidente João Goulart. A palavra revolução sobreviveu por muito tempo, pois o dia 31 de março foi institucionalizado como o dia da mudança.

O fato de o golpe militar ter sido considerado como uma "revolução" serviu para justificar as ações políticas de repressão social assumidas pelas Forças Armadas, que, na ocasião, recebeu apoio da maior parte da mídia. Além disso, serviu para significar a ruptura constitucional levada a cabo, como processo de sobrevivência e permanência do regime recém-estabelecido, especialmente para algumas autoridades políticas, religiosos ou militares. Por outro lado, a palavra "revolução", naquela época, foi também um dispositivo utilizado para expressar identidade e unidade social (Carvalho; Catela, 2002).

Para alcançar o resultado em torno da ideia de "revolução como dia de liberdade e progresso", os grupos responsáveis pelo golpe de 1964 e pela construção do regime político recorreram à imprensa, também interessada no processo em curso (Costa, 2019).

Ressalta-se, conforme José Paulo Neto (2014), que a ditadura não nasceu pronta, mas mudou bastante em vinte anos, e sua dinâmica não estava sujeita apenas à vontade das forças sociais que a criaram e conservaram. Isso significa que, ao longo de quase 21 anos, a ditadura brasileira teve diferentes momentos, mostrando dinamismo nas relações sociais, políticas e militares, especialmente no que diz respeito à dinâmica das lutas internas dentro das Forças Armadas.

3.1.2 Os governos militares

Os governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo foram responsáveis pela administração do Estado constituindo-se em regimes militares no período 1964-1985. Esses governos, afirma Jucelio Regis Costa (2019), persistiram, mas não corresponderam a nenhuma unidade ideológica, sem contar a ação política e o projeto social.

Tais governos, cada qual à sua maneira, desempenharam papéis específicos no processo de implementação política do Estado autoritário-burocrático. Martins Filho (2004) evidencia que a fase de 1964 a 1969 tem como atributo principal a consolidação da ditadura brasileira. Esse período foi intermediário entre a posse de Castelo Branco, em abril de 1964, e a de Emílio Médici, em 1969. Do ponto de vista desse autor, dois aspectos são necessários para lidar com o tema da ditadura no Brasil: o primeiro refere-se à crise interna do ambiente militar e o segundo corresponde às correntes militares e seu papel na crise da ditadura.

Martins Filho (2004) destaca que as crises existentes entre os militares, realidade enfrentada por esse sistema político, ao invés de mostrar fragilidade por parte dos responsáveis pelo comportamento do país naquele momento, teve seu aspecto central: a lógica da dinâmica interna da ditadura em dois processos permanentes de crise, visíveis do início ao fim do regime militar. Para o autor, relacionado a isso está o papel de grande parte da literatura sobre o regime político-militar, cujas interpretações legitimam a dualidade na forma de governar o país, caracterizando Castelo Branco como moderado e Costa Silva como extremista.

Ainda de acordo com Martins Filho (2004), por outro lado, uma análise cautelosa dos eventos daquele período pode apontar para uma aparência inadequada da figura de Castelistas como moderados. Ele afirma que, ao final do governo de Castelo Branco, foram deferidas algumas minutas que evidenciavam "ataques legislativos", como a Constituição de 1967, a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional.

Quanto às correntes militares, o autor observa que foram elas as responsáveis pela dinâmica da lógica do conflito pelo poder político, pois havia pelo menos quatro grupos militares em atuação naquele cenário, principalmente no período 1964-1969. Dentre essas tendências, destacaram-se os Castelistas, Costa e Silva, nacionalistas e Albuquerque Lima.

A partir de 1969, a ditadura brasileira desenhou um novo contorno com Médici (1969-1974) como o terceiro presidente militar. Nessa nova fase do sistema, o Brasil vive dois grandes movimentos: o desenvolvimento econômico e a transmutação da violência como política de Estado para acabar com a luta armada contra a resistência ou movimentos de resistência. Analisando a memória social do governo Médici, Janaina Martins Cordeiro (2009) afirma que aquele período (1969-1974) foi um tempo de festa, principalmente devido aos diversos eventos ocorridos, como o tricampeonato mundial de futebol, no ano de 1970; as comemorações do cinema nacional, que completava 75 anos, em 1971; e os 150 anos da Independência do país, em 1972. Na visão de Cordeiro (2009), a sociedade não ignorou essa "atmosfera" alucinógena de festas, comemorações, crescimento e progresso.

Conforme historiadores, esses instantes comemorativos representam a participação de diferentes maneiras. Esses períodos foram frequentados por organizações civis e religiosas, protestos individuais e da imprensa. Por outro lado, segundo a análise de Cordeiro (2009), a administração Médici também tem como

regra uma sequência das ações repressivas desencadeadas pela captura do embaixador americano, como a queda dos grupos armados Aliança Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Carlos Marighella, guerrilheiros no Araguaia, por exemplo.

O governo Médici uniu esses dois períodos, os quais têm implicações específicas para os envolvidos. Conforme explica Cordeiro (2009), enquanto o governo e membros da sociedade preparavam-se para a peregrinação dos restos mortais do imperador Pedro I para assistir os jogos futebolísticos, ocorria uma mobilização de perseguição àqueles que se opuseram contra o regime civil-militar.

No projeto político, o governo Geisel inseriu um complexo processo de abertura política, definido como: lento, seguro e gradual. Para implementar essa proposta, Geisel considerou atores mobilizados e interessados no programa político, a chamada classe política, abrangendo moderados de todos os lados e a grande maioria da sociedade (principalmente nos grandes centros urbanos) e a oposição às ditaduras, mas também oponentes a políticas radicais de confronto (Costa, 2019).

O mandato de João Baptista Figueiredo (1979-1985) foi o mais longo de todos em comparação aos seus antecessores. Além da implementação do processo de abertura política de seu antecedente, Figueiredo enfrentou, do início ao fim de seu governo, muitos e extensos protestos públicos, que apoiavam a anistia, a promoção de uma nova democracia, nacionalidade, direitos humanos etc. Conforme Ana Rita Fonteles Duarte (2012), o Movimento Feminino pela Anistia, nascido em 1975, mobilizado por mulheres paulistas, teve grande importância na luta contra o regime autoritário instaurado após 1964, principalmente na conquista da anistia.

A anistia, esclarece Carla Simone Rodeghero (2014) decompõe historicamente esse processo a partir de dois pontos específicos: a anistia de 1945 e a anistia de 1979. Em suma, a autora destaca que entre os anos de 1945 a 1979, integralizou-se o conceito de crimes contra a humanidade bem como a adoção de um discurso de esquerda sobre direitos humanos.

3.2 Homossexualidades e dispositivos políticos

Benjamin Cowan (2014, p. 30) aponta que, desde a Guerra Fria, os discursos médicos e policiais tentaram patologizar e controlar a homossexualidade, vista “como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que

estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in) segurança nacional". No Brasil, durante a ditadura militar, a articulação de parte significativa da sociedade brasileira (entre anticomunismo e valores morais conservadores e reacionários) resultou na crescente desconfiança das classes tradicionais às pessoas que fugissem da heteronormatividade. Eles difundiam que havia uma conexão entre "desvio moral" e "subversão".

Como Foucault (2014) aponta, a sociedade ocidental configurou a sexualidade como sendo uma verdade íntima do sujeito, mediante normatização de casais reprodutivos, visto que esta é a característica determinante da perpetuação de uma sociedade burguesa. Tal norma, por sua vez, reduz-se à prática sexual, reclusa e privada. Conseqüentemente, para defender essa visão organizada da sexualidade, são criados instrumentos para interrogar, aprisionar e marginalizar todo tipo de atividade sexual fora da norma, julgada antinatural ou patológica, como, por exemplo, a própria homossexualidade.

Sérgio Carrara (2015) compreende a política sexual como aquele dispositivo especializado no selo do Estado, ou seja, as leis, práticas e discursos do Estado que regem nossa relação com a sexualidade, portanto, o conceito permite abordar conjuntamente diferentes tipos de ação social dirigidos ao Estado, promovidos em seu perímetro ou sob sua chancela: legislação, campanhas de saúde, programas educacionais, portarias ministeriais, decisões judiciais, ativismos e movimentos sociais diversos etc. Para tal conceituação, o autor considera, ainda, gênero como um campo de peleja construído a partir de seu contexto sócio-histórico.

Em conexão com essa discussão, Quinalha (2017), em sua tese de doutorado intitulada *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, posicionou essa ideia no contexto da ditadura militar e civil brasileira, como forma de compreender a relação entre regimes políticos e métodos específicos de regulação do sexo. Nesse sentido, não se trata apenas de dizer que determinado governo tem ou não tem dentro de si um sistema que busca marginalizar os corpos dissidentes e as práticas sexuais, mas como este regula esses sujeitos e quais os objetivos para constituí-los como sujeitos indesejáveis.

Conseqüentemente, este conceito permite agregar um conjunto de ações com um objetivo comum, que se orienta pela diretriz moral, presente no regime de moralidade e boa conduta, e por valores dos setores conservadores da sociedade e do Estado, para, então, tratar a vigência e a manutenção desse regime como questões

de polícia, de modo a vigiar e interferir diretamente na vida cotidiana das práticas homoafetivas.

3.3 Moral e os bons costumes: a influência da família tradicional e da cristandade

É mister entender que a construção da homossexualidade como algo a ser combatido e, portanto, suas políticas de regulação, tem conquistado a participação de setores civis da sociedade. Rita Rodrigues (2014) analisa o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961, que serviu de vanguarda ideológica na disseminação do pavor ao comunismo, à corrupção e à “degradação moral”, antes de 1964.

Com valores convergentes a esse pensamento, toma corpo a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (19 de março de 1964 – 8 de junho de 1964), comprovando uma agenda já aliada ao discurso “anticomunista” e à proteção da família cristã tradicional. Assim, a integração desses dois discursos formava a base política e moral do regime militar. Além disso, artigos relacionando as imagens de gays, lésbicas, bissexuais e travestis à culpa e a desvios biológicos foram publicados em jornais de grande circulação e na imprensa marrom² antes, durante e após o governo.

Um exemplo é o texto do jornal *A Tarde de Salvador* que descreveu, em junho de 1981, “quem poderia negar que o homossexualismo se trata de um desvio biológico, mental e lógico? E os homossexuais, desviados?” (RODRIGUES, 2014, p. 223). Ao mesmo tempo em que esse tipo de reportagem promovia o ódio aos homossexuais, também justificava demandas mais duras da polícia, e até incentivava o assassinio desse grupo populacional. Em 1985, o *Grupo Gay da Bahia*³ denunciou

² No Brasil, este termo apareceu em 1959 como uma adaptação de “imprensa amarela”, oriunda do século XIX, nos Estados Unidos. A imprensa amarela foi resultado de uma disputa entre o *New York World* e o *The New York Journal* pela tira em quadrinhos *Yellow Kid*. A disputa foi tão pesada que o amarelo virou sinônimo de publicações sem escrúpulos. A alteração ocorreu quando a redação de um jornal carioca, denominado Diário da Noite, obteve informações de que a revista Escândalo estaria extorquindo dinheiro de indivíduos fotografados em situações comprometedoras. Assim, Alberto Dines, jornalista na época, elaborou a manchete “Imprensa amarela leva cineasta ao suicídio”. Contudo, o chefe da reportagem, Calazans Fernandes, considerou a palavra “amarela” amena para a tragédia, sugerindo trocá-la por “marrom” (ferreira, 2008).

³ Fundado em 29 de fevereiro de 1980, o Grupo Gay da Bahia, cujo principal articulador foi o antropólogo Luiz Mott, surgiu com o propósito de levar adiante as demandas do movimento homossexual, tais como despatologização da homossexualidade e maior visibilidade da causa gay.

o jornal, afirmando que ele pregava “abertamente o extermínio e massacre dos homossexuais” (Mott, 2001 *apud* Rodrigues, 2014).

A administração federal também esteve diretamente envolvida nessa discussão acerca da homossexualidade. Símbolo disso é o documento oficial redigido pelo ministro da Justiça Alfredo Buzaid, em 1970, intitulado "Em Defesa da moral e dos bons costumes". A partir da experiência francesa de maio de 1968, o argumento do jurista e ex-professor da Universidade de Direito do Largo São Francisco associa a retórica da moralidade à da segurança nacional e defende a instauração da ditadura ao afirmar que práticas imorais – como a liberdade de sexo e uso de drogas – seriam colocadas como táticas comunistas para derrubar os pilares da sociedade brasileira: a família tradicional e a religião cristã. O Estado implementou uma legislação repressiva para preservar a integridade e a moral tradicional da família brasileira e, assim, batalhou contra o comunismo internacional, que, na perspectiva dos governantes do regime militar, sugeria o amor livre para desmanchar a resistência moral de nossa sociedade (Buzaid, 1970 *apud* Quinalha, 2017).

A perspectiva de Buzaid (1970 *apud* Quinalha, 2017) reflete uma visão do governo de que a "liberdade sexual" estava em contrapartida à sua base de apoio: a família cristã tradicional. Devido à ameaça ao casal reprodutor católico, o momento exigia cuidados e a proteção ao novo regime. Analisando o documento de Buzaid, Quinalha (2017) explica que o objetivo do ex-ministro era esclarecer a ordinária e polêmica frase “moral e bons costumes”, contida no artigo 153, parágrafo 8º, da Constituição Federal de 1969.

A diretriz criou uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que o dispositivo garantia a livre expressão do pensamento, a liberdade de expressão e de imprensa, acabou por assinalar a exceção moral indefinida. A diretriz da “moral e dos bons costumes” foi, assim, replicada tanto em manuais da censura como em leis federais, estaduais e municipais que visavam regular as sexualidades no espaço público.

Rodrigues (2014) faz um levantamento acerca dessa atuação legislativa da ditadura militar, citando o Código Brasileiro de Telecomunicações (Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967); a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967), a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) a Lei da Censura Prévia (Decreto-Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970) e o ato normativo que tornou possível a expulsão de professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino

públicos e particulares por atos contra a moral e bons costumes (Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969).

Ao mesmo tempo, Júlio Assis Simões (2018) e Renan Quinalha (2017) convergem para afirmar que não foram aplicados apenas dispositivos com o lema da "moral" e "bons costumes", mas também os instrumentos jurídicos da ação governamental e local contra a vadiagem, a indecência pública e o abuso e corrupção de "menores", que serviram de preceitos para aprisionar e policiar a sexualidade nos principais centros urbanos.

3.4 O outro como doença: o discurso do preventivismo contra homossexuais no cenário da ditadura militar brasileira

Quanto ao modo como a discriminação tem afetado os homossexuais, é preciso considerar o discurso de prevenção como um dispositivo de repressão. Esse discurso eivado de "cautela" atingiu os homossexuais durante o período ditatorial. A Comissão Nacional da Verdade observa que, no final da década de 1960, os homossexuais apareciam em publicações militares como maquinações do inimigo comunista, o que colocava em risco a segurança nacional (Brasil, 2014). A Escola Superior de Guerra (ESG) incorporou marcadamente a classificação da homossexualidade como prática subversiva ao regime militar na formação de civis e soldados para a defesa e desenvolvimento do país (Brasil, 2014).

No começo da década de 1970, alunos e professores da ESG analisavam a homossexualidade como uma ameaça patológica à segurança nacional, exigindo ações preventivas urgentes, visto que deteriorava a condição moral da nação (GREEN; QUINALHA, 2014). Esse conhecimento defendido pela ESG moldou a linha política de órgãos de aplicação da lei, como o Sistema Nacional de Informações (SIN), o Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-Codi) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e foram responsáveis pelas divisões de censura televisiva, produção cultural teatral, cinematográfica e de imprensa.

Os agentes de informação e segurança se mostravam extremamente preocupados com a exposição dos jovens à homossexualidade, principalmente porque serem "o futuro do país". É nesse contexto que a homossexualidade aparece

nas publicações do "Jornal do Pau-Brasil", no início da década de 1970, como uma das principais formas de degeneração sexual, que seria evitada por meio da adoção de normas preventivas na família e escola.

Nesse contexto, o jovem é retratado como o principal alvo da linguagem da psiquiatria preventiva, como pode ser observado em artigo publicado em 20 de abril de 1972, intitulado "Psiquiatras afirmam que a homossexualidade é uma doença" (BRASIL, 1972), que se refere aos discursos dos psiquiatras Jurandir Manfredini e Faro Samuel, no 1º Congresso Brasileiro de Higiene Mental do Adolescente, realizado na Academia Brasileira de Medicina Militar (ABMM), em abril de 1972.

Dentre os temas abordados, destacam-se: os aspectos preventivos de dependências tóxicas na adolescência; higiene mental no ambiente domiciliar de adolescentes; relacionamento entre pais e filhos; homossexualidade masculina e feminina; e delinquência juvenil. Os psiquiatras reiteram os aspectos clínicos da homossexualidade. "Os professores Jurandir Manfredini e Faro Samuel lembraram que, considerando-se o homossexualismo como um problema médico, sua causa muitas vezes é originária da falta de orientação das mães no trato com os seus filhos" (Brasil, 1972d, p. 15), sendo que é no âmbito familiar que se deve realizar uma profilaxia à homossexualidade.

Nesse sentido, recomenda-se evitar a influência dominante da mãe e o abraço dos filhos e que "quando criança, as mães não devem insistir em vestir seus filhos com roupas femininas ou permitir que brinquem com objetos femininos" (Brasil, 1972d, p. 15). No caso das jovens, notou-se que a homossexualidade feminina "reflete uma falta de atração maternal na infância que é compensada nas relações adultas com a outra mulher" (Brasil, 1972d, p. 15).

Em publicações posteriores, tratam da natureza preventiva da homossexualidade, discutida no ABMM. Destarte, o Congresso de Higiene Mental, propõe que crianças recebam orientação sexual na escola (Brasil, 1972), menciona, ainda, a necessidade de se criar uma educação integrada ao ambiente escolar para desenvolvimento de aulas que proporcionem uma orientação sexual não limitada às informações anatômicas sobre os genitais, mas que também contribua para a formação afetiva da adolescência. Tal proposta seria voltada para pais e educadores, pois seriam eles os primeiros a influenciar a formação da sexualidade do adolescente.

Registra-se que o Brigadeiro Gerardo Bijos, então presidente da ABMM, salientou três propostas à prevenção da doença mental em jovens: tratamento

psiquiátrico precoce para prevenir a progressão sintomática da doença mental; criar cursos e aulas para orientar pais e educadores no uso adequado dos estímulos educacionais; e recreação voltada ao lazer para os jovens (Brasil, 1972a).

Em julho de 1972, faz-se referência a outro evento institucional e científico, o 1º Congresso Brasileiro de Psicopatologia da Criança e do Adolescente, denominado “A Juventude Brasileira não tem Orientação Psicológica” (Brasil, 1972b). O Congresso, realizado no Estado da Guanabara, promovido pela Associação de Psicopatologia e Psicologia da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (APPIA), teve como tema principal a situação da psicoterapia de crianças e adolescentes no Brasil, com a participação de especialistas da Argentina, Uruguai, Venezuela, México e Estados Unidos.

Os dados editados no relatório oficial da delegação organizadora do Congresso apontaram para uma grave carência na assistência psicológica da população jovem brasileira, o que acabou levando a um aumento das crises familiares. A recomendação publicada sobre a Prevenção de Crises Intrafamiliares enfatizou a psicopatologia preventiva para que “mais pessoas possam se beneficiar dela antes que se desenvolva uma doença de alto custo de atendimento” (Brasil, 1972b, p. 14).

A homossexualidade é referida como uma doença mental juvenil resultante de uma crise familiar. Um pai muito rígido, autoritário ou, ao contrário, muito fraco; com a imagem de um homem fraco, pode, sem saber, ser o principal fator da futura transformação de seu filho em homossexual. Os psicoterapeutas discutiam abertamente sobre isso no Congresso da APPIA, concluindo que a dificuldade, ou possível rompimento da relação entre o menino e seu pai, é uma importante causa da homossexualidade (Brasil, 1972b).

3.5 Repressão e resistência homossexual em um cenário de ditadura militar

A homossexualidade era tratada nos jornais militares da época, como “maquinação do inimigo comunista”. Os policiais do Serviço Nacional de Informação (SNI) e da Polícia Federal incluíam “acusações de homossexualidade” nos arquivos de suspeitos e/ou que se envolveram de alguma forma em prática “disruptiva”. Esse tipo de denúncia poderia, na maioria dos casos, agravar o crime cometido ou servir de “aviso” para um evento futuro (Leal, 2013).

Houve um interesse maior em reuniões que se voltavam para os negros, meninas e pessoas associadas ao movimento gay. Os agentes da repressão coletaram informações dos participantes e observaram tudo o que tivesse a ver com práticas de conspiração contra a segurança nacional. Formulou-se, também, a ideia de que os jovens eram o principal alvo dos sujeitos subversivos, pois seriam facilmente iludidos e até convertidos a novas práticas e costumes (Green; Quinalha, 2014).

Em sua obra, Luiz Morando (2014) trata das ações das polícias civil e militar contra gays e travestis em Belo Horizonte, Minas Gerais, propondo a realização de uma operação limpeza do perímetro urbano. Os bombardeios noturnos e as batidas policiais eram constantes, monitorando, e, muitas vezes, fechando os pontos de sociabilidade desses segmentos sociais. Este plano moral e luta contra o “inferno” pretendia “prender os homens de batom e farinha de arroz e despoluir” o espaço urbano e o convívio social.

A censura sofrida pelas transexuais também é revelada por Morando (2014). Ele tece comentários sobre o concurso Miss Travesti Brasil que não ocorreu e a tentativa fracassada do I Congresso Nacional do Terceiro Sexo, em Niterói, Rio de Janeiro, em 1966. Ambos foram proibidos pelos censores. Ademais, foram impedidos de fazer apresentações artísticas, mesmo em espaços frequentados apenas pelas travestis.

Semelhante ao que Morando (2014) reporta, uma patrulha policial também apareceu em São Paulo. Rafael Ocanha *et al.* (2014) nos apresentam um breve histórico da “lei da promiscuidade”, concebida como crime durante a ditadura militar, e detalham o estudo criminológico de prostitutas e travestis realizado pelo delegado Guido Fonseca.

Ocanha *et al.* (2014) investigaram as chamadas patrulhas policiais na capital paulista, onde o delegado José Wilson Richetti visava combater a homossexualidade e a travestilidade em espaços socializados. Nas pesquisas de Fonseca (1982) esses setores sociais foram descritos como imorais e ligados ao crime e à subversão. As polícias civil e militar lançaram um plano conjunto para retirar as travestis das ruas, de modo que a “Operação Cidade” nasceu para fins de limpeza do espaço urbano. Uma patrulha policial comandada por Richetti foi apoiada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, que atuou como porta-voz das polícias civil e militar. Além desse apoio da imprensa, parte da sociedade civil, incluindo negociantes e moradores de bairros sociais frequentados por órgãos desprezíveis, organizou uma petição demandando medidas

da Segurança Pública do Estado, sob o pretexto de que o número de roubos e outros crimes eram maiores na região.

3.6 A Lei de Imprensa

O artigo 17.º da Lei de Imprensa de 12 de novembro de 1953 visa punir qualquer indivíduo que tente ofender a moral e os bons costumes com pena de prisão de até um ano. A lei de Censura Prévia, promulgada em 9 de fevereiro de 1967 (Brasil, 1967), por outro lado, permitia ao Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal e dos serviços secretos, fiscalizar e bloquear preventivamente todos os produtos de rádio, televisão e cultura da imprensa e solicitar seu bloqueio imediato, ou seja, o poder de pré-censura decretado:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.
Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibiu a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares (Brasil, 1967, Art. 1º e 3º).

Com base nesses artigos, contidos nesses dois textos legais, muitos jornais e jornalistas que promoveram positivamente o debate público sobre a homossexualidade foram processados. O primeiro foi Celso Curi, do Rio de Janeiro, que redigia para a Coluna do Meio, do jornal Última Hora. Ao mesmo tempo, a editora reservou espaço para que seus leitores escrevessem cartas e organizassem reuniões: o jornal foi inundado de cartas de homossexuais dos quatro cantos do Brasil elogiando Celso pela coragem de escrever a coluna.

A seção Correio Elegante permitiu que homossexuais de todo o Brasil publicasse suas cartas no jornal, dando origem a uma rede pública homoerótica. Em reportagem da *Revista IstoÉ*, de dezembro de 1977, sobre a nova imprensa homossexual, Curi foi considerado o primeiro mártir homossexual, por ter sido enquadrado na Lei de Imprensa de outubro do ano anterior, acusado de atacar a moral e os bons costumes e promover a licença de costumes e homossexualidade especificamente.

A peça chave da acusação era justamente os correios elegantes. Curi esteve sob constante ameaça de cumprir pena de até um ano de prisão, mas as dificuldades com o processo não se resumiram apenas a isso. Quando o jornalista procurou o

advogado do Grupo Folha para defendê-lo, o profissional se recusou. Segundo o colunista: “Na época ele se recusou, apesar da acusação ser por causa da coluna. Disse simplesmente que não o faria, pois não defendia ‘esse tipo de gente’” (Curi *apud* Silva, 1998, p. 83).

Na mesma edição da *IstoÉ*, João Silvério Trevisan, editor do jornal, entrevistou Curi sobre seu caso, referindo-se à controvertida exoneração do jornal ocorrida antes da segunda audiência, sob a alegação de que o Última Hora estava com dificuldades financeiras. No entanto, na entrevista Curi disse que não acreditava em caça às bruxas e aos homossexuais. Ironicamente, por causa dessa reportagem, a própria revista e os jornais nela citados (como Lampião e Jornal do homossexual) sofreram processos semelhantes contra seus editores, processos estes iniciados pelo Ministério da Justiça.

Em janeiro daquele ano (1977), o centro de informações do Exército encaminhou ao Ministério da Justiça um dossiê intitulado "IstoÉ - apologia da homossexualidade", no qual citava a libertação de Lampião, associando-a a um movimento homossexual ligado à estratégia comunista.

A matéria contra o jornal era uma fotocópia daquele primeiro número que tinha a foto de Curi estampada na capa. A acusação de "distribuição homossexual" foi levantada pelo Artigo 17 da Lei de Imprensa de mesmo nome. Como os editores de Lampião foram chamados a depor, eles batalharam contra seu próprio julgamento no jornal ameaçado de suspensão e, assim, reuniram aliados.

Foi nesse contexto que nasceu o primeiro movimento homossexual brasileiro, o grupo SOMOS: um grupo de afirmação homossexual, articulado no eixo Rio-São Paulo, do qual participaram alguns editores do jornal. Uma das primeiras alianças e ações do grupo foi o combate à Lei de Imprensa, colaborando com uma rede de apoio ao Lampião; coleta de assinaturas de outros jornais com o objetivo de registrar denúncias e garantir a liberdade de imprensa (Green, 2000).

Na data de março de 1979, Celso Curi foi absolvido na comarca 14 de São Paulo, no prazo legal de dois anos, fixado pelo escritório de advocacia estadual (Rodrigues, 2014). A absolvição do colunista foi tratada por Lampião como o primeiro precedente legal para a defesa contra a criminalização da homossexualidade pela Lei de Imprensa. Na história da justiça brasileira, este foi o primeiro caso em que a homossexualidade apareceu como objeto de denúncia, havendo uma absolvição. Isso

significa que um importante precedente foi aberto para a defesa dos direitos dos homossexuais no país.

Os vários processos ou inquéritos ainda em andamento, pelo mesmo motivo - contra a revista Istoé, Lampião e Interview - contam desde agora com esse resultado em seu favor. Ou seja, daqui por diante continuamos de cabeça erguida, mas já tendo o respaldo da Justiça, a cada vez que voltarem a nos acusar de atentado à moral pelo simples fato de estarmos usando o nosso corpo para o nosso prazer (Trevisan, 1004 p.3).

Recolhendo documentações do DOPS, Green (2000) declara que, após não fechar os portões de Lampião – como parte da anistia e abertura política –, a polícia política parece ter mudado sua abordagem do movimento homossexual aos movimentos sindicais. Todavia, após a Delegação Nacional de Justiça ter facilitado o acesso às informações, o exame da documentação na plataforma digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro revelou que a observação não foi feita pelo DOPS, mas pela Polícia Federal e agências governamentais de inteligência. Em 1981, a Polícia Federal recomendou que o Ministério da Justiça iniciasse outra investigação sobre Lampião.

Concomitantemente, o jornal permaneceu na encruzilhada dos comunicados de imprensa alternativos do SNI até pelo menos 1983, quando foram produzidos documentos dando uma visão nacional dos jornais contra os “interesses nacionais” e a “moral e os bons costumes”.

A continuidade das tentativas de vigilância e censura por parte das forças de segurança permitem vislumbrar os limites do processo de abertura democrática, bem como a descontinuidade no tempo e no espaço com que a perseguição centrada nas homossexualidades e travestilidades é operada sob o regime militar. Essa virada autoritária será abordada na próxima seção, a partir das chamadas rodadas contra a liberdade sexual ocorridas em todo o Brasil antes e durante o regime militar.

3.7 O espaço da militância

Por volta da década de 1970, período em que a ditadura militar atingiu o seu auge, os avanços tecnológicos começaram a possibilitar a produção de jornais pequenos - chamados de "imprensa nanica" - caracterizados pela produção artesanal em pequena escala. Tais jornais seguiam uma linha editorial de temas polêmicos, como psicanálise, corpo, vegetarianismo, drogas, feminismo e homossexualidade,

com discussões voltadas aos valores morais mais acarinhados na sociedade brasileira da época. Jornais, como Verbo Encantado (Bahia) e Bondinho (São Paulo) foram criados em 1970, e Presença e Flor do Mal (Rio de Janeiro), ambos a partir de 1971, também surgiram como porta-vozes de novas linhas de grupos socialmente discriminados (Souto; Zioli, 2016).

Eles abriram espaços para discursos criados por negros, mulheres, homossexuais, ambientalistas e demais grupos discriminados, além de permitirem o acesso àqueles que buscavam destaque e tentavam organizar movimentos que legitimariam sua presença na história sociocultural. Pode-se dizer simbolicamente que sua primeira arma foi uma estrutura discursiva.

Alguns pesquisadores, como o antropólogo Edward MacRae, chamam esse momento de “nova era”, isto é, um período caracterizado pela luta e conquista da identidade exigida para grupos específicos, como, por exemplo, o movimento feminista, que questionava valores machistas da sociedade da época mediante questões como: contracepção, aborto e o deleite da mulher nas relações sexuais. Há um argumento profundo feito por tais grupos contra papéis sociais que, muitas vezes, se espera que as meninas cumpram, sendo “senhorias de casa” e “rainhas do lar” (Macrae, 1990).

Na época, os grupos buscavam alternativas de ação política com vistas à visibilidade social. Com isso, era necessário lutar, assumirem-se como sujeitos pertencentes a determinados grupos sociais. Assim, de acordo com Souto e Zioli (2016), os homossexuais aderem a esse movimento de protesto, aproveitando também as publicações de jornais alternativos que tinham como objetivo, entre outros, tecer críticas políticas e culturais. No âmbito da sexualidade, a competição cultural também surgiu com a construção e disseminação da cultura gay como meio de resistência no Brasil socialmente conservador e patriarcal.

Em meados de abril de 1978, começou a ser publicada a edição experimental do jornal que foi denominado Lampion da Esquina. Sua sede localizava-se no Rio de Janeiro, mais precisamente na alameda Conde dos Arcos, região da Lapa. O pintor e jornalista Adão Encosta era o responsável pela tradução de conteúdos do inglês para o português e participou da edição número zero do referido jornal. Também participaram dessa publicação o jornalista Aguinaldo Silva, mediante sua experiência em imprensa alternativa e na autoria de livros sobre questões policiais; o jornalista, crítico e tradutor Clóvis Marques; e o escritor e artista plástico Darcy Penteado, o qual

se destacou por ser o primeiro intelectual do Brasil a evidenciar em público a bandeira de luta contra discriminações e preconceitos em relação a pessoas homossexuais (Souto; Zioli, 2016).

Participaram também da primeira edição do *Lampião da Esquina* o jornalista e escritor Francisco Bittencourt; o jornalista Gasparino Damata; Jean-Claude Bernadet, crítico da indústria cinematográfica e palestrante; Antônio Crysóstomo e Peter Henry Fry. O editor-chefe era Aguinaldo Silva, que também comandava a sede do jornal no Rio de Janeiro, enquanto a filial de São Paulo foi confiada a João Silvério Trevisan, integrante de todas as edições, e Antônio Mascarenhas, participante do jornal até a sétima edição.

Tendo sido publicado até 1981, o supracitado jornal teve um papel importante na construção do novo sentido da homossexualidade, marcado, sobretudo, pelo que chega a ser a primeira fase do movimento homossexual no Brasil. Os textos editados não só traziam notícias e opiniões sobre diversos temas relacionados aos homossexuais no Brasil e no mundo, como também era um dos temas mais debatidos (Green, 2000).

Após a saída de Mascarenhas, os números de *Lampião da Esquina* introduzem um conjunto significativo de emendas relacionadas ao movimento homossexual, o que indica o conhecimento de outras editoras sobre o assunto. As reportagens, porém, eram perturbadas pela atuação de Aguinaldo Silva, experiente jornalista que trabalhou anteriormente nas redações dos jornais *Última Hora* e *O Globo Terrestre*. As citações às queixas de Silva sinalizaram uma disputa de poder na redação do jornal que determinou o foco editorial de cada publicação (Souto; Zioli, 2016).

O *Lampião da Esquina* tornou-se não só um meio de promoção da militância, mas também de muitas outras questões, tais como racismo, identidades, aborto, machismo e discriminação. Souto e Zioli (2016) evidenciam que o jornal levantou um estandarte político, mas não o tornou o único e principal ponto.

Na década de 1980 intensificou-se a introdução da homossexualidade na mídia. Uma das razões para isso foi o surgimento da AIDS e, por conseguinte, a ideia generalizada de que os homossexuais eram os propagadores da doença que, nesse período, auferia o subtítulo pejorativo de “câncer gay”. Na primeira metade dessa década, o jornal do Rio de Janeiro, chamado *Nós por Exemplo*, tentava combater a relação entre homossexuais e AIDS com uma política de eliminação de doenças voltada para o público homossexual (Câmara, 2015).

Durante o mesmo período, o Festival Mix Brasil, um conhecido evento de cinema com temática LGBT e diversidade sexual, apareceu em São Paulo, em 1993, e, em 1994-1995, uma nova revista voltada para o público homossexual foi disseminada em todo o Brasil, a *Sui Generis*, que buscou difundir um estilo de vida gay, também caracterizado pelo surgimento e consolidação do mercado homossexual. É essa modernidade que Mascarenhas testemunha. Ele, que estava acostumado a postagens sobre o assunto, certamente estava ciente desses acontecimentos e, naquele momento, sentiu-se incentivado a destacar seu trabalho no *Lampião da Esquina* como um dos potenciais pioneiros em abrir os estreitos caminhos que permitiram aos homossexuais chegar aos anos 1990 com visibilidade inimaginável, até então (França, 2006).

No entanto, segundo Isadora França (2006), suas entrevistas também abordavam questões importantes na consolidação do movimento homossexual, uma vez que, na esteira da publicação do jornal *Lampião da Esquina*, vários grupos homossexuais foram criados. Os grupos se reuniam, em sua maioria, para debater o que era a homossexualidade, separando-a da conceituação forjada pelos moralistas conservadores de anormalidade, ainda presente, ao passo que também discutiam estratégias de ações políticas contra a discriminação.

João Silvério Trevisan permaneceu no *Lampião da Esquina* até a última edição intensificando a militância com seus textos para os jornais, por meio de sua atuação no grupo SOMOS de São Paulo e, sobretudo, por meio de suas obras literárias que, mesmo não possuindo título de literatura gay, apresentavam uma visão positiva da homossexualidade diferente da ideia da anormalidade disseminada na época (Souto; Zioli, 2016).

Nas lutas travadas pelo movimento gay, no final dos anos 1970, há duas citações que Trevisan fez e são merecedoras de destaque: a primeira diz respeito ao fato de o *Lampião* aparecer como um lugar de militância especial, já que a “voz gay” estava ali em uma escrita com poder verbal em primeira pessoa. A segunda é a dupla resistência que o movimento homossexual enfrentou, resistência esta que ocorreu na forma como as questões relacionadas à homossexualidade eram tratadas, inclusive, pelos movimentos de esquerda que, à época, davam pouca importância às lutas dos grupos LGBT (Souto; Zioli, 2016).

3.8 Espaços de sociabilidade

Na década de 1970, os homossexuais das classes média e alta tinham seu próprio espaço para relaxar. O milagre econômico havia afetado a capacidade dos homossexuais se encaixarem em clubes da sociedade. Assim, clubes, saunas, botecos e novos espetáculos para lésbicas, gays e bissexuais começaram a tomar forma. Nesse contexto, Green (2000) chama a atenção para uma contradição: como o poder estatal que censurava jornais, livros e programas de televisão, por violar a moral e os bons hábitos, podia fechar os olhos para a vida homossexual noturna? A primeira resposta, diz ele, consiste no fato de que o grau de controle que os militares impunham, no contexto da liberdade sexual, não abarcava as boates, por não parecerem ser uma ameaça.

Da mesma forma, Green (2000) também comenta que alguns moradores locais sustentavam suas diversões em paz graças ao suborno, e que a principal relação de “tolerância” com moradores homossexuais era uma relação pública versus privada:

Além do mais, as duas décadas anteriores haviam testemunhado uma tolerância crescente em relação às manifestações de homossexualidade — contanto que permanecessem em espaços fechados, deixando seu ambiente semiclandestino apenas uma vez por ano, durante festividades do carnaval. Do mesmo modo, os shows de travestis dos teatros de Copacabana ou da Praça Tiradentes não representavam uma ameaça aberta ao decoro público (Green, 2000, p. 399).

Sobre o contexto do Rio de Janeiro e de São Paulo, Morando (2014) concorda com Green, argumentando que, em 1965, um decreto da divisão de Entretenimento Público de São Paulo afirmava que as exhibições de nu artístico, *striptease* e de travestis só poderiam ser feitas em teatro, sob severa fiscalização, de modo a resguardar o decoro público e o respeito à sociedade. Para além disso, ao questionar as fontes jornalísticas da época, o autor traz a experiência da noite homossexual em Minas Gerais, diferente daquelas narradas no contexto do eixo Rio-São Paulo.

Primeiro, enquanto parte da literatura, assume que *rondões*⁴ eram uma característica do regime instaurado em 1964, Morando (2014) afirma que os homossexuais que frequentavam Belo Horizonte já sofriam perseguição especializada desde os anos anteriores ao regime. O autor cita o caso do Edifício Maletta, cuja

⁴ Entre os anos 1970 e 1980 diversas operações foram realizadas pela Polícia Militar e Civil no Estado de São Paulo. Dentre essas operações, os *rondões* tinham como objetivo reprimir a prostituição de ruas, a princípio, feminina. Posteriormente, os *rondões* passaram a ter como alvo, os homossexuais.

dependência apresentava enorme concentração de bares e, por isso, atraía os boêmios da cidade, “os transviados” e “mulheres da vida”. O local, apelidado de “Alaska do BH”, em referência à galeria Alaska no Rio de Janeiro, era visitado por grupos homossexuais. Conforme o autor, ao longo da década de 1960, a vida noturna de Belo Horizonte se viu em uma disputa pelo espaço público e privado, que se intensificou com as operações de “limpeza”, em 1969, consolidadas pelo Ato Institucional nº 5:

Vale a pena destacar que as operações de saneamento e moralização foram permanentes ao longo dessa década. Para se ter uma visão mais abrangente da extensão dessas ações, antes mesmo do Golpe Militar de 1964, em novembro de 1963, o Secretário de Segurança Pública de Minas, Caio Mário da Silva, definiu uma campanha de moralização que mobilizou Exército, da Base Aérea, da Polícia Militar e da Delegacia de Repressão ao Furto de Veículos. A intenção era livrar principalmente a Praça Raul Soares dos maus elementos, maconheiros, ladrões de carro, aliciadores de meninas, “mulheres do trottoir” e “invertidos sexuais”. Poucos dias antes, a Delegacia de Repressão à Vadiagem iniciou uma blitz contra os anormais, detendo “30 invertidos sexuais na Praça Raul Soares” (Morando, 2014, p. 56).

Já no final de 1964, um colunista do Diário de Minas relata sobre uma boate de *striptease* na Cidade Industrial “que iria estremecer os céus de Minas se fosse mais frequentada”. Assim “o prenúncio se concretizou: os céus belo-horizontinos estremeceram, repetindo escandalosas manchetes do fechamento do Entend’s bar” (Morando, 2014, p. 62).

No sábado, 5 de dezembro de 1964, a Polícia Militar invadiu o boteco, segundo a manchete do referido jornal. Eles prenderam 26 “invertidos”, incluindo nove pessoas com menos de 18 anos. Ainda conforme Morando (2014), as operações de higienização em Minas tinham um ritual comum: as “casas de família”, próximas às casas noturnas, ou a pressão sobre elas originavam as denúncias à polícia, o que acabava por desencadear direta ou indiretamente a ação policial.

Em São Paulo, a polícia tinha o hábito de estacionar em frente a uma discoteca boêmia e obrigar os homossexuais a entrarem no camburão. Em dezembro de 1980, policiais invadiram o Ferro’s Bar, frequentado por lésbicas, em São Paulo. Mais de 200 frequentadores deste e de outros bares da região foram levados para a 4ª Delegacia de Polícia na denominada “Operação Sapatão”, comandada pelo delegado Wilson Richetti (Morando, 2014).

Assim como outros delegados, como Sérgio Paranhos Fleury, Richetti foi um dos funcionários do DOPS transferido para o governo de Paulo Maluf. Fleury, mais

tarde, ingressou no Departamento de Investigações Criminais (DEIC), enquanto Richetti se tornou chefe do Departamento de Polícia no centro de São Paulo. Ambos organizaram passeios para combater a prostituição travesti na cidade-estado (Ocanha *et al.*, 2014).

Durante o regime militar no Brasil, houve uma divisão política do trabalho na política de segurança federal. O Departamento de Censura e Divisão Pública da Polícia Federal era responsável pela censura de rádio, notícias e televisão, podendo fazer cumprir as leis de censura prévia ou processar um Ministério Público. No nível estadual, o famoso DOPS, ou DEOPS, visava especificamente guerrilheiros rurais e urbanos, e seus porões serviam de plataforma para a tortura de pessoas que o regime considerava como membros da organização comunista. Da mesma forma, segundo a tradição, os instrumentos policiais eram aplicados em benefício da família. Rodrigues (2014, p. 217) sinaliza que: “‘operações limpeza’, ‘caçadas’ e ‘rondãos’ foram organizados pelas forças policiais, com o fim de retirar das ruas e praças aqueles que eram tidos como ‘depravados’, ‘invertidos’”

Com base na experiência de São Paulo, Ocanha (2014) levanta a hipótese de que a derrota da guerrilha urbana na década de 1960 levou a uma redistribuição de oficiais – bem como forças de segurança – da vigilância política à regulação moral; nas periferias, pretos do país continuavam sendo massacrados, desde meados da década de 1970 até a última década.

Quinalha (2017) converge para essa análise, ressaltando que já na abertura democrática, a frouxidão do regime ocasionou reações desesperadas dos setores "mais duros" do governo, que desejavam manter o poder: tais fatores parecem indicar que as profundas mudanças desencadeadas pela angústia da ditadura militar ocasionaram fortes reações dos setores mais conservadores, na medida em que vislumbraram uma perda de controle dos limites impostos à transição supervisionada pelos militares. Ou seja, esses achados podem não indicar com precisão o aumento da supressão. Pelo contrário, é uma mudança significativa nas formas de expressão e violência.

Em 1976, a Polícia Civil de São Paulo realizou um estudo de criminologia forense de prostitutas e mapeou lugares sociais gays, como saunas e boates. Segundo Ocanha *et al.* (2014), esse estudo desencadeou um novo tipo de controle estatal sobre a sexualidade pública. No mesmo ano, a delegacia do distrito central de São Paulo autorizou a prisão de todas as travestis dessa área da cidade. A Portaria

nº. 390/76 exigia que os policiais registrassem réus que deveriam ser “ilustrados com fotos de pervertidos” para que os juízes pudessem “avaliar seu alto grau de periculosidade” (Ocanha *et al.*, 2014, p. 151).

A prescrição baseava-se, assim, em uma visão patológica da homossexualidade, difundida pelo saber médico do século XX, que a descrevia como sendo associada a uma anomalia ou distúrbios físicos e mentais. Muitos considerados “criminosos homossexuais” traspassaram das mãos da polícia para as mãos dos médicos – médicos forenses de instituições, como o laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação de São Paulo (Simões; Facchini, 2009).

As prisões de homossexuais, travestis e prostitutas eram geralmente respaldadas pelo artigo 59, da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941), conhecida como Lei da Vadiagem:

Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes para subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – simples, 15 dias a 3 meses de prisão. (Brasil, 1941, Art. 59).

Com o aumento do uso de hormônios e silicones, uma prática comum da polícia “era a de fechar uma gaveta no peito do travesti” (Lopes, 2020, p. 248). As liberações geralmente dependiam do pagamento de subornos. Além disso, àqueles que não tinham carteira subscrita exigiam em carta que procurassem trabalho em até 30 dias. Nesse cenário, era uma prática recorrente entre meninas e travestis que se prostituíam, em resposta às prisões arbitrárias e torturas da polícia, esconder facas debaixo da língua para se cortar antes de serem levadas à delegacia.

Em entrevista ao Lampião, um bissexual chamado Paulete explicou as razões do autoflagelo: “os homens têm de levar [...] pro hospital, senão morrem de sangrar. E no hospital a gente não apanha, até tratam bem” (Lopes, 2020, p. 249). Ou seja, para os perseguidos, o caminho das convalescenças era o da salvação. Enquanto isso, o da “lei”, com seus camburões e fuzis, poderia resultar numa vala comum, lugar onde se enterravam vidas e memórias, em um período sombrio de lutas, sangue e lágrimas de centenas de oprimidos.

4 O MEU PRAZER AGORA É RISCO DE VIDA: SEXUALIDADES DISSIDENTES E NORMA MÉDICO-LEGAL NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

4.1 A homossexualidade na Assembleia Nacional Constituinte

O Triângulo Rosa foi um dos grupos militantes homossexuais mais proeminentes no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) na Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com Câmara (2002), o grupo apareceu no Rio de Janeiro em 1985 e seu nome e símbolo foram escolhidos em homenagem aos homossexuais marcados com triângulos rosas nos campos de concentração nazistas. O grupo tomou medidas políticas pragmáticas em apoio à luta pelos direitos. Ao longo de sua trajetória, em seus movimentos organizados, buscou o apoio de políticos, intelectuais, partidos e organizações da sociedade civil.

João Antônio Mascarenhas foi um dos fundadores do Triângulo Rosa e um dos membros mais atuantes. Natural de Pelotas, Rio Grande do Sul, formou-se em Direito e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1956. Mascarenhas ingressou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde permaneceu até o golpe militar de 1964, quando foi demitido por ser considerado subversivo. Após esse episódio, Mascarenhas passou a se sustentar com os recursos de sua família. A partir desse momento, pôde dedicar-se inteiramente à luta homossexual (Howes, 2003).

Cabe salientar, conforme apontado por Howes (2003), que antes de atuar na Assembleia Nacional Constituinte, o Triângulo Rosa participou de uma campanha por um Código de Ética dos Jornalistas, cujo objetivo era incluir a proibição da discriminação com base na orientação sexual. A luta durou cerca de dois anos, por meio de vários fóruns, até ser vencida em 1986.

Mascarenhas é lembrado até hoje mediante o ativismo pelos direitos humanos das pessoas LGBT (na época) e pelo teor representativo da oposição dos fundamentos religiosos à igualdade dos direitos desse grupo minoritário. Na Assembleia Constituinte, a luta voltava-se para tentar incluir na redação do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 a proibição de atos discriminatórios por motivos de orientação sexual. Mascarenhas esteve à frente dessa luta e, por isso, foi ao Congresso Nacional com o intuito de defender a proposição, registrando em uma publicação exclusiva a votação presenciada, de modo que 130 parlamentares votaram a favor; 317 votaram contra; 14 em branco; 60 não compareceram ao plenário; e 38 se ausentaram do Congresso no momento da votação (Mascarenhas, 1997).

Assim, durante a Assembleia Nacional Constituinte, João Antonio Mascareñas representou o movimento homossexual brasileiro, apresentando as reivindicações do movimento aos parlamentares e à população. Esta foi a primeira vez que ativistas homossexuais no Brasil se dirigiram a parlamentares defendendo seus direitos (Simões; Facchini, 2009).

Segundo Lelis (2021), o que Mascarenhas disse em seu discurso parece indicar não apenas que ele representava todo o movimento homossexual da época, mas também que dentro desse grupo havia um conjunto único de pessoas totalmente alinhadas em seu pensamento. Esta é uma questão problemática, especialmente tendo em conta a série de declarações que os militantes fizeram na Assembleia. Isto também se deveu em grande parte à ausência de outros grupos na luta pelos direitos homossexuais.

Assim, como aponta Lelis (2021), Mascarenhas, compreensivelmente, sentiu-se na obrigação de preencher essa lacuna, embora pudessem existir elementos que acabassem por eliminar a diversidade do grupo e subestimar as diferenças dentro dele. No entanto, este processo foi causado em primeiro lugar pela falta de acesso de outras entidades, o que impediu que a visão e abordagem pluralista do movimento se refletissem no processo democrático.

Segundo Gama (2021), Mascarenhas destacou tentativas de dissociar a imagem dos homossexuais das travestis na questão de identidade que permeava o debate. O polêmico debate fazia referência ao termo “orientação sexual”, que se refere à atração amorosa e sexual. Nesse contexto, não havia reivindicação ou debate sobre a identidade de gênero, que envolve a concepção subjetiva que um sujeito tem de si mesmo e de seu próprio gênero. Essa omissão deve-se ao fato de travestis, transgêneros, pessoas não binárias e *queer* não fazerem parte do MHB durante a Constituinte. Na verdade, o movimento em torno de identidades de gênero não hegemônicas desenvolveu-se depois do movimento homossexual.

Além disso, o conceito de identidade de gênero ainda não havia se difundido no Brasil durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988. O conceito começou a ser utilizado no país na década de 2000 sob influência de teóricos *queer* (Gama, 2021).

Ainda segundo Gama (2021), as diferentes visões dos deputados sobre a homossexualidade articulavam sua posição com as demandas do movimento homossexual brasileiro. Os legisladores defenderam os direitos dos homossexuais

como pessoas reconhecidas na sociedade credibilizando-as como uma minoria e sublinhando a importância de o Estado as proteger por meio de leis.

Lelis e Oliveira (2021) observaram que os eleitores que se opunham às reivindicações do MHB expressaram opiniões negativas sobre a homossexualidade. Muitos deles alegaram que era um pecado, posto que a homossexualidade era contra a vontade de Deus. Alguns chegaram a afirmar que a AIDS era o castigo de Deus para os homossexuais e os culpavam pela doença. Esse argumento foi refutado pelos legisladores que apoiaram as exigências do movimento.

As reivindicações do MHB não foram incluídas na Constituição de 88. No entanto, a demanda contemplada pelo texto constitucional na Assembleia e a participação do movimento nessa luta foram uma considerável conquista que promoveu o grupo e os problemas enfrentados por seus integrantes (Gama, 2021).

A Assembleia Nacional Constituinte marcou, assim, o início da luta pelos direitos homossexuais no âmbito político institucional. Após a Assembleia, o MHB associou-se a outros movimentos sexuais voltados às identidades de gênero. Com o passar do tempo, foram reunidas novas identidades que se tornaram o atual movimento LGBTQIA+ (Lelis, 2021).

Sendo assim, depois de participar da Assembleia Nacional Constituinte, o movimento homossexual não desistiu de sua luta, formulando e aprovando com sucesso leis anti-discriminação, não só relacionadas com a orientação sexual, mas também com a identidade de gênero.

4.2 As homossexualidades no período da abertura e da redemocratização

No final da década de 1970, o Brasil começou a respirar um ar mais otimista. Para muitos, era o limiar de uma nova era, mais justa e mais humanizada. O anúncio de grandes mudanças marcou o fim da ditadura brutal, a sociedade civil ressurgiu politicamente e os protestos de trabalhadores, empresários, intelectuais e estudantes assumiram formas importantes (Macrae, 2018).

Com a nova liberalização política trazendo a possibilidade (não anunciada oficialmente) de várias organizações clandestinas de esquerda operarem mais abertamente e o fim da censura promovendo o livre debate de ideias, o ideal de unidade da oposição mostrava-se cada vez mais inviável. Além do ressurgimento das

divisões clássicas entre os marxistas, começaram a surgir novos grupos com reivindicações específicas de determinados segmentos da população (Macrae, 2018).

Segundo Serrano (2019), os movimentos negros e feministas, em particular, foram notáveis nessa época por suas questões e abordagens de ação, não apenas focando em questões tradicionalmente vistas como políticas, mas também naquelas consideradas culturais ou relevantes para a experiência da vida cotidiana dos militantes, isto é, as relações hierárquicas entre raças, entre homens e mulheres, e mesmo entre líderes políticos e seus subordinados dentro de organizações concorrentes.

À medida que o país se redemocratizava, surgia um movimento para defender as identidades LGBTI+. No entanto, a ditadura militar marcou a sociedade moderna por meio da censura e da repressão, e o fortalecimento das ideias conservadoras levou a um atraso na unificação do movimento LGBTI+. Como corolário disso, são perceptíveis as estatísticas chocantes da *Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA), que mostram que a orientação sexual e/ou identidade de gênero LGBTI+ do Brasil e a taxa de homicídios são as mais altas da América do Sul, assim como o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial de países que mais matam travestis e transexuais (Serrano, 2019).

Candido (2017) ressalta que foi nesse período que o movimento homossexual começou a se reorganizar politicamente e a ocupar espaços antes negados. No entanto, isso teve um preço. O movimento até hoje tem sofrido intensa repressão dos militares e da sociedade, que ainda mantém valores conservadores. Nesse contexto, a resistência e a representação cultural é a forma como a comunidade LGBT continua a lutar.

Assim como a redemocratização criou um vácuo para a continuidade das atividades do jornal “Lampião da Esquina”, conseqüentemente, os movimentos organizados da comunidade declinaram no período pós-ditadura (Candido, 2017).

É importante sublinhar que os desafios e preconceitos enfrentados pelas pessoas homossexuais nas democracias são diferentes daqueles enfrentados pelos regimes autoritários. Esse conceito é bem explicado por Renan Quinalha (2014), que observa que regimes autoritários violam direitos civis, como o direito à integridade corporal e o direito à vida, resultando em danos sociais que ignoram outras ordens, algumas delas muito graves.

Sendo assim, a subjetividade causada pelas forças opressoras mudou a trajetória de vida de muitas pessoas. À medida que os regimes políticos foram encerrados e os valores morais conservadores começaram a reforçar diferentes aspectos do preconceito, muitos foram incapazes de viver livremente a sua sexualidade e desenvolver competências sociais, carreiras ou projetos pessoais.

Esta é uma distinção importante e relevante para a democracia. Embora o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ existisse nos regimes democráticos de 1946 e continuassem no Brasil após 1988, a forma como ele existia e as autorizações legais e institucionais que o encorajavam eram diferentes a cada momento (Quinalha, 2014).

Desta forma, o estado autoritário legitimou a perseguição, a violação dos direitos individuais e a disseminação do estigma contra os homossexuais e pessoas transexuais por meio da promulgação de leis. Após a ditadura militar, emergiu o período democrático e surgiram novas formas de intolerância contra esses sujeitos, baseadas em preconceitos menos óbvios, encobertos, não respaldados pela lei estatal. As ideias e as atitudes repressivas persistiram em tempos democráticos e são perpetuadas, até os dias atuais, por todos os segmentos da sociedade. Percebe-se que cada período significou (e ainda significa) novos desafios para a comunidade homossexual, uma vez que arquétipos preconceituosos mudaram de perspectiva, mas não deixaram de existir.

Fachini (2003) argumenta que o processo de redemocratização da sociedade brasileira e a conseqüente desmobilização das propostas militantes mais antiautoritárias podem estar relacionados com essa tendência de menosprezar os aspectos homossexuais marginalizados e com a necessidade de criação de uma imagem pública homossexual, o que deixa de abranger a maior parte da experiência relacionada a essas pessoas.

Uma questão que resta após o fim do regime militar é a invisibilidade das pessoas LGBT (agora LGBTQIA+), posto que usar o molde invisível é uma forma de silenciar e marginalizar essas pessoas. Os atos diários de ocultação, seja em casa, no trabalho, nas faculdades, nas igrejas ou nas escolas, são impulsionados por valores sociais que produzem a ideia de que suas sexualidades pertencem ao reino do pecado, do erro, da culpa, entre outros diversos adjetivos depreciativos associados aos seus desejos (Caetano, 2005).

Toda a violência e os preconceitos homofóbicos e transfóbicos marginalizam essas pessoas e, ao mesmo tempo, tornam possíveis “uma rede social de

solidariedade em primeiro lugar”. Além disso, a visibilidade e o respeito ampliados por pessoas homossexuais e transexuais estão relacionados à capacidade de estas expandirem as redes sociais que precisam construir. É em busca dessa expansão que o movimento homossexual busca encontrar novas formas de escapar da invisibilidade (Caetano, 2005, p. ?).

A trajetória da luta por direitos tem contribuído para o fortalecimento do movimento homossexual. É pela disposição de resistência do movimento que tem sido possível perceber algumas mudanças significativas nos direitos concretizados pela comunidade LGBTQIA+, tais como: a autorização de adoção por casais homoafetivos; o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo a legalidade do direito ao casamento estável e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo; a cirurgia de redesignação sexual realizada pelo Sistema Único de Saúde; e a permissão para pessoas trans alterarem nomes sociais anteriormente cadastrados (Macrae, 2018).

Ainda hoje, porém, os desafios que esse grupo enfrenta continuam enormes. Criminalizar a LGBTfobia e classificar esses crimes por lei; acabar com a violência contra homossexuais e pessoas trans; educação e oportunidades de emprego para essas pessoas, especialmente pessoas trans, são alguns dos desafios que o movimento homossexual ainda enfrenta no atual contexto de desafio e luta.

Candido (2017) argumenta que, diferentemente da época da ditadura militar, as pessoas homossexuais são atualmente apoiadas por diversas instituições governamentais e não governamentais, sugerindo que, mesmo que os desafios continuem grandes, pelo menos a luta é apoiada e reconhecida (mesmo que ainda limitada) pelo Estado, o que não acontece nas ditaduras pelos motivos já mencionados neste estudo. Assim, o Estado democrático de direito, longe do ideal, garante algo que a ditadura militar havia suspenso: as concessões de luta visando a ampliação de direitos que ainda carecem aos vários segmentos da sociedade brasileira.

5 GÊNERO E SEXUALIDADE COMO INIMIGOS DO ESTADO

5.1 Os movimentos conservadores na ditadura militar

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) representa um grande avanço, posto que se divide em grupos com eixos temáticos específicos, dentre os quais se destacam ditadura e gênero (Brasil, 2014). Desse modo, as marcas das diferenças emergiram, mesmo que de forma simples, a partir das comissões da verdade instaladas no país, delineando os diversos tipos de violência perpetrada pelo regime autoritário, com foco também em suas vítimas.

Assim, no que diz respeito ao foco LGBT, a revisitação do passado do Brasil está relacionada ao período da ditadura, fazendo uso de uma lente nova para observação, a saber: a perspectiva da sexualidade e gênero. Só agora os historiadores e pesquisadores se voltaram para esse assunto. Isso, combinado com o fato de que os regimes autoritários estão tentando apagar seus rastros, faz com que olhar para trás seja uma tarefa assustadora.

Desse modo, como aponta Quinalha (2017), com a criação das comissões da verdade a audiência pública começou a aumentar e foram produzidos conteúdos que consideravam diferentes marcadores específicos para ditaduras militares, passando a considerar, em suas análises, as pautas de gênero, LGBT, raça, faixa etária etc., constituindo, assim, uma descrição mais ampla de violações de direitos humanos por regimes autoritários.

Ressalta-se, como apontado por Johnny Roberto Rosa (2020), que o fim da ditadura não significa a superação dos obstáculos impostos por ela. Além disso, a verdade sobre as violações de direitos cometidas pelo Estado – inclusive contra pessoas LGBT – ainda não é totalmente conhecida, posto que os processos de justiça de transição ainda são incipientes e as políticas públicas efetivas voltadas para a transformação social ainda não lograram muitos resultados. Em suma, o processo de redemocratização do país convive com a necessidade de enfrentar o legado de um passado autoritário, o que torna ainda mais urgente tentar compreender o que se passou, quais forças praticaram os crimes aos direitos humanos e se essas mesmas forças permanecem atuantes no quadro político brasileiro.

As percepções de injustiça tornaram-se obscuras à medida que as diferentes práticas autoritárias foram legitimadas e reforçadas durante os regimes autoritários.

Uma vez intensificada e legitimada a violência de Estado, sem quebrar essa lógica, a sociedade brasileira estabeleceu um mecanismo permanente de naturalização da violência que continuou a operar mesmo após as transições políticas (Jardim; Aron, 2016).

Uma dessas forças legitimadoras é a direita conservadora, sobretudo militarista, cuja presença no âmbito político permanece altamente atuante. Por isso, torna-se interessante apresentar a significação conceitual do conservadorismo, para depois introduzir o assunto dos movimentos conservadores da ditadura.

O conservadorismo pode ser definido como um sentimento de aversão à mudança. É um fenômeno político complexo, diferente do tradicionalismo, que se manifesta como um apego a padrões e modos de vida antigos, é considerado indireto e universal, algo associado a elementos subconscientes, que dificilmente se desenvolveu para se tornar o ponto de referência para campanhas políticas. O conservadorismo, por outro lado, é uma construção psicológica objetiva, uma coleção de elementos espirituais e intelectuais independentes do indivíduo que é seu portador (Cunha, 2014).

Trata-se de um fenômeno que transcende o tempo e o espaço, uma configuração histórica e dinâmica de estruturas que não é estática no tempo, mas é influenciada por seu ambiente. Ou seja, enquanto os tradicionalistas são quase totalmente passivos, os conservadores são consistentes, adeptos de um movimento que leva em conta as mudanças que ocorrem de uma época para outra.

Esse conservadorismo contém traços importantes da chamada "cultura política brasileira". Com a ascensão do paradigma culturalista, o conceito de cultura política é recorrente na análise histórica por meio de suas interpretações plurais e não hierárquicas, ainda que uma cultura política seja superior às demais. Pode ser definido como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhadas por um determinado grupo de seres humanos que expressa uma identidade coletiva e fornece uma leitura compartilhada do passado, bem como uma inspiração para projetos políticos voltados para o futuro (Lopes; Carneiro, 2016).

Em nosso exemplo, a cultura política brasileira domina esse espaço nacional. Entre suas características, pode-se notar: a presença de um imaginário político nacional, que consiste na representação de acontecimentos relevantes do passado e na classificação de figuras históricas como heróis ou vilões; a presença de comportamentos em prol de laços de parentesco, amizade ou compadrio, que, às

vezes, desconsideram as normas oficiais para projetos políticos pessoais, tendendo a ser flexíveis no manejo de conflitos sempre que membros da elite hegemônica estão envolvidos (a violência contra os menos favorecidos economicamente prevalece quando a classe popular faz parte da disputa); pouca participação popular e pouco acesso às instituições públicas, havendo, no substrato estrutural, camadas de dificuldade que se sobrepõem a depender de fatores outros, como cor, religião, sexo e gênero (Lynch, 2017).

Visto que sua ideologia, valores e comportamento se constituem em prol da ordem política e econômica historicamente dominante no Brasil, definindo as ações da população e atendendo aos interesses dos chamados detentores do poder, é possível afirmar que a principal tendência da cultura política do Brasil é o conservadorismo. No que diz respeito à classe política nacional, o conservadorismo pode ser reconhecido em discursos, artigos publicados, entrevistas, comportamento e conduta perante instituições, eleitores e seus pares (Mota; Rodrigues, 2020).

Pode-se concluir, então, que o golpe militar de 1964 foi o clímax do movimento político conservador que visava bloquear o progresso da democracia brasileira com uma agenda progressista destinada a quebrar o privilégio e o controle histórico das elites econômicas e sociais dentro das instituições públicas. A fim de preservar a ordem social que a considerava, bem como suas práticas e ideologia política, setores da classe política brasileira apressaram-se em tentar se associar ao movimento militar, legitimando-o dentro de suas próprias instituições democráticas.

Ademais, diversas organizações e movimentos da sociedade civil, de cunho conservador e/ou de extrema-direita, se opuseram ativamente ao governo João Goulart. Juntos, esses grupos formaram uma rede de conspiração cujo objetivo era minar e derrubar o governo. O núcleo mais importante dessa rede era o IPES, criado em agosto de 1961 por um grupo de empresários cariocas e paulistas (Bortone, 2014) e um punhado de oficiais que trabalhavam em torno da ESG (Arruda, 2013).

O IPES reunia o escol do empresariado brasileiro, junto a diretores de empresas multinacionais que atuavam no país, dirigentes de importantes associações empresariais, militares, jornalistas, intelectuais e um grupo de jovens tecnocratas. O que os unia no mesmo contexto ideológico eram suas relações econômicas transnacionais e correlatas, sua postura anticomunista e o propósito de financiar novos governos e projetos de desenvolvimento nacional, abertura aos fluxos de capital internacional e mandato autoritário.

Era, portanto, uma organização de vida dupla controlada por votos. Abertamente, uma instituição com tendências políticas conservadoras dedicadas ao estudo e debate das realidades brasileiras. Seus membros estavam ostensivamente envolvidos em atividades de produção e disseminação do conhecimento, que iam desde a edição, tradução e distribuição de livros, revistas e folhetos, produção e veiculação de filmes promocionais e documentários, até a realização de palestras e pesquisas sobre a realidade brasileira (Moraes *et al.*, 2016).

O IPES também possuía uma estrutura organizacional secreta e se opôs ao governo João Goulart. Essa organização envolveu a preparação e execução de operações desestabilizadoras cuidadosamente planejadas que incluíam o subsídio a uma poderosa campanha de propaganda anticomunista, o financiamento de vários tipos de manifestações públicas antigovernamentais e até o apoio financeiro a grupos e associações de oposição ou de extrema-direita (Bortone, 2017).

Sob a égide do IPES, alguns grupos de mulheres politicamente organizados operaram – Movimento Feminino pela Democracia (Rio de Janeiro), União Cívica Radical (São Paulo), Liga das Mulheres Democráticas (Minas Gerais) –, sendo responsáveis por iniciar o desfile da família “Liberdade com Deus”. O IPES também estava envolvido com organizações estudantis, como o Movimento Democrático Estudantil; relações entre trabalhadores urbanos e operários, como o Movimento Sindical Democrático e a Federação Nacional dos Trabalhadores Cristãos; e com agricultores e grupos de liderança rural, como os Serviços de Orientação Rural de Pernambuco, aliados ao Grupo Parlamentar lançado pela Aliança Democrática Parlamentar, frente conservadora destinada a desestabilizar o governo Goulart, com forte atuação na Assembleia Nacional (Ramirez, 2009).

O IPES possuía uma estrutura interna construída em torno de dez grupos de pesquisa e ação. Já os Grupos de Estado e Ação (GEA) atuavam em diferentes áreas, como interferência política, propaganda e doutrinação ideológica, manipulação da opinião pública e capacidade de influenciar setores e grupos sociais específicos – classe média, forças armadas, Congresso, igreja, imprensa ou governo. Para tanto, os grupos minoritários, fossem de movimentos feministas ou LGBTQIA+, eram todos arrolados sob a pecha de comunistas, afinal, importava não estratificar o inimigo, mas simplificá-lo, reduzindo a complexidade das redes de relações à figura do inimigo vermelho (Farias, 2022).

Nessa perspectiva, a ditadura militar do Brasil foi instaurada após uma série de eventos interligados que culminaram no golpe de 31 de março de 1964, que derrubou o presidente João Goulart. Essa ação foi orquestrada por militares das forças armadas, apoiado por diversas esferas da vida social, como a Igreja Católica, a comunidade empresarial e os proprietários de terras. O regime autoritário foi categorizado por esses grupos como necessário para impedir o chamado progresso comunista do país, tipificado pelas reformas populares de João Goulart (Chaves, 2012).

Nesse contexto, a junta militar assumiu o poder no país, iniciando um período da história brasileira marcado pela supressão da liberdade de expressão, bem como dos direitos políticos e sociais, além de severas perseguições aos que desafiavam regimes ou ideais autoritários. Conseqüentemente, qualquer pessoa excluída dos padrões normativos era violentamente reprimida. A censura, a prisão arbitrária e a tortura foram algumas das táticas que a junta empregou para reprimir esses grupos sociais (Quinalha, 2021).

As práticas autoritárias de governo foram moldadas pelo conservadorismo e pela moralização, responsáveis por disseminar a ideia de que o comportamento depravado está associado às pessoas LGBT, sendo inimigas do Estado e da ordem política, sob os holofotes da vigilância e suspeição do regime. Apesar da repressão estatal à população LGBT, algumas formas de resistência marcaram a história da comunidade brasileira e devem ser mencionadas.

A partir da década de 1960, o movimento LGBT começou a se mobilizar em defesa de seu reconhecimento e de seus direitos contra o preconceito e a opressão das ditaduras militares. Ney Matogrosso e os grupos musicais Secos & Molhados e Dzi Croquettes, entre outros artistas, subiram ao palco com roupas consideradas femininas e refletiram sobre os papéis masculino e feminino do público (Bortolon, 2016).

A mídia alternativa também desempenhou um papel importante na luta contra a ditadura, servindo como espaços de resistência ao denunciar a brutalidade da junta. Nessa área, surgiu o jornal *Lampião da Esquina*, representando a população gay. Como já mencionado nos capítulos anteriores, foi um jornal voltado ao público LGBT, publicado de 1978 até o início dos anos 1980, tratando de questões relacionadas à sexualidade, política, cultura e denunciando a violência gay perpetrada pelo regime

militar. O jornal visava promover e resgatar o fato de que os gays eram seres humanos e, portanto, tinham todo o direito de lutar para realizar plenamente seus objetivos.

Tais jornais foram censurados e perseguidos por suas críticas ao período militar. Além disso, para o regime, qualquer desvio de suas concepções e princípios conservadores que consideravam morais era alvo de retaliação e escrutínio. Por isso, o *Lampião da Esquina*, jornal alternativo com conteúdo diferente do que as autoridades consideram adequado, foi acusado de atentar contra a moral e os bons costumes e enquadrado na Lei de Imprensa (Chagas, 2015).

Além do *Lampião da Esquina*, Green *et al.* (2003) destacam o grupo SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual, que marcou a resistência LGBT e foi a primeira organização brasileira a politizar os gays. Fundado em 1978, o SOMOS foi o precursor na defesa dos direitos da comunidade LGBT no Brasil, em todas as esferas da vida social. O grupo promoveu a conscientização individual, fortaleceu as identidades baseadas em dados e experiências, conduziu pesquisas e ativismo e fez a ponte entre grupo e situação, pessoas e entidades externas.

Outro grupo a se destacar no período foi o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF). O GALF realizou a primeira manifestação lésbica brasileira em 1983. Em julho daquele ano, ativistas do grupo venderam o boletim *ChanacomChana*, publicação ativista lésbica brasileira, em um bar chamado *Ferro's*, um importante ponto de encontro lésbico. O proprietário quis expulsá-las e proibi-las de vender os boletins. Nos dois meses seguintes, elas enfrentaram resistência e ameaças de zeladores que tentavam retirá-las de lá. Assim, as lésbicas resolveram retomar o *Ferro's* e marcaram essa ação política na noite de 19 de agosto do mesmo ano. A data é conhecida como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico (Lessa, 2008).

Como se vê, os grupos LGBT sofreram perseguições e censura do Estado e de grupos civis que compactuavam com o governo, uma vez que o feminismo e os movimentos LGBT eram considerados imorais, ofensivos aos costumes e, sobretudo, relacionados ao inimigo externo, diferente e comunista.

Alguns desses movimentos eram encabeçados por mulheres, cuja presença acentuava a ambiguidade dos conflitos de sexualidade, uma vez que nem todos os indivíduos compunham um grupo social específico, como é o caso das mulheres. Se, por um lado, algumas lutavam pelos direitos, inclusive de expressar sua sexualidade, por outro, as conservadoras esforçaram-se por sufocar os grupos feministas e LGBT.

De acordo com Dhanara Sestini (2007), esses grupos, ou movimentos conservadores, foram a União Cívica Feminina (UCF), em São Paulo, a Liga das Mulheres Democráticas (LIMDE), em Belo Horizonte, Minas Gerais, a Cruzada Democrática Feminina (CDF), em Recife, Pernambuco, e a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), situada no Rio Grande do Sul. Cada um desses movimentos teve como propósito promover a moral e os bons costumes, atacando tudo aquilo que se opunha a seus valores como imoral e degradado, dando eco a um discurso que reverbera até hoje nos ouvidos da população brasileira sob a pecha de antigênero.

5.2 A “ideologia de gênero” e os movimentos antigênero

Os discursos e documentos da Santa Sé, assim como as obras de Dale O'Leary (1997) e Jorge Scala (2010), se espalharam pelo território latino-americano e influenciaram os debates nas políticas sociais relacionadas às questões de gênero e sexualidade. Para Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), esses conflitos têm um significado particular na América Latina, visto que, a despeito deles, alguns desses países avançaram nos últimos anos em termos de direitos sexuais e reprodutivos (legitimização do aborto, reconhecimento de união homoafetiva e a inclusão de educação sexual nas escolas).

Embora o contexto de cada país seja diferente, Miskolci e Campana (2017) listam elementos comuns na América Latina: 1) ocorreram na virada do século; 2) surgiram em países onde os governos começaram a se inclinar mais para a esquerda; 3) desencadearam reformas educacionais e legais.

Luis Felipe Miguel (2016), ao analisar o contexto do Brasil, aponta que dois fenômenos se destacam. O primeiro refere-se à retirada do consenso mínimo que se acredita definir o debate público no Brasil; direitos abertamente contestados em nome da tradição, da moral e até da vontade divina. O segundo diz respeito à aliança do conservadorismo moral com o ultraliberalismo econômico, que se tornou a base da direita brasileira. Suas ações combinadas produziram um programa único em que o Estado não deveria interferir nas relações econômicas, mas regular estritamente a vida privada.

Maria das Dores Campos Machado (2018) observa que o fundamentalismo religioso se tornou uma força política no Brasil desde a década de 1990,

especialmente quando as igrejas neopentecostais investiram na eleição de seus pastores. O fundamentalismo parte da ideia de que existe uma verdade única, sagrada e indiscutível, afastando qualquer possibilidade de debate. A autora constatou uma crescente aliança entre católicos e pentecostais, apesar de suas diferenças. A primeira baseia-se na defesa da vida, enquanto a segunda prioriza as questões sexuais e se opõe à ampliação dos direitos sexuais.

A presença política dos pentecostais na Câmara dos Deputados foi fortalecida com a indicação do pastor adjunto Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias em 2013, seguida da eleição de Eduardo Cunha (PMDB) para presidir a Câmara Federal, em 2015. Nesse período, houve também o movimento de grupos católicos que investiam contra os movimentos LGBTs, sob a pecha de luta contra a “ideologia de gênero”. Ambos os segmentos (católico e pentecostal) se alinharam com diversas forças conservadoras no Congresso Nacional, com destaque para os latifundiários e defensores dos armamentos (Machado, 2018).

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, deu novo impulso ao fortalecimento desses setores. A Frente Parlamentar Evangélica na Assembleia Nacional cresceu nos últimos anos. Em 2019, a linha de frente passou a ser coordenada pelo pastor evangélico da Assembleia de Deus, Silas Câmara.

Na campanha contra a chamada “ideologia de gênero” no Brasil, há um grupo heterogêneo de sujeitos díspares que se unem para combater um inimigo comum, de sua escolha. Além das cadeiras formadas por legisladores ligados a diferentes grupos religiosos, há padres e missionários que oferecem assessoria parlamentar, fazem lobby e apresentam suas ideias em audiências públicas e seminários. Conscientes da inadequação do discurso moral e religioso no debate, os movimentos antigênero buscaram usar a retórica científica, apelando para jovens com diploma universitário que trabalham em Organizações não Governamentais (ONGs) ligadas a igrejas ou em movimentos como Renovação Carismática Católica Pró-vida (Machado, 2018).

Além das discussões e controvérsias de âmbito executivo, na sociedade civil, indivíduos (padres, pastores, bispos etc.) e grupos conservadores – religiosos ou não – utilizam a mídia impressa e televisiva, bem como as redes sociais, para divulgar suas ideias. Dentre esses grupos, destacam-se os trabalhos do Observatório Político Sul-Americano e do Movimento Escola Sem Partido.

O Observatório se declara uma organização cívica livre, consciente e ativa, dedicada à defesa da dignidade e dos direitos da pessoa humana. Além disso, afirma

estar empenhado em promover uma ação parlamentar dedicada à vida, à família, à educação e à liberdade (Observatório, s/d).

Outrossim, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) se autodeclara como uma associação informal, independente, sem fins lucrativos, sem qualquer filiação política, ideológica ou partidária. Esse grupo foi criado em 2004 com base no grupo norte-americano *No Doutrination* e tem como coordenador o advogado Miguel Nagib.

Assim, Miguel (2016) observa que, embora o movimento tenha ganhado popularidade e poder político na investida contra a ideologia de gênero, ele nasceu de outra agenda: contra a chamada doutrinação marxista nas escolas. Afirma, também, que a disseminação de falsas representações rígidas e mecânicas entre o marxismo e o feminismo permite a atuação conjunta de setores religiosos, como o MESP.

Inicialmente, a principal estratégia adotada pelo MESP foi a judicialização da relação professor-aluno. O movimento passou, então, a pressionar os conselhos estaduais e municipais a aprovarem projetos de lei que legalizassem suas propostas, criando o chamado programa Escola Sem Partido. A frente parlamentar evangélica dominou as comissões que discutiram o projeto. O MESP é um exemplo de grupo que combina conservadorismo moral e liberalismo econômico, já que o movimento estabelece alianças com grupos liberais, como o Instituto Millenium (IMil) e o Movimento Brasil Livre. Nagib, colaborador do Instituto, chegou a escrever um artigo afirmando que as escolas devem promover os valores do IMil: propriedade privada, responsabilidade pessoal e meritocracia (Peroni; Caetano; Lima, 2017).

Miskolci e Campana (2017) ressaltam que as discussões sobre a “ideologia de gênero” ganharam descrédito no Brasil, a partir do Supremo Tribunal Federal de 2011. Federalmente, reconhece os casamentos do mesmo sexo em pé de igualdade com os casamentos do sexo oposto. A decisão veio no mesmo mês em que a controvérsia sobre materiais instrucionais para o programa escolar contra a homofobia, mais tarde apelidado de Kit Gay, pelos conservadores, ganhou destaque.

As investidas contra a agenda feminista se intensificaram na Assembleia Nacional com a apresentação de um projeto de lei que discutia o Programa Nacional de Educação (PNE). O documento, que deveria abranger 2011-2020, foi aprovado após quase quatro anos de atraso e incluiu muitas mudanças em relação à versão original. O texto final da Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010, trouxe avanços em relação à atual política educacional da última década, porém foi transformado no PL nº 8.035/2010 do Governo Brasileiro, que não reflete o conjunto

de resoluções aprovadas. Além disso, o PL é limitado pela falta de diagnóstico das realidades educacionais no Brasil e do processo de avaliação do alcance das metas do PNE anterior (2001-2010) (Oliveira, 2011).

Essa mudança na política pode ser vista na intensa polêmica que permeou o processo. A Frente Parlamentar Evangélica foi um dos principais interlocutores do Ministério da Educação, cuja campanha acabou levando à retirada das discussões de gênero e sexualidade do PNE. Naquele momento, D. Orani Tempesta, Cardeal e Arcebispo do Rio de Janeiro, publicou um artigo intitulado “Reflexões sobre a ideologia de gênero”, no qual dialoga com documentos produzidos pela Santa Sé. Maria José Rosado-Nunes (2015) observa que o Cardeal ocupa um cargo importante na hierarquia da Igreja, o que o dota de considerável capital simbólico e real. Não é por acaso que sua publicação influenciou fortemente a discussão do PNE.

O trabalho no Observatório Biopolítico das Américas também é intenso. Em 2014, ministrou dois seminários sobre defesa da vida e leituras naturalistas do gênero masculino e feminino. As palestras serviram para assessorar os parlamentares que estavam discutindo o PNE e votando. Nos anos seguintes, outros eventos semelhantes foram reproduzidos em estados e municípios ao discutir planos estaduais e municipais de educação (Machado, 2018).

Em 2015, o Observatório (2015) publicou uma cartilha: “Você já ouviu falar em ideologia de gênero? Conheça essa ideologia e entenda o perigo que você e seus filhos correm!”. Distribuído gratuitamente em sites de organizações cristãs e redes sociais, o material tem como objetivo popularizar a narrativa sobre a “ideologia de gênero” e alertar para os supostos riscos da introdução do termo gênero nos programas de educação municipais e estaduais.

O MESP também desempenhou um papel importante nesse processo da produção do medo em relação ao gênero. Ao identificar o potencial de visibilidade da ideologia de gênero, o Movimento abandonou a defesa de uma educação dita neutra e apostou na ideia de que a família prevalecia sobre a escola. Ele afirma, portanto, que as escolas não podem se envolver em nada contrário aos valores prezados pelos pais, incluindo questões de gênero e sexualidade, bem como outros conteúdos científicos, como evolução das espécies ou heliocentrismo (Miguel, 2016).

Com a hierarquia estabelecida entre casa e escola, e o predomínio da primeira, o slogan “Minha criança, minhas regras” ganhou popularidade nas redes sociais e

passou a ser visto em público pelo grupo e seus aliados. Segundo Miguel (2016), esse slogan sintetiza duas negações importantes:

A primeira é a negação do caráter republicano da instituição escolar. Sua função pedagógica incorpora também – e de forma central – a educação para o convívio com as diferentes visões de mundo, próprias de uma sociedade pluralista e democrática. A socialização na escola é importante, entre outros motivos, porque oferece às crianças o contato com valores diversos, ou diversamente interpretados, daqueles que estão presentes na família. A segunda é a negação do estatuto da criança como sujeito de direitos – o que inclui, aliás, o direito de conhecer o mundo e de adquirir os instrumentos para pensar com a própria cabeça (Miguel, 2016, p. 603-604).

Assim sendo, temas envolvendo gênero e sexualidade se tornaram alguns dos mais polêmicos no desenvolvimento e implementação da política educacional no Brasil. A influência da religião e dos conservadores também está crescendo. Por exemplo, no documento final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a sexualidade aparece limitada à heterossexualidade e às práticas reprodutivas, não havendo menção ao termo gênero.

5.3 Movimentos de resistência aos ataques antigênero

A retórica antigênero alimenta a hostilidade às iniciativas de igualdade de gênero e até encoraja a perseguição a ativistas e profissionais nas áreas de direitos reprodutivos e direitos LGBTQIA+. De forma mais geral, Pablo Camacho Sposito (2022) aponta que essas campanhas antigênero alimentaram um clima de desinvestimento no espaço da igualdade de oportunidades, pois este passou a ser visto como "suspeito" por homens e mulheres que promovem a eliminação do que é percebido como "identidade natural".

De acordo com Galzerano (2021), tal pânico fica aparente nas discussões de questões relacionadas ao controle de natalidade e à educação sexual. A campanha promovida por organizações internacionais a esse respeito entrou em choque não apenas com a influência local e global do Vaticano, mas também com outras forças religiosas e atores políticos. O pânico não pode, portanto, ser visto apenas como um "pânico religioso": muitos partidos políticos (principalmente nacionalistas e/ou de extrema direita) veem a influência de tais organizações internacionais como uma intervenção estrangeira abusiva na política nacional. Assim, esse medo apresenta um argumento discursivo baseado na defesa da autenticidade e soberania nacional.

De fato, a principal preocupação dos atores anti-ideologia de gênero muitas vezes parece ser uma guerra contra mulheres e homens que não são considerados normativos, dentro da concepção conservadora. É por isso que o discurso anti-ideologia de gênero é tão facilmente adotado pelas forças políticas nativistas anti-imigrantes, para as quais a "ideologia de gênero" faz parte de uma estratégia para destruir a civilização ocidental e substituir os "verdadeiros" europeus por pessoas de outras partes do mundo. É também aqui, conforme destacam Beatriz Lins, Bernardo Machado e Michele Escoura (2016), que a resistência à educação sexual e ao debate de gênero nas escolas ganha corpo.

O padrão de ataque contra a "ideologia de gênero" – criando pânico moral e inimigos erráticos, muitas vezes intercalados com discurso de ódio racial local (antisemitismo na Hungria, islamofobia nos países nórdicos) – é exposto como uma forma de distanciar a sociedade de questões estruturais que devem ser discutidas, como as desigualdades de gênero, classe e raça. Muitos argumentam que a resposta aos ataques antigênero deveria ser, por um lado, expor e condenar os objetivos dos atores antigênero de promover desigualdade e opressão e, por outro, aprofundar o debate popular sobre gênero e seu impacto social (Corrêa, 2016).

Ana Letícia Bonfanti e Aguinaldo Gomes (2018) salientam que a educação em gênero não é doutrinação, não se trata de impor modelos, mas de criar um espaço para que os jovens encontrem seu próprio caminho na complexidade do ser humano, possibilitando a uma pessoa, que não se conforma com as normas vigentes no mundo, viver sem medo. Em suma, trata-se de criar um mundo mais justo e sem violência. Logo, resistir aos movimentos antigênero significa defender sociedades mais igualitárias e menos opressivas

Por isso, a luta é constante e aguerrida. Mesmo após décadas de ultraje, perseguição, censura e ataques estatais, da ditadura e após ela, os movimentos LGBTQIA+ continuam sob a mira, agora, de movimentos conservadores que abjuram da história do movimento, negando seu passado, e acusam seus membros de promíscuos e degredados. Daí a importância da Comissão Nacional da Verdade como instrumento também de resistência a esses grupos políticos conservadores.

No Brasil, a Lei nº 12.528/2011, de 18 de novembro de 2011, foi promulgada quando o Governo Federal desenvolveu um projeto de lei que foi submetido à Assembleia Nacional pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criando, assim, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Em 16 de maio de 2012, a Comissão foi

incumbida de investigar e esclarecer os abusos de direitos humanos praticados pelo regime militar entre 1964 e 1985 (Almada, 2021).

Vale ressaltar que a investigação inicial não abordou diretamente movimentos de minorias sociais relacionados à comunidade LGBT, de modo que as formas de resistência realizadas por movimentos representativos desse grupo não se repetiram na obra de “Memória e Justiça no Brasil”. Entretanto, na 98ª audiência pública da Comissão da Verdade “Rubens Paiva” (CEV de São Paulo), realizada no Estado de São Paulo, em 26 de novembro de 2019, a discussão sobre o tema “Ditadura e Homossexualidade: resistência do movimento LGBT” foi trazida à lume, o que denota que esse assunto, tantas vezes posto de lado, está ganhando proporções e relevância significativas no cenário nacional.

Após isso, os membros da CNV realizaram, então, uma segunda audiência em São Paulo, intitulada “Ditadura e Homossexualidade no Brasil”, junto à CEV. A audiência decorreu no dia 29 de março de 2014, em colaboração com o Memorial da Resistência. Com a presença de diferentes setores dos movimentos sociais de direitos humanos e LGBTQIA+, ativistas que viveram esse momento de ditadura e pesquisadores do tema foram incumbidos de mapear as diversas formas de repressão sofridas por essa minoria e seus instrumentos de resistência (Costa *et al.*, 2018).

Como resultado dessas discussões, a CNV formulou, em seu relatório, recomendações específicas contra a discriminação a grupos LGBT, que estabeleçam a criminalização da homo-lesbo-transfobia, a indenização às pessoas LGBT perseguidas e prejudicadas pela violência do Estado e as medidas necessárias de repressão (Cavalcante, 2016).

A sexualidade dos dissidentes é, dessa maneira, colocada no contexto da luta pela verdade, justiça e reparação dos crimes praticados durante a ditadura brasileira, exigindo visibilidade e o devido reconhecimento de seu enfrentamento nesse período. Assim, o papel da Comissão Nacional da Verdade na reconstrução da memória da ditadura é notório pela popularidade da comunidade. A CNV reconhece a importância de incluir trechos sobre a perseguição às pessoas LGBT na obra de Memória e Verdade, e sua inserção na história oficial da ditadura é um reflexo de sua orientação e identidade de gênero. E mais do que isso, reflete a necessidade de uma constante luta por direitos e pela memória dos grupos minoritários perseguidos, uma vez que, mesmo após a ditadura militar, a perseguição continua. Nesse sentido, além de enfrentar o preconceito presente, esses grupos precisam resistir contra o

esquecimento de sua própria história, sem a qual lhes faltará sob os pés o fulcro de sua força para romper as dificuldades engendradas na cultura preconceituosa brasileira.

6 METODOLOGIA

6.1 Caracterização da pesquisa

É importante ressaltar a perspectiva foucaultiana do discurso, a perspectiva de memória de Walter Benjamin e a interseccionalidade como vieses metodológicos a serem considerados nas análises das memórias de infância aqui analisadas.

Destarte, comumente entende-se o discurso como um conjunto de signos cuja ambiguidade, por mais patente, contém imbricado em si algo da verdade, aquilo que se convencionou chamar: "a verdade por trás do que se diz". Em Foucault, as coisas mudam significativamente de ordem. Não há nada por trás do discurso, mas somente o discurso que traz em si mesmo apenas enunciados e relações (Fischer, 2001).

Para Foucault, o que há são os elementos próprios do discurso, isto é, as relações históricas, as práticas sociais concretas (Fischer, 2001). Ademais, como sublinham Dreyfus e Rabinow (1984), o discurso, tal como o conceitua Foucault, objetiva demonstrar a fugacidade das estruturas constituintes da realidade. Dessa forma, o discurso sempre é formulado de acordo com as relações de poder. Isto sucede porque, para Foucault, tudo é prática:

E tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam (Fischer, 2001, p. 200).

Como sobredito, o discurso, segundo Foucault, conta com enunciados e relações. Mais fácil que definir, é dizer o que o enunciado contém e que, imbricado assim, demonstra seus próprios elementos. Assim, um enunciado é sempre um acontecimento que contém em si próprio um referente, um sujeito, um campo associado e uma materialidade específica. Enquanto as relações são o conjunto de enunciados que se entrecruzam, em uma relação de poder que se caracteriza por "aqueles domínios, considerados e operacionalizados, que permitirão caracterizar o que se repete, o que instaura rupturas, o que se transforma, o que está nas fronteiras de um determinado tempo" (Fischer, 2001, p. 220).

A memória, como discorrem Achilles e Gondar (2016), para Walter Benjamin, é fragmentária, e, portanto, esquivada. A interpretação dos autores sobre Benjamin

ressalta que uma narrativa é sempre a tentativa de evocar o que a memória reteve, não é objetiva e positiva, mas perpassa a dimensão da experiência, dimensão essa em que a narrativa seria composta por um arranjo de imagens, eivadas de sua força positiva e reflexiva, além de dissociadas, em parte, das experiências reais que cada sujeito experiência.

Uma perspectiva teórica a ser salientada é a da interseccionalidade. A partir dele é possível analisar a dimensão da diferenciação social entre as classes e pessoas, e que, por sua vez, possui várias camadas de complexidade, ou seja, uma dada discriminação social não se manifestará na mesma medida para brancos e negros. O mesmo pode-se dizer em relação às diferenciações de relações e posições sociais para com as mulheres: se forem trans, negras, brancas, entre outras, passarão por dilemas singulares, em um amálgama de discursos conflitantes. Porquanto, segundo Kimberlé Crenshaw (2002), os discursos que se entrecruzam e as memórias, que atravessam o presente, produzem certos paradigmas de estratificações sociais complexas.

6.2 Participantes

Participaram desta pesquisa seis docentes atuantes na rede básica de ensino de Rondonópolis, Mato Grosso. Adotou-se como critério de inclusão professores e professoras que vivenciaram suas infâncias no período da ditadura militar ou no período da redemocratização, isto é, pertencentes à faixa etária entre 40 a 65 anos de idade, com diversidade de gênero e racial.

6.3 Obtenção de dados

As técnicas de produção de dados consistem em um conjunto de preceitos ou processos que servem à ciência na obtenção de seus propósitos (Marconi; Lakatos, 2003).

A pesquisa bibliográfica ocorreu durante todo o percurso do estudo, com o objetivo de fundamentar teoricamente a pesquisa. Além disso, conforme Brito, Oliveira e Silva (2021), tal modalidade de pesquisa é empregada com o objetivo de fornecer acesso ao conhecimento já produzido acerca de determinado tema. Pizzani *et al.*

(2012), por sua vez, entendem a pesquisa bibliográfica como uma revisão literária sobre as teorias que embasam a pesquisa científica.

A estratégia metodológica adotada neste estudo foi a produção de narrativas escritas sobre as memórias de infância atravessadas por gênero e sexualidade, no período que compreende a ditadura militar. Ademais, considerando o cenário atual de pandemia causada pela Covid-19 e na esteira das alterações que isso trouxe à vida em sociedade, mesmo agora, com o Coronavírus sob controle, o contato com os/as participantes se deu única e exclusivamente por meio de redes sociais.

O primeiro contato permitiu que os/as participantes conhecessem o propósito da pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos a serem aplicados posteriormente ao aceite da participação. Foi enviado via e-mail um formulário *Google Forms*, no qual constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o questionário a ser respondido pelo participante após a leitura e aceite do Termo.

A utilização do questionário como instrumento de obtenção de dados teve o intuito de, a partir das questões propostas, instigar o/a participante a (re)visitar suas memórias relativas ao período histórico em tela: a ditadura militar e suas relações com as questões de gênero, e, dessa forma, produzir suas narrativas.

Destarte, a partir das respostas obtidas pelo *Google Forms*, realizou-se uma entrevista com perguntas relacionadas às narrativas referentes às memórias de infância anteriormente enviadas pelos participantes. A entrevista ocorreu via WhatsApp, o que permitiu um maior aprofundamento sobre as narrativas dos participantes. Ressalta-se, portanto, que o contato se deu exclusivamente pelas redes sociais (e-mail e WhatsApp). O/a participante pôde optar pela participação ou não, sendo, neste último caso, respeitado o desejo do participante.

6.4 Cuidados éticos, riscos e benefícios da pesquisa

Este trabalho foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), que aprovou o protocolo de pesquisa. Uma vez aprovado o protocolo de pesquisa, foram adotados os preceitos éticos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) na resolução 510/2015, garantindo aos/às participantes a preservação de dados e a confidencialidade pela participação, haja vista que pesquisas que envolvem seres humanos precisam atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes.

7 MEMÓRIAS E NARRATIVAS: ANÁLISE

Participaram da pesquisa seis docentes, sendo três homens cisgêneros, uma mulher cisgênera e duas pessoas que preferiram não identificar o gênero. Quanto à orientação sexual, um/a participante se autodeclarou bissexual, enquanto cinco se autodeclararam homossexuais. As idades dos/as participantes variam entre 40 e 57 anos.

Como já dito anteriormente, salienta-se que os/as participantes decidiram se usariam ou não o nome real na pesquisa. A fim de garantir a não identificação, não são evidenciados quais nomes são reais e quais são fictícios.

Assim, tem-se os seguintes participantes:

- Clóvis Arantes, 57 anos de idade, homem cis e homossexual;
- Aroldo, 40 anos de idade, homem cis, gay, professor de Filosofia no Ensino Médio da rede estadual de Mato Grosso;
- César, 41 anos de idade, homem cis, gay, professor de Matemática e Pedagogia, atuante no Ensino Fundamental e Médio da rede estadual de Mato Grosso;
- Josimar, 48 anos de idade, que optou por não identificar o gênero, bissexual, professor de Geografia e atuante no Ensino Fundamental, Médio e na Educação de Jovens e Adultos da rede estadual de Mato Grosso;
- Emanuel, 52 anos de idade, homem cis, homossexual e professor de Artes do Estado de Mato Grosso.

Um dos participantes, embora tenha respondido às perguntas de identificação, optou por não responder à questão disparadora. Sendo assim, após esta breve caracterização dos/das participantes, passa-se a analisar as indagações postas no questionário e transcritas aqui de forma integral.

A questão disparadora em análise é: “Você viveu toda a sua infância ou parte dela no período da ditadura militar no Brasil, durante os anos de 1964 a 1985. Conte-nos situações e experiências marcantes vividas nesse momento de sua vida que lhe permitem refletir sobre as pedagogias de gênero e sexualidade que se fizeram presentes nesse contexto histórico, no âmbito da escola e da família, e como essas memórias impactam a sua vida hoje como educador/a da Educação Básica”.

Observa-se, inicialmente, a resposta do participante César:

Meu comportamento não condizia com o que era esperado. Minha família sempre foi bem-educada comigo. Mas as falas, as concepções me doíam. Quando falavam que homem tem que isso, homem tem que aquilo, e não me sentia aquele HOMEM. Isso me afetou muito, afetou a forma de ver o mundo, baixa autoestima, falta de confiança. Comecei a estudar na creche em 1986 e sempre sofri bullying. Era normal o bullying na minha vida. O bullying se estendeu até os 15 anos. Quando entrei para ensino médio diminuiu um pouco. Depois, as maiorias das pessoas que me fizeram bullying se tornaram amigos. Me respeitando. Comecei a lecionar aos 19. Aí entendi que para eles era só uma leve zoeira, mas, pra mim, foi horrível (César, 2023).

Segundo Foucault (1988), as interpretações contemporâneas da sexualidade ainda são repressivas, com o pressuposto de que existe uma relação entre sexo e poder. No século XVII, houve um período de repressão por parte da sociedade burguesa, de imposição do silêncio, de censura que proibia certos discursos e de uma moral ainda fortemente baseada no prazer e no comportamento sexual definido como "adequado".

[...] explicam-nos que, se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, só se pode liberar a um preço considerável: seria necessário nada menos que uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma economia dos mecanismos do poder; pois a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente (Foucault, 1988, p. 11).

Assim, para esse autor, o Ocidente se dedicou a encontrar a verdade sobre a sexualidade, o que está nas sombras do comportamento biológico ao social, em vez de evitar o dualismo, uma série de obstáculos. O Ocidente historicamente combinou sexo com corpo, alma com individualidade, para que o indivíduo pudesse descobrir quem realmente é.

Desse fato, depreendem-se dois aspectos: primeiro, a natureza da moral que impera sobre as relações humanas na sociedade burguesa; segundo, o sexo e o corpo unidos, assim, na análise do mundo ocidental, implica dizer que quem governa os corpos governa também o sexo, por isso, a importância de entender a questão como uma relação de poder.

A narrativa de César mostra que ele sofria coerção por não se encaixar no conjunto de regras normativas consideradas "normais" para a sociedade tradicional, em que um homem precisa comportar-se como homem, isto é, de acordo com uma masculinidade normativa, ainda que para isso ele tenha que sofrer perseguições e um conjunto de coerções, não necessariamente físicas, uma vez que o objetivo é

enquadrá-lo nos termos socialmente inteligíveis da masculinidade. Dessa forma, a moral burguesa manifesta-se, não como um valor individual e ético, mas como um valor externo, que objetiva levar os sujeitos a se comportarem de um modo socialmente aceitável para se evitar o escândalo.

Fazendo o que aprendi que era pra fazer: ser homem, fazer coisas de menino. Tinha que fazer coisas que não queria, por exemplo, eu queria assistir ao Show da Xuxa e não podia porque era de meninas, eu tinha que assistir o programa do palhaço Bozo que era de meninos (eram programas infantis que passavam no mesmo horário em emissoras diferentes nos anos 80). Outro exemplo é que sempre tive afinidade com trabalhos de casa ditos femininos: lavar roupa, limpar casa, lavar louça. Mas sempre era obrigado a trabalhar como carpinteiro, trabalhador braçal. Eu sonhava em receber minhas amigas em casa enquanto lavava louça e elas me ajudando (ouvia várias vezes as meninas contando em sala de aula que uma ia na casa da outra e se ajudavam nos trabalhos domésticos) (César, 2023).

Como as práticas pelas quais César se interessava não condiziam com a percepção social a respeito do homem, ele era impedido por dispositivos sociais, neste caso a família, de ser quem ele era, para ser o que é requisitado por enquadres normativos de gênero.

Eu não fazia as coisas que queria fazer. Sempre assistia programa de TV imposto. Tinha que jogar futebol (tenho uma unha do pé quebrada devido a um chute que dei no chão, pois não tinha talento para futebol). Eu lidava com isso não sendo eu e sim, sendo o que era esperado. Quando ninguém olhava, eu brincava escondido de boneca, casinha... sempre soube que era diferente, sempre soube que não era para ser diferente, e eu lidava com isso vivendo desse jeito, me adaptando do jeito que dava. Eu sempre me pudei, sempre (César, 2023).

Diante disso, é comum, em diversas memórias de pessoas homossexuais, a convicção de que, desde a infância, se faz presente um desejo diferente da heteronormatividade. Em memórias de Nany People (2015), a humorista afirma que:

Tem gente que mostra a sua sexualidade desde cedo. Tem quem mostre mais tarde e tem quem nunca demonstre. A minha, acredito, esteve sempre estampada na minha cara. Diziam que eu tinha traços tão delicados que, quando fazia frio, não podia nem usar gorrinho porque ficava com cara de menina (Memórias de Nany People *in* Queiroz, 2015, p. 19).

O sofrimento, por não fazer parte do que era considerado “normal”, também fica evidente nas memórias da ativista, escritora e comunicadora Luisa Marilac.

No mundo lá fora, meninos namoravam meninas e eram saudáveis. No mundo lá fora, meninos jogavam bola, usavam bermudas e eram amados por

suas mães e queridos por Deus. No mundo lá fora, havia a normalidade que eu almejava e devia haver um caminho que me levasse a ela também. Eu também merecia ser padrão, ser ordinária! Eu merecia ser mais que uma afronta à obra divina (Marilac, 2019, p. 6-7).

No ambiente familiar, como observaram Araújo *et al.* (2015), os pais ainda se sentem tímidos e desconfortáveis ao falar sobre temas sexuais e muitas vezes optam por ignorar a informação. Portanto, a falta de diálogo contribui sobremaneira para o início prematuro do sexo, bem como outros aspectos equivocados, que podem levar a relações sexuais desprotegidas e maior vulnerabilidade a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), bem como à gravidez precoce, gestações recorrentes e até mesmo ao aborto.

Portanto, é sabido que, na sociedade moderna, falar sobre sexo, seja em espaços formais de ensino ou em ambientes familiares, ainda está repleto de mitos e tabus. O resultado é que, devido ao silêncio parental, os jovens acabam buscando outras fontes de informação e conversas. Diante disso, a família, como eixo fundamental que liga a educação sexual à saúde, à responsabilidade e aos valores, começa a ser descontextualizada e torna-se fonte de informações de segurança, de forma a desestimular as expectativas sobre a sexualidade (Nery, 2015).

Fernando Gabeira (1981), em sua obra *Entradas e Bandeiras*, evidencia essa coerção familiar da homossexualidade ao afirmar que, por não encontrar espaços no mundo feminino, tampouco no mundo masculino, buscou as ruas onde viveu a transgressão dos modelos rígidos baseados em masculinidade e feminilidade, aproximando-se, assim, de grupos marginalizados, tais como as prostitutas e os próprios homossexuais. Nas palavras do jornalista: “os rumores sobre minha vida sexual acabaram me jogando de novo nas ruas da infância” (Gabeira, 1981, p.103).

Contudo, quando os dispositivos institucionais exercem sobre os corpos o poder, a maquinação por que passam a fim de agirem de acordo com um comportamento desejável acaba exercendo sobre eles/elas um peso tão grande que a coerção ou recalque atua como um feitor psicológico a empunhar um vergasto pronto para açoitar o sujeito que ouse pensar e ser diferente.

Isso ocorre porque há, indubitavelmente, relações de poder em todas as relações humanas. Em uma relação de poder, existe sempre uma tensão entre dominadores e dominados, opressores e oprimidos. Como argumenta Foucault (2014), existem relações de poder entre homens e mulheres, entre os informados e

os desinformados, entre pais e filhos e dentro das famílias. Existem milhares de relações de poder na sociedade, portanto, até certo ponto, existem relações de poder de confronto e micro-luta em pequena escala. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são muitas vezes dirigidas e induzidas de cima para baixo pela grande potência do país ou pelo grande domínio de classe, então também é necessário dizer que, no sentido oposto, o domínio de classe ou a estrutura do Estado só tem essas pequenas relações de poder no nível popular.

Essas pequenas relações de poder, exercem, na verdade, grande impacto, visto que são determinantes na vida dos sujeitos, sobretudo quando se trata da família. O poder que os pais exercem sobre os filhos é determinante, ainda que, na vida adulta, o sujeito opte por seguir seu próprio caminho, ele ainda assim terá em si resquícios do impacto coercitivo dessa instituição. Esse aspecto fica ainda mais nítido na fala de César, quando ele diz:

Os impactos disso divergem muito de pessoa para pessoa. Para mim é muito intenso, meu jeito de perceber as coisas, de sentir as coisas é muito intenso. Foram muito radicais comigo, e eu também fui muito radical comigo. Fiz terapia. E hoje ainda tenho sintomas de me negar a felicidade, de sentimento de inferioridade, culpa... (César, 2023).

Mesmo após a ditadura militar ter chegado ao fim, oficialmente, a mentalidade opressora, hierárquica e tradicional permaneceu no período de redemocratização, com os dispositivos institucionais e sociais exercendo sobre os sujeitos o mesmo impacto recessivo de antes.

Contudo, cabe ressaltar que, para que o Estado exerça poder sobre os cidadãos, as relações de micropoder que estes estabelecem à sua volta são extremamente importantes. E se não houvesse todo um conjunto de relações de poder em torno de cada pessoa, ligando-a aos seus pais, ao seu chefe, aos seus professores, as relações de poder frente às instituições do Estado seriam menores (Foucault, 2016).

Essas relações de poder, além de exercerem sobre os sujeitos um peso muito grande, produzem discursos que constituem subjetividades, com a pecha de verdadeiros e indiscutíveis. Com efeito, o que seria a visão tradicional sobre o que é ser homem e agir como homem, senão um discurso de poder sobre o que é ser homem? Esse discurso estava e está presente em muitos dispositivos institucionais, e pode ser percebido, por exemplo, na narrativa de Emanuel.

Se a criança tivesse um jeito masculinizado (no caso uma menina), ou efeminado (no caso de um menino), tentava-se corrigir como se fosse um desvio de conduta. “Menina, isso é brincado de homem, menina se vista como uma menina, coloque um laço”, menino, isso é coisa de menina”, etc. Esse era um comportamento dos adultos tanto na escola como em casa. Os meus irmãos mais velhos (sou o 7º de 12, meu irmão mais velho era 10 anos mais velho que eu) falavam assim: “fala como homem”, pelo fato de não ter uma voz grave. Minha mãe sempre perguntava “cadê a namorada Emanuel?” “Eu sempre desconversava (Emanuel, 2023).

Ou seja, todas essas ações eram as práticas normativas se impondo sobre o sujeito. Para ser homem, ele tinha que falar "grosso" e ter uma namorada. Isso porque o discurso sobre a masculinidade impôs essa concepção da figura masculina por meio de discursos de poder. A família, portanto, mesmo após a redemocratização, manteve-se como a portadora da moral e dos bons costumes, e como tal, é necessário que a família proteja seus membros contra aquilo que fere a moral.

Os gays da cidade e da rua, eram rechaçados por minha família. Isso me fez uma pessoa reservada e discreta com tudo que tinha haver com minha vida sexual e afetiva em qualquer espaço social, na Escola, na Igreja (católica) e na família. Nunca fui um enrustido, porque nunca namorei com mulher para mostrar que era macho. Também sempre disse a verdade para quem me perguntava sobre minha condição sexual (Emanuel, 2023).

Essa resposta abre caminho para uma outra percepção: que, se por um lado Emanuel agia com reservas sobre sua sexualidade, por outro, não dissimulava que era heterossexual. Contudo, a família ignorava isso, remetendo o sujeito ao aprisionamento de suas sensações reais, pelo silêncio que faziam em torno do assunto, por ignorar que Emanuel podia dizer o que se passava, caso perguntassem. A fim de sopitar isso, o melhor era perguntar: "Cadê a namorada?".

Desse modo, como afirma Foucault (2016), o dispositivo institucional que quiser obter alguma coisa de uma população no tocante ao comportamento sexual, demografia, número de filhos e consumo terá de exercer influência no âmbito familiar. Mas, a julgar pelo modelo, a família tornar-se-á um instrumento privilegiado para governar o povo, em vez de um modelo utópico de bom governo. A transição da família do nível de modelo para o nível de instrumento é absolutamente fundamental.

Esse procedimento sucede assim porque o poder governamental quer exercer sua influência não sobre sujeitos isolados, mas sobre grupos de pessoas. Reside aí a necessidade de fazer com que os sujeitos que destoam do padrão normativo sejam

enquadrados no modelo que se almeja de cidadão. No caso de um homem, este só será considerado como homem se fizer o que a sociedade determina como “ser homem”: casar, ter filhos e trabalhar para sustentar a casa (Guimarães, 2009). Esse tipo de influência discursiva pode ser percebido nas palavras de Josimar, ao narrar que:

Tive uma família perfeita por mais de vinte anos para manter o padrão exigido em sociedade, isso para manter a aparência para a sociedade vivendo uma utopia, ou seja, fui forçado a casar, ter filhos, viver a família perfeita seguindo os padrões da sociedade (Josimar, 2023).

Não há espaço nos dispositivos institucionais para o diferente da norma (Madlene; Dinis, 2007). Mesmo Josimar tendo dito que vivia na "contramão", na verdade apenas se sentia diferente do que lhe impunham, mas fazia o que todos queriam. Essa contradição pode ser melhor percebida na narrativa quando ele afirma que "ia na contramão do padrão de uma sociedade perfeita", mas, em seguida, afirma que: "casei porque era padrão da sociedade na época, ou seja, manter a aparência para sociedade".

Esse tipo de confusão ocorre precisamente porque, sofrendo a imposição dos costumes externos, o sujeito, mesmo com uma concepção diferente de vida, em relação a desejos, não consegue ser pleno, porque precisa mostrar às pessoas que segue a norma, indo ao mesmo tempo na contramão da sociedade, por ser diferente dela, e na contramão de si, porque, mesmo sentindo-se diferente, acaba sendo forçado a agir como os demais para enquadrar-se no padrão normativo.

Assim sendo, Foucault (1988) reflete que, a partir do processo de decomposição da singularidade, a posse do corpo torna-se mais efetiva e determinante, conduzindo o sujeito à disciplina, utilizando-o como objeto e instrumento para seu exercício de poder, enfatizando, portanto, a ideia de hierarquia e sanções normatizadoras, que, entre seus superpoderes, apontam para modéstia e força duvidosa. Foucault denomina essa força de biopolítica, conceito este que explica a forma como o poder se consolida a partir do final do século XIX, alterando o modo como opera o poder soberano, em que as práticas disciplinares visam controlar e governar os sujeitos. Ao contrário dessa visão, Foucault vê a biopolítica como uma instituição cujos objetivos e instrumentos são um grupo de indivíduos – a população.

É o meio biopolítico que administra uma série de obediências para controlar a vida do povo, livre do poder disciplinar de uma sociedade soberana, na qual há um poder destinado a produzir nos sujeitos ações de fazer morrer, bem como deixar viver. O poder biopolítico, diante disso, estima a regulação da vida, isto é, tem como foco manter a população viva como um todo, ao invés de deixá-la morrer, pois a biopolítica diz respeito à população como questão social, e, simultaneamente, como questão científica de tempo e política, educação e poder (Foucault, 1988).

Desse modo, os dispositivos sociais e institucionais, dentre eles as escolas, existem para condicionar qualquer comportamento dissidente à normatização. E esse objetivo consegue se impor, não somente pelas ações de regras explícitas, mas sobretudo por relações de coerção advindas dos discursos estabelecidos, como demonstra Emanuel no seguinte trecho da sua narrativa:

Quando sofria bullying na escola na infância, não associava com a minha sexualidade, porque era uma criança, pensando que aquilo acontecia achava porque não era igual aos outros meninos. Quando fui percebendo o preconceito social com a questão e me reconhecendo como alguém que fazia parte daquele grupo que era rejeitado, eu me retraí. Me policiava no comportamento (apesar de nunca ter sido uma criança afetada), não andava muito com meninas, para não ser chamado de “bichinha”, mas também tinham poucos amigos meninos, porque normalmente os poucos que andavam comigo eram os que gostavam de estudar. Eu era uma criança e adolescente que lia, gostava de estudar, tirava notas boas (Emanuel, 2023).

Ou seja, uma das maiores repercussões dessas práticas de poder é a própria geração de normas de uma sociedade. As normas são, assim, vistas como uma série de mecanismos sequenciais, reguladores e disciplinares entrelaçados para influenciar e produzir seus efeitos de poder sobre o corpo. Foucault (1988), portanto, argumenta que a normalização da sociedade é a consequência histórica de uma técnica de poder centrada na vida.

Esse tipo de poder sobre os comportamentos pode ser facilmente apreendido da narrativa a seguir, em que o participante Clóvis relata o tabu do sexo e do gênero como assunto nas escolas, afirmando que só se ousava tratar disso às escondidas.

Quase não se falava sobre gênero, orientação sexual, as referências eram sempre caricatas (Vera Verão...). Vivíamos nossos desejos de forma secreta, inclusive, sem entender, um misto de sentimento, entre pecado, doença, imaginários que vinha sempre para procurar mostrar o que era certo e o que era errado, na escola só se falava em tom de chacota, brincadeiras, nunca se falava em sala de aula, a conversa era sempre no intervalo, o currículo oculto (Clóvis, 2023).

Esse silêncio sobre assuntos relacionados à sexualidade, juntamente com o tom de pilhéria quando se era obrigado a se referir a eles, sinaliza um aspecto fundamental da sociedade ocidental, a saber: o controle do que se deve ou não dizer ou discutir. Pois, como argumentam Kathryn Woodward *et al.* (2000), as formas mais claras utilizadas e estabelecidas por grupos como forma de reivindicar padrões de sua identidade pessoal e histórica são discursos e sistemas simbólicos de representações. Sem símbolos e discursos próprios, os grupos não podem expressar sua experiência senão pelos símbolos e discursos já existentes que, no caso mencionado por Clóvis, era o da caricatura, como o apelido de Vera Verão ou do tabu, como se se tratasse de um assunto proibido.

Sem embargo de exagero, pode-se asseverar que, além da produção de condutas, essas normas e modulações sociais podem controlar os corpos e mesmo as memórias coletivas. Como afirmam Félix Guattari e Suely Rolnik (2006), os sujeitos são produções, cuja finalidade é moldar indivíduos para o mundo social. Desse modo, as relações de poder moldam o comportamento hoje e também a memória.

Nasci em 1982, portanto, tinha apenas três anos quando se findou o regime ditatorial. Por isso, não tenho memórias desse período. Indagando meus pais sobre as percepções deles sobre o período da Ditadura, ambos não souberam diferenciar o momento, possivelmente, por vivermos numa cidade do interior da Bahia e por eles não terem nenhuma ligação com movimentos ou grupos que se posicionassem a favor ou contra o Regime (Aroldo, 2023).

A percepção de Aroldo, sobre o que ocorreu naquele período é a de quem esteve à parte, dizendo que o que se sucedeu adveio do fato de seus pais terem vivido em uma cidade do interior baiano. Mas não seria esse mecanismo uma tentativa de raciocinar sob os termos das versões oficiais, de que as pessoas não sabiam que viviam numa ditadura porque esta não se expressava de modo violento? Ou ainda que apenas as pessoas de centros urbanos tinham noção do regime autoritário por estarem engajadas em movimentos sociais? Contudo, as pessoas do interior não tinham notícias por meio de jornais, televisão, rádio ou mesmo pelos boatos de algum parente da cidade grande?

Há, nesse ponto, uma dualidade: ou uma parcela da população esteve tão alheia aos acontecimentos da ditadura que não pode ter memória sobre ela, o que significa que uma parte da nossa história é reduzida a algumas pessoas; ou o que as

peças ouviam dizer da ditadura era apenas aquilo que o Estado queria, de sorte a produzir uma consciência de tranquilidade para a maioria da população naquele tempo.

Dessa forma, além dos dispositivos institucionais e dos discursos de poder terem atravessado a ditadura militar, passando pela redemocratização até os dias atuais, também existe o prejuízo em torno da memória, tanto daquela época quanto dos prejuízos posteriores advindos dela. Isto porque a maioria das pessoas que nasceram no final da ditadura ou após a redemocratização só conhece o assunto a partir das narrativas de outras pessoas.

Assim sendo, se essas narrativas forem construídas pelos dispositivos responsáveis pela opressão ditatorial que sobrevivem aos dias atuais, há o perigo de que as pessoas mais novas tenham uma visão completamente falsificada do passado histórico.

Desse modo, torna-se cada vez mais importante a exposição de testemunhos, memórias e a construção de narrativas dos grupos perseguidos, para que a sociedade atual possa ter uma percepção mais clara do que sucedeu, bem como do que ainda hoje resta dos resquícios do passado. Para tanto, o emprego de memórias das pessoas que atravessaram aquele período são fontes primordiais para a narração histórica.

No entanto, muitas pessoas daquele período já morreram sem que suas histórias fossem contadas; outras são esquecidas e ignoradas; e outras ainda viveram tão fechadas em suas preocupações cotidianas, que ignoram o que se passava à volta, não havendo, portanto, uma memória histórica para passar adiante. O efeito da perda dessa conexão é imenso, e todo esforço é necessário para resgatar o máximo de narrativas que permitam uma compreensão mais profunda da realidade social e histórica do Brasil.

Por ter nascido no final da ditadura militar, não tenho vivências desse período. As minhas memórias, no entanto, foram construídas a partir de narrativas alheias, leituras, escutas, aulas (Aroldo, 2023).

Da mesma forma que Aroldo, milhares de pessoas no Brasil só conhecem o tempo ditatorial por ouvirem falar. Assim, a memória do período fica à mercê da fidedignidade dos memorialistas, testemunhas e historiadores. Contudo, o que acontece se parte da memória daquele tempo for apagada ou corrompida por

narrativas dos que, à época, estavam no poder? Ora, em um caso desses, o que ocorreria seria a falsa imagem do passado e a inconsciência da gravidade do que se passou, sendo, portanto, possível voltar a repetir, anos depois, os mesmos erros. Daí a importância da memória para mantermos vivos os fatos, não no passado, mas no presente.

Aroldo compreende a importância da memória como meio de transmissão do conhecimento e formação da consciência social do sujeito.

Gosto de pensar que as nossas memórias se constroem não apenas pelos fatos que vivenciamos, mas, também, pelas formas como estas experiências são narradas, seja por nós mesmos ou pelas outras pessoas, cujas narrativas atravessam e significam as nossas. Sendo assim, acredito que ao dizer que não tenho memórias do período correspondente à ditadura militar no Brasil, me refiro ao fato de não ter experimentado, vivenciado o período. Ao passo que, nos espaços em que fui educado, as narrativas sobre o período eram praticamente inexistentes, como em minha família, na igreja e até na escola (Aroldo, 2023).

O trecho final à resposta de Aroldo é de suma importância, pois, ao dizer que as narrativas sobre a época eram quase inexistentes, ele toca em um ponto crucial à memória, a saber: as narrativas. Sem elas, não há transmissão de saberes e experiências, não há o fio que liga o tecido da civilização, como legado cultural e memorialístico. Sem narrativas, não há memória.

Para Benjamin (2012), a redução da capacidade de contar histórias provoca o empobrecimento de relações comunicáveis entre as pessoas, o que dificulta a transmissibilidade das experiências por meio das narrativas. Tudo isso, por fim, acarreta na perda da sensibilidade mediante às experiências coletivas.

Ora, essa perda da capacidade de narrar, além de derivar no abismo comunicativo, gera, também, uma ruptura da memória histórica, produzindo a sensação de que parte da sociedade brasileira vive como se não tivesse passado, porque este ficou tão para trás que as pessoas já não se lembram dele e não têm dele o que contar. É exatamente essa a sensação que fica ao nos depararmos com o relato sobredito, em que os pais do participante não têm nada a dizer sobre a ditadura. Sem o que expressar a respeito daquele momento, é como se o próprio acontecimento histórico jamais houvesse ocorrido. Com isto, perde-se a memória, ainda que a influência daquele período esteja bastante viva e presente.

A percepção desse fato não é inédita no Brasil. Vários escritores já o haviam notado antes. Para fazer uma menção singular, basta remeter-nos a Lima Barreto, em seu romance “O Triste Fim de Policarpo Quaresma”, em que o romancista narra a viagem do major Quaresma em busca de uma mulher que havia sido escravizada e detinha algumas canções genuinamente brasileiras e, nessa viagem, ele passa por uma estrada que havia sido utilizada por Dom João VI, quando de sua fuga de Portugal para o Brasil, sendo que não havia ali nada que remetesse àquele episódio tão importante da história do país, o que gerou perplexidade devido ao descaso histórico e à morte da memória nacional.

Ou seja, sem narrativa, sem monumentos, sem história, não há memória, tudo se torna evanescente, repetível. Daí a importância das narrativas, do ambiente escolar e universitário, da literatura, da produção cultural para manter viva a memória nacional. Aroldo testemunha isso ao relatar que:

Após o ingresso nos ambientes universitários e em contato com leituras críticas sobre a ditadura militar, tenho acolhido memórias vindas de outras narrativas, que me ajudam a identificar e combater as recentes e constantes tentativas de implantação de ditaduras (Aroldo, 2023).

Graças à transmissão de narrativas nas relações humanas, Aroldo pôde constituir uma memória do período mais aproximada da dimensão de que fora o advento da ditadura para, já na democracia atual, manter o assunto vivo e explícito para a população.

Isso ocorre porque, segundo Benjamin (1994), a memória é a mais épica de todas as faculdades. Por um lado, confirma a importância da memória e do esquecimento na formação da identidade sociocultural ao explicar que só a memória abrangente pode adaptar a epopeia ao curso das coisas. Por outro lado, entrega-se ao desaparecimento dessas coisas, como o poder da morte. Assim, percebe-se que a memória desempenha diversos papéis na constituição do nosso patrimônio cultural.

Desse modo, preservar o que acontecia no passado brasileiro é imprescindível para a criação de um patrimônio cultural em que se possa olhar os problemas nacionais de frente para se tentar solucioná-los. É de suma importância que isso ocorra, porque, em meio às narrativas correntes, a concepção de perseguição e preconceito com LGBTQI+ precisa ser posta às claras, para que não suceda que as narrativas dos dispositivos dominantes escondam a verdade, passando uma imagem de paz e tolerância ao povo, uma vez que quem sofreu e sofre na pele o ódio

camuflado de certos dispositivos opressores, sabe o quanto qualquer imagem de perfeição é falsa. Basta, para ilustrar esse dado, referirmo-nos a um trecho da narrativa de Emanuel sobre a sua vivência na escola, e o que ele sofria por destoar do padrão normativo:

Na adolescência me retraí, mesmo porque é um período difícil, no qual ainda estamos nos construindo, inclusive a identidade sexual. Tinha minhas “pegações” escondidas. Comecei a trabalhar cedo, ainda não tinha 15 anos, isso me trouxe uma certa independência. Aos 18 anos saí de casa e fui morar na capital, em Salvador, objetivando estudar, entrar para a Universidade. Sempre trabalhando e independente dos pais entrei na Universidade já velho, com 29 anos. Entendi desde cedo que o respeito a gente só conquista quando nos damos respeito. Mas existem alguns fatores que são fundamentais para as pessoas que fazem parte dos grupos que são discriminados que vão além disso. A pessoa discriminada tem que superar muitas barreiras, têm sempre que mostrar sua capacidade além das questões de gênero e sexualidade. Por isso entendi cedo que tinha que estudar, porque gays pobres, de periferia, gays negros, etc, para enfrentarem as discriminações, precisam estudar, para saírem para uma posição social melhor, a fim de crescerem e enfrentarem essa questão (Emanuel, 2023).

Do mesmo modo, César relata que:

Minha família não sabia que sofria bullying. Quando algum familiar da minha idade vivenciava o que eu sofria, eles diziam: vira homem e eles param de te tratar assim. Na escola os professores sabiam, mas na época nada era feito. Na terceira série um colega de sala disse que ia me bater, para eu virar homem, eu corri de medo dele muito tempo, lembro até hoje o quanto eu sofria. Ele me ameaçava sempre, eu vivia na escola para vigia-lo e correr dele. Ele iria me bater na rua, não na escola, e um dia encontrei com ele na rua antes da aula, quando vi ele, sai correndo para outro lado e ninguém que estava comigo entendeu. Fui para casa de um familiar e cheguei atrasado na escola neste dia (César, 2023).

Todos esses relatos são fragmentos indispensáveis da experiência nacional e, em si mesmos, parte da memória do povo que precisa ser conhecida e perpassada para que as gerações atuais e vindouras não venham a esquecer o que as pessoas que diferem do padrão normativo passaram e ainda passam, por causa dos dispositivos institucionais. Essas vivências são imprescindíveis para a transmissão de conhecimento.

Ao passar por toda esta experiência de vida, influenciou muito minhas práticas no trabalho, sempre alertei os alunos da importância que é respeitar o próximo. Principalmente porque sei como é estar do outro lado. Busco sempre conscientizá-los de seus atos (César, 2023).

Portanto, a troca de experiências também é crucial para evitar a supressão da memória e promover novos conhecimentos e saberes aos sujeitos. Com base em

Benjamin (2008), percebe-se que nas narrativas se ampliam as possibilidades de prolongamento da memória do ouvinte. Portanto, assim como a memória é considerada um elemento essencial na transmissão do conhecimento de experiências passadas, o inverso também é verdadeiro. A memória permite e cria a possibilidade de invocar experiências de vida, auxiliando na formação de novos conhecimentos no cotidiano.

Portanto, Benjamin (1994) também argumenta que a memória é crucial para a estrutura filosófica da experiência, considerando que também faz uso dos dados retidos pela memória como elemento de conhecimento. A relação entre memória e experiência cria estruturas sociais que intervêm diretamente no cotidiano social e político da sociedade, pois são elementos que contribuem para a formação de valores morais e éticos.

Para Arendt (2010), outrossim, a memória é compreendida como uma tradição, e a educação se torna um elemento tão essencial que sua relação com a continuidade de uma geração é fator preponderante. As pessoas que nascem neste mundo ainda não o conhecem, são como estrangeiros em um lugar, precisam conhecer seus saberes e costumes, além de aprender linguagens que as tornem capazes de se sentir em casa.

A autora defende, portanto, que as escolas precisam apresentar tradições, histórias, conquistas e conflitos aos mais novos, ao serem responsáveis por cuidar do mundo confiado à próxima geração, contribuindo para a sua continuidade. É por meio da educação que os recém-chegados são acolhidos, capacitados para conhecer o mundo, dominá-lo e, então, buscar seu próprio caminho e intervir naquilo que compartilham com os outros. Esse processo de compartilhamento pode ser explicado pelo uso das tradições e de suas memórias, sejam elas individuais e/ou coletivas (ARENDR, 2010).

Daí a escola ser lugar privilegiado de abertura para a troca de experiências, de crescimento e reflexão sobre o passado, o presente e a importância da construção histórica na formação da subjetividade. Não se pode esquecer, porém, que a escola também é o espaço dos conflitos, da tensão, é o microcosmo que reflete o macrocosmo social, ou seja, é o espaço que reflete as normas e regras socialmente produzidas, gerando, não raro, a violência. É o que se pode notar no relato a seguir, do participante Emanuel:

Nós anos 1980 eu entrava na adolescência. Na minha infância eu sofria bullying de um colega. A escola fechava os olhos e muitas vezes alimentava alguns comportamentos dos colegas que me perseguiram. A família também tinha o mesmo comportamento. Não falava sobre o tema de sexualidade e gênero e rechaçava qualquer gesto que fugia de um comportamento hetero (Emanuel, 2023).

Como se pode notar, a memória do período estudantil limita-se às dores e tensões individuais, refletidas no *bullying* que o participante sofria na escola. As escolas geram identidades heteronormativas que afetam todos os estudantes, perpetuam o domínio dos responsáveis sobre os governados, criam ambientes de tensão e violência e fomentam a homofobia, misoginia e sexismo. Essa dor também está presente nas famílias, nos mosteiros, nos seminários, nos esportes, nas forças armadas, no local de trabalho e em outros ambientes, criando danos e um risco contínuo de violência em uma sociedade homofóbica (Santos, 2016).

A exclusão fora da escola ocorre em decorrência da privação coletiva de interação em espaços públicos propícios à troca de experiências. A escola, em particular, é um ambiente que pode proporcionar condições de inclusão e não de exclusão. O comportamento homofóbico também pode ser entendido como uma forma de “bullying” que afeta os estudantes na escola e leva ao fracasso e ao abandono. Os estudantes LGBTQIA+, muitas vezes, mascaram a sua identidade de gênero para serem aceites por diferentes grupos sociais e, assim, evitar rótulos e estereótipos que são comuns nos ambientes escolares. Em um espaço considerado por alguns estudiosos como um local privilegiado de construção cívica, as escolas assumem um lugar dentro de vários espaços públicos que tem o potencial de transformar e romper as hierarquias de gênero (Cavaleira, 2006).

A sexualidade é geralmente percebida como um problema nas escolas, nas famílias e na sociedade, e a representação da sexualidade nas escolas, em particular, torna-se conflituosa, uma vez que está ligada à falta de preparação do pessoal docente para lidar com questões sexuais e relacionadas. Enfrentar a representação da sexualidade nas escolas e a possibilidade de diversas identidades sexuais e de gênero é um desafio para os profissionais da educação que se encontram despreparados para continuar a perpetuar sistemas heteronormativos ao assumirem que as formas binárias sejam universais e naturais (Silva; Souza, 2015).

Cabe destacar, como apontado por Rossi (2008), que o impacto da inclusão nas escolas públicas brasileiras é complexo e envolve não apenas a diversidade de

gênero, mas também diferenças econômicas, sociais, raciais, religiosas, físicas, orientação sexual, composição familiar, entre outras. Durante muitos anos, as políticas de educação escolar e os modelos de ensino foram concebidos para promover um comportamento de “igualdade” por parte dos estudantes, em vez de apoiar as diferenças. Portanto, muitas vezes, os professores têm dificuldade em lidar com situações que fogem à norma, principalmente hoje quando se propõem escolas inclusivas. Assim, políticas inclusivas que permitam a inscrição de todos não são suficientes. Além do acesso, é necessário um ambiente escolar com todos os seus recursos físicos e humanos para garantir a permanência. Entre esses recursos, inclui-se a formação de professores para acolher as diferenças que encontrarão nos processos de inclusão.

A distância entre estudantes e educadores é comum e, portanto, são evidentes as diferenças na forma como um grupo pensa e se comporta em relação ao outro. Para os profissionais da educação, a nova geração de estudantes será o desafio atual. É preciso entender que encontrar uma forma de interagir com essas novas gerações e com as demandas dentro do ambiente escolar faz parte da profissão. Como explica Fernando Seffner (2009) ao falar das novas e futuras gerações, deve-se evidenciar orientação sexual, diversidade de gênero e sexualidade. É como se o fio que deveria atar o momento histórico às experiências subjetivas não existisse, o que funciona como barreira no processo de comunicação da tradição, das memórias, das narrativas a serem comunicadas aos sujeitos da nova geração por meio da atividade docente. Sem a consciência e a memória dessas experiências, não se pode discursar nem comunicar aos outros o que sucedia historicamente naquele tempo, que é precisamente o que se espera do professor.

Todavia, como as pessoas irão se apropriar do legado cultural, histórico e político a propósito da ditadura militar, se muitas pessoas que viveram esse período, ou que tiveram parentes que o vivenciaram, conservaram muito pouco ou coisa nenhuma dessa época, cujos contornos o tempo se ocupou de apagar das mentes coletivas? Essa problemática, ponto central desta discussão, fica ainda mais evidente com o relato abaixo de Josimar:

Nasci 11 de setembro de 1974, não lembro de nenhum momento vivenciado neste período delicado da história, mas a gente nem comentava (Josimar, 2023).

Não diferindo das outras narrativas, supõe-se que se vivia ao rés da ditadura. Não há memória, nem sentimento de ter feito parte, de ter tomado parte desse momento delicado da história. Desse modo, como educadores, como poderiam os professores que experienciaram esse capítulo da história brasileira comunicar aos estudantes as vivências que não lembram ou que talvez não tiveram?

A conexão entre o passado e o presente é absolutamente indispensável, ainda que não seja uma conexão linear, mas um conjunto de imagens que lança luz sobre o passado e sobre o presente, "em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação" (Benjamin, 2007 p. 504).

É por meio das memórias que se torna possível entender o papel que as experiências homossexuais desempenham na compreensão da redemocratização brasileira, assim como na luta pelos direitos dessa minoria. As memórias da ditadura, período já discutido nos capítulos anteriores, documentam a resistência contra a opressão e a criação de espaços que, embora ainda necessitem de aprimoramentos, permitem que sujeitos, tais como os participantes desta pesquisa, se sintam mais seguros de assumir sua sexualidade.

A memória, segundo Benjamin (2007), possui o aspecto contemporâneo, em que o passado é apreendido pelas reminiscências. Assim, a memória é sempre posta ao lado das experiências autênticas, o que significa que as experiências perdidas no período ditatorial, para os professores que viveram esse momento, acabam lhes retirando a autenticidade do discurso e impossibilitando-os de compartilhar vivências transformadoras como possibilidade de um pensamento crítico sobre esse momento histórico, comprometido com uma continuidade narrativa e imagética das lutas e resistências sociais, das perseguições e censuras aos aspectos educativos de sexualidade e gênero.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas e as famílias são importantes espaços de aprendizagem, nos quais os sujeitos se formam e os preconceitos podem ser ensinados ou reiterados e combatidos. Partindo dessa premissa, gênero e sexualidade podem ser entendidos como temas que, ao serem marginalizados nas discussões, acabam se tornando tabus discursivos que corroboram componentes neutralizadores.

O espaço escolar, portanto, é um âmbito de poder que pode ser determinante na vida dos sujeitos e em sua formação, perpassando para as novas gerações as memórias como legado dos que viveram e lutaram, em outros períodos históricos. Desse modo, discutir os temas de gênero e sexualidade representa mais do que uma questão de justiça histórica, significa dar ao povo brasileiro uma medida mais real da própria história da nação, do sangue e das lágrimas derramadas por todos aqueles que tiveram a coragem de ser diferentes.

Visto isto, na presente pesquisa, empreendeu-se vasto percurso dissertativo, crítico e analítico sobre a repressão na ditadura militar e uma ampla discussão do período de redemocratização, demonstrando como os dispositivos repressivos atravessaram o momento ditatorial até os dias atuais.

Na verdade, no Brasil, o golpe de 1964 e o subsequente estabelecimento de uma ditadura suprimiram qualquer grau de liberdade de expressão para gays e transgêneros porque a ideologia dominante associa a homossexualidade à esquerda e à subversão, e era considerada um fator prejudicial para os "bons costumes" da família. Quando o movimento gay surgiu na década de 1970, acreditava-se que era resultado de uma conspiração entre a mídia e os comunistas.

Em 1978, foi publicado o primeiro jornal a defender explícita e abertamente os direitos dos homossexuais. O jornal "Lampião da Esquina" incentivou com sucesso a criação do primeiro grupo ativista do Brasil, que adotou o nome "SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual". No entanto, não demorou muito para que todos os associados ao jornal fossem reprimidos pela ditadura. Mesmo assim, diversas formas de repressão unificam e fortalecem os movimentos sociais (estudantes, feministas, LGBT e negros) por meio de atos de resistência.

Durante a ditadura militar do Brasil (1964-1985), as comunidades LGBTQI+ foram frequentemente alvo de perseguição, repressão e discriminação. Por isso, as memórias dos que viveram esse período ajudam a documentar a resistência à

repressão, incluindo protestos, ativismo e a criação de espaços seguros para a comunidade.

Destarte, foi somente a partir da década de 1990, sob forte pressão internacional, que começaram a ser desenvolvidas políticas destinadas a responder às desigualdades de gênero e sexuais. Além disso, a epidemia do HIV/AIDS teve um impacto na educação durante o mesmo período, uma vez que houve necessidade de divulgar informações sobre sexo seguro e de abordar, não só a transmissão das então chamadas doenças sexualmente transmissíveis (DST), mas também da gravidez na adolescência, que começa a ser encarada como uma questão educativa.

No entanto, como aconteceu com a comunidade LGBTQI+ no período ditatorial, também na redemocratização, esses mesmos grupos continuaram a ser encarados com suspeitas, difamados, acusados de serem os propagadores de HIV, pervertendo os bons costumes e degenerando a sociedade. Em suma, sucede que, com exceção de poucos, o sofrimento e a perseguição aos LGBTQI+ parecem não ter se tornado memória coletiva do brasileiro, o que os induz a crer nos discursos dos dispositivos de perseguição e preconceito.

Por isso, a memória das pessoas que militam nos movimentos LGBTQIA+ do Brasil é importante para documentar as estratégias ativistas, a formação de organizações e a luta por direitos civis e pela igualdade.

As memórias e experiências desempenham um papel importante na compreensão do processo de redemocratização do Brasil e na luta pelos direitos LGBTQIA+ no país. Durante o período de redemocratização, de 1980 a 1990, a visibilidade e a organização dos grupos LGBTQIA+ aumentaram significativamente, embora os preconceitos e dificuldades não tenham sumido com o fim da ditadura.

As memórias dos LGBTQIA+ também têm sido importantes na documentação da luta pelos direitos civis e legais, incluindo a descriminalização da homossexualidade em 1980, a inclusão de crimes de ódio baseados na orientação sexual na legislação e a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2013.

A visibilidade dos homossexuais nos meios de comunicação social, na política e na cultura, é crucial para desafiar os estereótipos e promover o respeito à vida dessas pessoas. A memória das figuras públicas LGBTQIA+ contribui para a história da representação. Histórias e memórias pessoais de pessoas gays podem ser usadas

para educar e aumentar a consciência sobre as experiências das pessoas LGBTQIA+, promovendo a empatia e a compreensão.

Por isso, foi realizado, nesta dissertação, a discussão de algumas entrevistas com pessoas LGBTQIA+ do âmbito da educação, para que contassem suas memórias, dificuldades e preconceitos sofridos, mostrando como os dispositivos institucionais se utilizam dos micropoderes, como a escola e a família, para coagir os sujeitos a se alinharem à heteronormatividade. Daí a importância do relato e da discussão em torno da memória, a fim de que a sociedade moderna brasileira tome posse do seu passado, não como uma coisa morta de antanho, mas como uma realidade que se faz perceber até hoje.

Em suma, as memórias dos LGBTQIA+ desempenham um papel importante na narrativa mais ampla da redemocratização do Brasil, destacando a importância da luta pelos direitos e do respeito à diversidade sexual e de gênero por parte da sociedade brasileira. Essas memórias ajudam a preservar a história e a cultura da comunidade LGBTQI+ e inspiram as gerações futuras a continuar a luta pela igualdade e inclusão.

REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele; GONDAR, Jô. A memória sob a perspectiva da experiência. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 9, n. 16, p. 174-196, 2016. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/6055>. Acesso em: 03 abr. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMADA, Pablo Emanuel Romero. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CZWVW6TYjyzGpPnYG9Nnyfr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ARAÚJO, Alessandra Vanessa Simões de *et al.* O papel dos pais na educação sexual de adolescentes: uma revisão integrativa. **Revista Três Corações**, Vale do Rio Verde, v. 13, n. 2, p. 117-128, 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Revisão e apresentação de Adriano Correia. 11. ed. revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

ARRUDA, Antônio. A Escola Superior de Guerra: origens. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 28, n. 57, p. 16-33, 2013. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/200/175>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BENJAMIN, Walter *et al.* **El narrador**. Ediciones/Metales Pesados, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Trad. Irene Aron. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/35076352/Walter_Benjamin_-_Pequena_historia_da_fotografia_2.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 105-121, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25681>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BORTOLON, Flavia Jakemiu Araujo. Performance, moralidade e exposição do corpo: um estudo a partir das imagens midiáticas das encenações dos Dzi Croquettes. **Revista Escritas**, v. 8, n. 2, p. 171-191, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/2418>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BORTONE, Elaine de Almeida. As articulações do setor farmacêutico no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Estado (1964-1967). **XXIV Simpósio Nacional de História**. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502631436_ARQUIVO_ASARTICULACOESDOSETORFARMACEUTICONOINSTITUTODEPESQUISASEESTUDOSOCIAIS\(IPES\)ENOESTADO\(1964-1967\).pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502631436_ARQUIVO_ASARTICULACOESDOSETORFARMACEUTICONOINSTITUTODEPESQUISASEESTUDOSOCIAIS(IPES)ENOESTADO(1964-1967).pdf). Acesso em: 03 abr. 2023.

BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) na construção da reforma do Estado autoritário (1964-1968). **Tempos Históricos**, v. 18, n. 1, p. 44-72, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6800592>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Ditadura e homossexualidades [Internet]. Brasília: CNV; 2014 [citado 5 fev. 2020]. v. 2. (textos temáticos 7). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%207.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. **Diário Oficial da União**, p. 19696-19696, 1941.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm#:~:text=Regula%20a%20liberdade%20de%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%20do%20pensamento%20e%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o.&text=Art%20.,lei%2C%20pelos%20abusos%20que%20cometer. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais/Secretaria de Políticas de Saúde**, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 145 p.: il. – (Série Manuais, n. 52).

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SILVA, Brunna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. **Os gestos do silêncio para esconder as diferenças**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CÂMARA, Cristina. Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. In: **Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. 2002. p. 182-182.

CÂMARA, Cristina. Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 9, p. 373-396, 2015. Disponível em:

https://www.academia.edu/download/56757273/2015.um_olhar_RevAGRJ.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

CAMPBELL, Meghan. CEDAW and women's intersecting identities: a pioneering new approach to intersectional discrimination. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 479-504, 2015.

CANDIDO, Ingrid Maria Bezerra. **Ditadura, cultura e homossexualidades: o Lampião da Esquina e a Manifestação Cultural de Minoria (1978-1981)**. Brasília, 2017.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). **Anais do Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC, Brasil**, v. 28, 2015.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, p. 323-345, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQhq8Gg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2022.

CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. *In*: JELIN, Elizabeth (Comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002, p. 196.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.

CAVA, Joseph Bianchi. Na escuridão da censura, surgiu uma luz: Lampião da Esquina e a imprensa alternativa (1978-1981). **Humanidades em diálogo**, v. 10, p. 149-162, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/159106>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CAVALCANTE, Arthur. Diálogos inter-religiosos no Brasil de combate ao fundamentalismo, à homo-lesbo-transfobia e promoção do Estado Laico. **Gênero e Diversidade Sexual**, p. 123, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/download/52176478/Vol10_Observatorio.pdf#page=123. Acesso em: 03 abr. 2023.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969: A história contada por jornais e jornalistas**. São Paulo: Editora Record, 2015.

CHAVES, Eduardo dos Santos. As memórias da colaboração civil à ditadura brasileira. **Encontro Nacional de História Oral**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: http://encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340404976_ARQUIVO_Memoriasdacolaboracaocivil.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *In*: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

Congresso de Higiene Mental sugere que criança receba orientação sexual na escola. **Jornal do Brasil**. 25 abr. 1972a; 1º caderno, p. 14.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *In: Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, janeiro-junho, p. 87, 2009, p. 90.

CORRÊA, Marilena Villela. Sexo, sexualidade e diferença sexual no discurso médico. **A sexualidade nas ciências humanas**, p. 69-91, 1998.

CORRÊA, Sonia. Theologies and contexts in a Latin American perspective. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 256-263, 2016. Disponível em: https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p256_9.xml. Acesso em: 02 jun. 2022.

COSTA, Jucelio Regis. **O Regime Civil-Militar no Brasil (1964-1985):** legitimações, Consenso e Colaborações. 2019. Anpuh-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. **Anais...** Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1547943350_ARQUIVO_artigo-ANPUH2019.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

COSTA, Jurandir Freire. A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Leonardo Martins *et al.* **Homossexualidade e política sexual:** da repressão da ditadura militar aos direitos sexuais no Brasil. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10758>. Acesso em 03 abr. 2023.

COVIN, David. Afrocentricity in o movimento negro unificado. **Journal of Black Studies**, v. 21, n. 2, p. 126-144, 1990.

COWAN, Benjamin Arthur. “Nosso Terreno” crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. **Varia História**, v. 30, p. 101-125, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PXDGNyTGFbCvRs7z46k35rm/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Diogo. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979). **História Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 544-557, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5798/579866790020.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

DEIFELT, Wanda. O vírus que rompeu barreiras e quebrou os muros da igreja. **Estudos teológicos**, v. 52, n. 2, p. 291-305, 2012.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**, v. 2, p. 67-94, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, Un Parcours Philosophique au-Delà de l'Objectivité Et de la Subjectivité. 1984. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/DREMFU>. Acesso em: 03 abr. 2023.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza, CE: Inesp, UFC, 2012.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cadernos Ael, 2003.

FARIAS, José Airton. A extrema-direita explosiva: anticomunismo e atentados na distensão da ditadura civil-militar. **Locus: Revista de História**, v. 28, n. 2, p. 351-375, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/36282>. Acesso em: 03 abr. 2023.

FERREIRA, Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Salete. A análise Foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. **Educação e Realidade**, v. 38, n. 01, p. 207-226, 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v38n01/v38n01a12.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michael. **A História da Sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. *In: História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 152 p. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/crt-2867>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FRANÇA, Isadora Lins. "Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. 2006, v. 21, n. 60. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/SVVkvYdbMfbZmZ4xmpp6qJf/abstract/?lang=pt#Mo dalArticles>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GABEIRA, Fernando. **Entradas e Bandeiras**. Vol. 94. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1981.

GALVÃO, Jane. **AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia**. Editora 34, 2000.

GALZERANO, Luciana Sardenha. A ofensiva anti-gênero na sociedade brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 82-104, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/45703>. Acesso em: 03 abr. 2023.

GAMA, Maria Clara Brito. O Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/88). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 82-108, 2021.

GIAMI, Alain. A medicalização da sexualidade. Foucault e Lantéri-Laura: história da medicina ou história da sexualidade?. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 15, p. 259-284, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133, 2011.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GREEN, James *et al.* Somos-Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, 2003. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2509/1919>. Acesso em 03 abr. 2023.

GREEN, James. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 271-295, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>. Acesso em: 02 jun. 2022.

GREEN, James; QUINALHA, Renan Honorio. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2014.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias del deseo, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/download/53984027/Felix_Guattari_-_Micropolitica_-_Cartografias_do_Desejo.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. **Temas em Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 553-567, 2009.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos Ael**, 2003.

JARDIM, Luis Eduardo França; ARON, Mariana Luzia. Ditadura brasileira e desdobramentos da violência e desigualdade social. **Revista Angelus Novus**, n. 12,

p. 41-60, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/99053>. Acesso em: 03 abr. 2023.

JESUS, Marize Conceição. **O legado da militância negra pós 64 para a democratização das relações étnico raciais**. 2015.

JOVEM brasileiro não tem orientação psicológica. **Jornal do Brasil**. 11 Jul 1972b. 1º caderno, p. 14.

KAHHALE, Edna Maria Peters. 20 Histórico do Sistema Conselhos de Psicologia e a interface com as questões LGBTs. **Psicologia e diversidade sexual**, p. 20, 2011.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a classificação internacional de doenças. **Revista de Saúde Pública**, v. 18, p. 344-347, 1984.

LEAL, Jorge. **Advergay**: uma ação publicitária “no armário”, “in Box” ou “publicidade-michê”? Rio de Janeiro: Departamento de Comunicação Social, 2013. Disponível em: https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1112931_2013_pretextual.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

LEÃO, Alice *et al.* Mulheres, Homossexuais, Indígenas e Negros na Ditadura Civil Militar: Uma Análise Sobre as Minorias no Regime Político. **Das Amazônias**, v. 2, n. 2, p. 45-58, 2019.

LELIS, Rafael Carrano. Despatologização, Ética Jornalística e Constituinte: Elementos da articulação política do MHB na luta pela cidadania sexual na década de 1980. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 54-81, 2021.

LELIS, Rafael Carrano. **A Orientação Sexual na Constituinte de 1987-88**: constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2021.

LELIS, Rafael Carrano; OLIVEIRA, Adriana Vidal. Inclusão excludente: limitações da incidência política na luta pela inclusão da orientação sexual na Assembleia Nacional Constituinte. **Direito Público**, v. 18, n. 97, 2021.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim ChanaComChana. **Revista Gênero**, v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30925>. Acesso em: 03 abr. 2023.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=eAMgDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT8&dq=g%C3%AAnero+nas+escolas&ots=rbmyMf2BNe&sig=YWiOSeYDq-Ayjs30LG1VoyrH3mE. Acesso em: 03 abr. 2023.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão; CARNEIRO, Enéas. Nacionalismo e Conservadorismo no Brasil Pós-Ditadura Militar. **Dia-Logos: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em História**, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/view/28682>. Acesso em: 03 abr. 2023.

LOPES, Rodrigo Cruz. Da Censura ao camburão: a regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira. **Temáticas**, v. 28, n. 56, p. 231-254, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13177>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cultura política brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 36, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/76070>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pywfvLVSDYNnH8nzJV3MmQk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da ‘abertura’. Salvador: EDUFBA, 1990. p. 321-321. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-268647>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Edufba, 2018.

MADLENER, Francis; DINIS, Nilson Fernandes. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. **Revista do Departamento de Psicologia. UFF**, v. 19, p. 49-60, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://177.20.147.23:8080/handle/123456789/1239>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MARILAC, Luísa. **Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac**. Editora Record, 2019.

MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *In: O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004, p. 128.

MASCARENHAS, João Antônio de Souza. Machismo, conservadorismo político e falso moralismo: A triplice conexão: um ativista guei versus 96 parlamentares. **Rio de Janeiro: 2A Editora**, 1997.

MAURIAC, François. **Thérèse desqueyroux**. New York: Sheed & Ward, 2005.

MECCIA, Ernesto. **De las catacumbas al ágora: teorías sobre el yo y la organización social después de la homosexualidad**. 2014. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Universidad de Buenos Aires.

MENDES, Ana Karla Nunes; MONTEIRO, Alice Brandão. A despatologização da homossexualidade. **Encontros de Iniciação Científica UNI7**, v. 8, n. 1, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MONTEIRO, Solange Aparecida; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p. 1254-1264, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619864581001/619864581001.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MORAES, Thiago Aguiar de *et al.* **Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e suas carreiras públicas federais**: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964. São Paulo: Escola de Humanidades, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7120>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). *In*: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. H. (Eds.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálisis**, v. 23, p. 199-212, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

NERY, Inez Sampaio *et al.* Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, p. 287-292, 2015.

NETO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO. Disponível em: <http://opsa.com.br/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

OCANHA, Rafael Freitas *et al.* **Amor, feijão, abaixo camburão**: Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014

O'LEARY, Dale. **The gender agenda**: redefining equality. Lafayette, Louisiana: Vital Issues Press, 1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 323-337, 2011.

ORTIZ, Marília. Desvendando sentidos e usos para a perspectiva de interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-15, 2013.

PAIVA, Vera Silvia Facciolla *et al.* Enfrentamento religioso e política: as lições da resposta à Aids. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 883-902, 2013.

PAVÃO, Maria Rita Barbosa Piancó; CARDOSO, Fernando da Silva. Dictadura, tortura y violencia de género en Brasil: análisis intersectoriales a partir de la narrativa de Cecília Coimbra. **Revista de Investigación del Departamento de Humanidades y Ciencias Sociales**, n. 15, p. 79-105, 2019.

PEOPLE, Nany. **Ser muher não é para qualquer um: minhas verdades**. São Paulo: Editora Planeta, 2015.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos**, v. 20, p. 88-129, 1994.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula Valim. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da escola**, v. 11, n. 21, p. 415-432, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PERSONALIDADE do jovem terá curso em que educadores e pais serão os únicos alunos. **Jornal do Brasil**. 25 maio 1972c. 1º caderno, p. 23

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 03 abr. 2023.

POLLAK, Michael. Os Homossexuais e a Aids: Sociologia de uma Epidemia. Estação Liberdade: São Paulo, Brasil, 1990.

PSIQUIATRAS afirmam que homossexualismo é doença. **Jornal do Brasil**. 20 abr. 1972d. 1º caderno, p. 15.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/en.php>. Acesso em: 02 jun. 2022.

QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. **Ditadura e homossexualidades**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

RAMIREZ, Hernán. Empresários e política no Brasil: o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 13, n. 1, p. 209-240, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526877011.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. São Paulo: Jorge Zahar, 2000, p. 65.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade**. São Paulo: EdUFSCar, p. 201-244, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 642p. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-655628>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ROSA, Johnny Roberto. A perlaboração da violência traumática da repressão: o caso brasileiro. **História (São Paulo)**, v. 39, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/hZyYRDrCxNCCRd4Q4KkdmJt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 1237-1260, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/9499>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ROSSI, Alexandre José. Políticas para homossexuais: uma breve análise do programa Brasil sem homofobia e do tema transversal orientação sexual. **Fazendo Gênero**, v. 8, p. 1-7, 2008.

SANTOS, Maria Berenice Alves. **Impactos da homofobia no acesso e permanência na escola**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SCALA, Jorge. **La ideología de género**: el género como herramienta de poder, p. 6-8, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/54104858/ft-ideologia-de-genero.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SCHMITT, Carl. **La ditadura (1921)**. Desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria. Trad. José Díaz García. Madrid: Alianza, 1999.

SEFFNER, Fernando *et al.* Respostas religiosas à Aids no Brasil: impressões de pesquisa acerca da pastoral de DST/Aids da igreja católica. **Ciencias sociales y religión= Ciências sociais e religião**, v. 10, n. 10, p. 159, 2008.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas**, p. 125-140, 2009.

SERRANO, Tomaz Felipe. Exílio LGBTI+: o que restou da opressão?. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 12, p. 183-203, 2019.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. O apoio civil à intervenção militar de 1964: a questão das entidades femininas em São Paulo. **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413_e50f0df36b1fbf2cd60117d97fc82c5d.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

SILVA, Claudio Roberto da. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira; SOUZA, José Antonio. Homossexualidade e escola: em busca do discurso do reconhecimento no cenário da tolerância. **ANAIS DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E COLÓQUIO DE PESQUISA**, v. 1, n. 10, p. 321-335, 2015.

SIMÕES, Júlio Assis. Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), p. 313-339, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/D5wkB3DYdbnGqM99CK6tvB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SONTAG, Susan. Aids e suas Metáforas Trad. **Paulo Henriques Britto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUTO JÚNIOR, Paulo Roberto; ZIOLI, Miguel. Militância homossexual no Brasil da ditadura militar: os casos de João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 331-348, 2016. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/476>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SPOSITTO, Pablo Camacho. Gritos que silencian: Retórica del odio y avances antigénero. **Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía**, v. 7, n. 1, 2022. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/revantroetno/article/view/1558>. Acesso em: 03 abr. 2023.

STELZEL, Joana; KYRILLOS, Gabriela M. Inclusão da Interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 237-262, 2021.

TELES, Janaina Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. **Anos 90**, v. 19, n. 35, p. 261-298, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.

TONIETTE, Marcelo Augusto. Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. **Revista brasileira de sexualidade humana**, v. 17, n. 1, 2006.

TREVISAN, João Silvério. A Igreja e a homofobia. **Folha de São Paulo**, v. 28, n. 07, 2004.

VALENÇA, Andreza Suellen da Silva. **O alvo é preto: a letalidade da segurança pública para população negra**. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Recife, 2022.

WOODWARD, Kathryn *et al.* Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, v. 15, p. 7-72, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4284077/mod_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%20I%20-%20Woodward%20-%20IDENTIDADE-E-DIFERENCA-UMA-INTRODUCAO-TEORICA-E-CONCEITUAL.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.